

Cadernos de Letras

Estudos do significado em
nível sentencial: abordagens
teóricas, aplicações e interfaces

Edição n.64

Luciana Sanchez Mendes
Ana Paula Quadros Gomes
(Organização)

Cadernos de Letras

**Estudos do significado em
nível sentencial: abordagens
teóricas, aplicações e interfaces**

Edição n.64

*Luciana Sanchez Mendes
Ana Paula Quadros Gomes
(Organização)*

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras
Niterói
1º semestre de 2022

Cadernos de Letras da UFF
Publicação semestral do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense

Reitor: Antonio Claudio Lucas da Nóbrega
Vice-Reitor: Fabio Barboza Passos
Diretora do Instituto de Letras: Carla de Figueiredo Portilho
Vice-Diretora: Sílvia Sousa

Editoras: Sílvia Maria de Sousa, Instituto de Letras, UFF, Brasil; Carla de Figueiredo Portilho, Instituto de Letras, UFF, Brasil

Assistente editorial: Cinthia Paes Virginio, UFF, Brasil

Comissão executiva (2020-2023): Carolina Paganine, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil; Tatiana Pequeno da Silva, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil; Mônica Maria Guimarães Savedra, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Conselho editorial

Catherine Dumas, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França
Célia Marques Telles, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil
Claudia Poncioni, Université Sorbonne Nouvelle - Paris 3, França
Claudio Cezar Henriques, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil
Dermeval da Hora, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil
Edvaldo Balduino Bispo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil
Gerald Bär, Universidade Aberta Portugal, Portugal
Eliana Yunes Eliana Lucia Yunes, PUC-Rio, Brasil
Freda Indursky, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Greg Mullins, Evergreen College, Estados Unidos da América do Norte
Hanna Jakubowicz Batoréo, Universidade Aberta Lisboa, Portugal
Joana Matos Frias, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal
José Luís Jobim, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Laura Padilha, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Luiz Fernando Valente, Brown University, Estados Unidos da América do Norte
Marcelo Jacques de Moraes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Marcos Luiz Wiedemer, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil
Maria Luíza Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil
Mariângela Oliveira, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Pedro Éiras, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/ Instituto de Literatura Comparada Margarida Rosa, Portugal
Pedro Serra, Universidad de Salamanca, Espanha
Roberto Acízelo Quelha de Souza, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil
Simone Caputo Gomes, Universidade de São Paulo, Brasil
Solange Coelho Vereza, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil
Vanda Anastácio, Universidade de Lisboa, Portugal
Vania Pinheiro Chaves, Universidade de Lisboa, Portugal
Viviana Gelado, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Organização do número 64: Luciana Sanchez Mendes, Universidade Federal Fluminense (UFF), e Ana Paula Quadros Gomes, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Coordenação da revisão: Glória Braga Onelley, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil; Greice Ferreira Drumond Holzweber, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Supervisão da revisão: Thaíse Bastos Pio, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil e Adriana Rebello, Universidade Federal Fluminense (UFF), Brasil

Revisão: Bárbara Martins, UFF, Brasil; Lucas Dias Ferreira, UFF, Brasil; Matheus Guarino Sant'Anna Lima de Almeida, UFF, Brasil; Gabriela Natal de Oliveira da Silveira, UFF, Brasil; Glayci Kelli Reis da Silva Xavier, Colégio Pedro II / UFF, Brasil; Maria Clara Cunha Machado, UFF, Brasil; Yuri Nascimento, UFF, Brasil

Responsável técnica: Cinthia Paes Virginio, Editoração eletrônica / diagramação, Brasil

Campus do Gragoatá - Bloco C - sl. 515 - Niterói - RJ - CEP 24210-201, Brasil
e-mail: cadernosdeletras.egl@id.uff.br

Cadernos de Letras: Universidade Federal Fluminense
Instituto de Letras.
Niterói: Instituto, 1990.
Semestral

1. Análise do discurso. 2. Estudos sobre políticas. 3. Literatura brasileira.

Cadernos de Letras da UFF, Niterói - RJ, v. 33, n.64, p. 180, 1º semestre de 2022.

Sumário

Apresentação, 6

Luciana Sanchez Mendes

Ana Paula Quadros Gomes

Entrevista

Semântica formal em América Latina: historia y perspectivas futuras, 10

Ana Clara Polakof, Brenda Laca, Andrés Saab

Ana Paula Quadros Gomes, Luciana Sanchez Mendes

Dossiê

O processo de reescrituração da formação nominal corporal e suas direções argumentativas, 33

Luciani Dalmachio

Vic Stussi de Melo Martins

O emprego das estratégias de relativização do inglês acadêmico escrito em função da caracterização semântica do antecedente, 55

Dante Lucchesi

Fabírcia Eugênia Gomes de Andrade

‘Nem’, vale a pena saber como funciona: uma proposta de formalização para o ‘nem’ acionador de concessividade no português brasileiro, 80

Isaac Souza de Miranda Junior

Jane Elder Girardi

Dirceu Cleber Conde

**Sintagmas indefinidos de foco no português brasileiro:
uma investigação teórica das particularidades semânticas
e pragmáticas, 107**

Fernanda Rosa da Silva

Varia

**Potencialidades do conceito de isotopia no estudo da
linguagem visual, 132**

Marc Barreto Bogo

Sandra Ramalho e Oliveira

Resenha

Para conhecer Pragmática, 156

Marcos Goldnadel

Um outro Lima Barreto, 172

Giovani T. Kurz

Apresentação

O número 64 da Revista *Cadernos de Letras*, organizado por Luciana Sanchez Mendes (UFF) e Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ), buscou reunir trabalhos que enfocassem o estudo do significado em nível sentencial, em especial na interface sintaxe-semântica e semântica-pragmática. O tema da edição ganha especial relevo num momento em que os linguistas estão trabalhando tão ativamente para articular a pesquisa e a educação, enfrentando uma resistência que vinha minando o aproveitamento do conhecimento científico no ensino de língua materna e de segunda língua. O significado em nível sentencial pode ser considerado de especial importância por vincular a gramática ao discurso, uma vez que a exploração do significado gramatical contribui grandemente para aumentar a expressividade na produção de textos. Compreender fenômenos semânticos promove a literacia, ao tornar mais perceptíveis as nuances de significado produzidas pelo repertório e pelas opções estruturais feitas pelos falantes.

Abrimos o volume com uma entrevista bastante rica de depoimentos de três pesquisadores latino-americanos, também professores de cursos superiores, Ana Clara Polakof e Brenda Laca, da Universidad de la República (UdelaR), em Montevidéu, no Uruguai e Andrés Saab, da Universidad de Buenos Aires (UBA), na Argentina, que se destacaram internacionalmente em suas áreas de pesquisa linguística, um campo, como os demais, dominado por centros de pesquisa que contam com mais recursos, como os norte-americanos e europeus. O pequeno memorial de suas carreiras é uma grande inspiração para pesquisadores iniciantes, sobretudo para aqueles que precisam perseverar sem grande apoio, e,

muitas vezes, sem poder contar inicialmente com nenhum reconhecimento imediato para seus esforços. Ademais, a entrevista descortina o panorama das temáticas que vêm ocupando os linguistas formais recentemente, tanto no mundo quanto na América Latina, inspirando pesquisadores com novos tópicos de investigação.

Os artigos reunidos no dossiê do volume representam a diversidade de abordagens teóricas presentes na análise semântica das línguas naturais no Brasil. Em “O processo de reescrituração da formação nominal *corpo real* e suas direções argumentativas”, de Luciani Dalmachio e Vic Stussi de Melo Martins, adota-se a abordagem da Semântica da Enunciação para a análise da construção nominal *corpo real*. O texto “O emprego das estratégias de relativização do inglês acadêmico escrito em função da caracterização semântica do antecedente”, de Dante Lucchesi e Fabrícia Eugênia Gomes de Andrade, apresenta um estudo na interface sintaxe-semântica com a investigação da relação entre papéis temáticos e construções relativas em língua inglesa. Os outros dois artigos do volume assumem análises do significado do português brasileiro na interface semântica-pragmática e adotam uma perspectiva formalista. O texto “‘Nem’, vale a pena saber como funciona: uma proposta de formalização para o ‘nem’ acionado de concessividade no português brasileiro”, de Isaac Souza de Miranda Junior, Jane Elder Girardi e Dirceu Cleber Conde, analisa sentenças condicionais concessivas com o operador *nem* em português brasileiro. Por fim, o texto “Sintagmas indefinidos de foco no português brasileiro: uma investigação teórica das particularidades semânticas e pragmáticas”, de Fernanda Rosa da Silva, aborda o foco em sintagmas indefinidos deslocados e em posição canônica. A seção *Varia* do volume inclui o texto “Potencialidades do conceito de isotopia no estudo da linguagem visual”, de Marc Barreto Bogo e Sandra Ramalho e Oliveira.

O presente número conta ainda com a resenha de um lançamento recente, o livro *Para conhecer Pragmática*, da Editora Contexto, de autoria

de Luisandro Mendes de Souza e Luiz Arthur Pagani, ambos pesquisadores e professores da Universidade Federal do Paraná. O próprio autor da resenha, Marcos Goldnadel, é também professor de ensino superior na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e autor de uma obra introdutória sobre o assunto, o Manual de Linguística: semântica, pragmática e enunciação, que foi publicada em coautoria com Márcia Romero, Pablo Nunes Ribeiro e Valdir do Nascimento Flores pela Editora Pontes. Goldnadel celebra a obra resenhada como diminuindo uma carência enorme de material de apoio para alunos e professores na área, em consonância com a coleção em que se insere, toda ela voltada para oferecer primeiras noções de Linguística de forma acessível e fundamentada a iniciantes na pesquisa e a alunos de curso superior. A seção inclui também a resenha “Um outro Lima Barreto”, de Giovani T. Kurz.

Temos, portanto, uma representação muito feliz de diversas abordagens teóricas, tratando de assuntos que consideramos aplicáveis tanto no ensino de língua portuguesa quanto no ensino de línguas estrangeiras. Esperamos com essa publicação incentivar a pesquisa sobre o significado sentencial em suas interfaces com a sintaxe e a pragmática e a articulação dos trabalhos nesse campo com a prática de sala de aula e com a divulgação científica das descobertas da Linguística.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa!

Luciana Sanchez Mendes
Ana Paula Quadros Gomes
(Organizadoras)

Entrevista

Semántica formal en América Latina: historia y perspectivas futuras

Ana Clara Polakof¹

Brenda Laca²

Andrés Saab³

Ana Paula Quadros Gomes⁴

Luciana Sanchez Mendes⁵

Resumen: El objetivo de esta entrevista fue explorar la diversidad de trayectorias y de perspectivas sobre Semántica Formal de tres investigadores que, en sus respectivas áreas de investigación, trabajan en universidades de Uruguay y Argentina. Los tres son reconocidos internacionalmente por sus trabajos. Ana Polakof y Brenda Laca son profesoras de la (UdelaR) de diferentes generaciones académicas. Brenda tuvo una formación investigadora en Europa, antes de trabajar en la UdelaR, y tiene un trabajo influyente en el área de tiempo, aspecto, modo y modalidad, mientras que Ana Clara es una joven investigadora que cuenta con estudios destacados en el área de los eventos tanto desde una perspectiva lingüística como filosófica. Andrés Saab, por su parte, es docente de la Universidad de Buenos Aires (UBA) e investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). Trabaja en la interfaz sintaxis-semántica, y más recientemente, ha investigado los insultos y la expresividad. La entrevista con los tres investigadores es más un recorte que un panorama, pero presenta una buena aproximación a los estudios del significado, tanto desde un punto de vista histórico como desde uno que mira hacia el futuro del área de la Lingüística Formal en América Latina, especialmente en el Río de la Plata.

Palabras clave: Lingüística Formal. Semántica. América Latina.

Entrevistas en español

1 Universidad de la República (UdelaR).

2 Universidad de la República (UdelaR).

3 Universidad de Buenos Aires (UBA); Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet).

4 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

5 Universidade Federal Fluminense (UFF); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Entrevistadores: ¿Podrías resumir tu trayectoria estudiantil previa a tu formación académica? ¿Cómo fue tu educación en la escuela primaria? ¿Qué te llevó a estudiar Lingüística?

Polakof: Me eduqué en un colegio privado bilingüe, en el que, además de estudiar inglés, estudié francés y portugués. En la universidad, hice mis primeros estudios en la Facultad de Ciencias. Allí, estudié bioquímica, pero me di cuenta de que no era lo que me interesaba. Decidí cambiarme de carrera y estudiar en Facultad de Humanidades. Empecé estudiando Letras, pero (ya en Humanidades) descubrí que había una formación de grado en lingüística. Era una carrera nueva para mí, y me enteré de su existencia en Humanidades. Sin embargo, siempre me habían interesado cuestiones lingüísticas (recuerdo de niña preguntarme por qué las cosas se llamaban cómo se llamaban y recuerdo inventar lenguajes escritos codificados (aunque me parece que eso debe ser normal para todos los niños)). De hecho, cuando dejé la Facultad de Ciencias, algunos amigos me preguntaron por qué no estudiaba traductorado, y respondía que no me gustaba el derecho (en Uruguay, la carrera de grado es de traductor público y se estudia en la Facultad de Derecho). En realidad, hoy en día puedo dar una respuesta más acertada: no me gustaba traductorado por el perfil profesional que la carrera tiene. A mí siempre me gustó la investigación. Entonces, por más que la bioquímica no sea parecida a la lingüística, ambas comparten el hecho de ser carreras académicas y de investigación.

Laca: Hice la escuela primaria y el liceo en un pueblo de provincia en Uruguay. Tuve la suerte de tener profesores con una gran vocación, y de que mis padres se dieran cuenta de mi interés por las lenguas y lo estimularan, ayudándome a aprender en la infancia y la adolescencia varias lenguas extranjeras. Descubrí la lingüística por casualidad, en mis primeras semanas en la Universidad. Al obtener el bachillerato, yo quería estudiar

psicología, pero ese año la Facultad de Psicología estaba cerrada, y me inscribí en Letras para ocupar mi tiempo. Había un curso de Introducción a la lingüística obligatorio para los estudiantes de primer año de Letras, y, a la tercera semana de curso, yo ya había decidido que quería dedicar mi vida a eso. El curso insistía mucho en fonología y morfología y creo que fue la idea de explicar lo observable mediante entidades y procesos abstractos subyacentes lo que me atrajo.

Saab: Yo me eduqué en la escuela pública de la Argentina. Toda mi formación, de hecho, desde la primaria hasta la universidad, fue en la educación pública. Siempre tuve cierta facilidad o inclinación natural por las materias de lengua y gramática, pero supongo que la mayor influencia viene más desde casa. Mis padres son ambos docentes y enseñaron también en todos los niveles, desde el primario hasta la universidad, así que crecí en una casa llena de libros de historia, literatura, filosofía y educación. Durante mi adolescencia, tuve una suerte de fanatismo literario (y musical). Me costó decidir qué carrera seguir en la universidad, aunque la cosa estaba entre historia, filosofía o letras. Finalmente, me decidí por Letras. Esa elección me obligaba a cursar una materia introductoria, Semiología. Y fue ahí cuando escuché, por primera vez, los nombres de Saussure, Bakhtin y Chomsky de boca de un gran profesor y ahora amigo, Esteban Palací. Quedé tan deslumbrado que no dudé en que me iba a dedicar a la lingüística. Y así fue.

Entrevistadores: **¿Y cómo fue tu formación en Lingüística, más especialmente en Lingüística Formal? (siéntete libre en vincular esta respuesta con la anterior)**

Polakof: La Licenciatura en Lingüística de la UdelaR tenía un alto componente de lingüística europea, estructuralista-funcionalista, para los

estudios de gramática, por un lado, y, por el otro lado, tenía un perfil de estudios sociolingüísticos. Sin embargo, siempre me gustó la parte formal de análisis lingüístico, pero no había nadie que me enseñara sobre esas temáticas en la carrera de grado. Cuando terminé mi carrera, hice una maestría en gramática en España que seguía con ese perfil más descriptivo y tradicional, en la que trabajé con nominalizaciones de evento y resultado, como “construcción”. Cuando terminé la maestría, sentí que la lingüística que conocía no podía responder a las preguntas que yo tenía, por lo que decidí hacer una maestría en filosofía contemporánea, en la que trabajé, orientada por el profesor Enrique Caorsi, con Frege y con Davidson y la relación entre nominalizaciones de evento y los eventos como individuos en el mundo. Aquí tuve la primera aproximación a tratamientos formales de las lenguas naturales y a la lógica. Una vez terminada la maestría en filosofía, decidí seguir trabajando en filosofía e hice un doctorado sobre ontología y el uso de las lenguas naturales, en la PUC-Rio (bajo la orientación del profesor Oswaldo Chateaubriand), en donde seguí trabajando con nominalizaciones de evento, pero también con nominalizaciones deadjetivales. En mi doctorado, hice varios cursos de filosofía del lenguaje y de lógica, que me dieron un marco formal interesante, pero no trabajé en semántica formal. Los marcos siempre fueron formales, pero desde un punto de la filosofía del lenguaje analítico. Me dediqué a establecer un vínculo entre el uso de expresiones referenciales, como “la construcción del puente”, con entidades en el mundo, con una ontología del mundo real (no de la lengua natural). Brenda Laca fue parte del tribunal de mi tesis y me sugirió que trabajara en semántica formal. Esa fue la manera en que empecé a combinar mis estudios con la semántica formal. Debo decir que, si bien hago trabajos en semántica formal, no me considero una semanticista formal (al menos no una que adhiera a los postulados que suelen adherir quienes trabajan en semántica formal, como Partee, Heim, Kratzer, Chierchia, por nombrar algunos). Volviendo a la pregunta, debería decir que más bien

mi formación tuvo algo de morfosintaxis generativa, mucho de lógica y de filosofía analítica que me llevó a adentrarme en la semántica formal. Finalmente, surgió la necesidad de usar la semántica formal para realizar mis investigaciones.

Laca: Llegué bastante tarde a la lingüística formal tal como se la entiende y practica hoy. Mi formación inicial, que data de los años 70 del siglo pasado, comprendía por un lado el estructuralismo europeo, y por otro la filosofía analítica, dos cosas que no sabía cómo articular entre sí, ni tampoco con mi interés por el análisis del significado de las construcciones gramaticales. La sintaxis generativa acababa (en términos relativos, las ideas llegaban con bastante retraso a Latinoamérica) de salir de las “linguistic wars”, y había cierta hostilidad hacia la semántica. La gramática de Montague era apenas un nombre que habían oído unos pocos, que parecía prometer mucho, sin que nadie supiera exactamente qué. Después de obtener mi licenciatura en Uruguay, los avatares de la vida me llevaron a hacer mi tesis de doctorado en Alemania y a trabajar varios años en lingüística románica bajo la dirección de Eugenio Coseriu, que fue fundamental para mi formación intelectual, pero, al mismo tiempo, tenía un profundo escepticismo hacia la lingüística formal. Una vez finalizado mi doctorado, empecé una investigación sobre los determinantes, encontré dificultades enormes en la comprensión de la genericidad, y conocí la tesis de doctorado de Greg Carlson y la de David Dowty. Ahí volví a tener la convicción de que era así como quería trabajar. En cierto modo, empecé a hacer semántica formal “al revés”, a partir del estudio de obras complejas que me parecían dar respuestas satisfactorias a mis preguntas.

Buscando un ambiente propicio para mis intereses, a fines de los años 1980 me empecé a relacionar con un grupo de investigadores en el Laboratoire de linguistique formelle en Paris 7, y me trasladé de Alemania a Francia. Esos fueron años de descubrimiento colectivo de una gran riqueza,

dentro de un equipo, liderado, en particular, por dos investigadores, Richard Zuber y Francis Corblin, que trataba de impulsar el desarrollo de la semántica formal en Francia desde la doble perspectiva de la teoría de los cuantificadores generalizados y de la DRT. Iniciaron a principios de los años 1990 dos series de congresos internacionales (“Conference on (preferably) non-lexical semantics” y “Colloque de syntaxe et sémantique à Paris”) que, por así decirlo, trajeron el mundo de la semántica formal a París. En resumen, mi formación fue tardía y atípica, hecha dentro de la investigación y a la par de otros investigadores que, como yo, se estaban “reconvirtiendo” como tales con la adopción de las técnicas y los métodos de la semántica formal. Es algo que también me interesa destacar: nunca me definí como semantista formal, sino como una lingüista descriptiva que se sirve de las herramientas de la semántica formal en su investigación y trata de llegar a la altura de los estándares de precisión y explicitación de la semántica formal.

Saab: La carrera de Letras de la Universidad de Buenos Aires es larga y compleja, con muchas horas de disciplinas de lingüística, por un lado, y de literatura y teoría literaria, por el otro. Lingüística y Gramática son obligatorias para todos los estudiantes. El estudiante, además, tiene la libertad de elegir entre varias disciplinas, de modo que la formación final depende mucho de esas elecciones particulares. Puesto que yo ya había decidido dedicarme a la lingüística formal, elegí materias como Sintaxis, Semántica y Pragmática, Fonología y Morfología, *etc.* También cursé materias como Sociolingüística, Neurolingüística y Psicolingüística. Luego había cuatro materias obligatorias para los que elegíamos la orientación en Lingüística Formal: Lógica, Teoría Léxica, Lingüística Chomskyana y Modelos Formales no Transformacionales (que, lamentablemente, no se dictó en mis años de estudiante). Mi educación general fue entonces muy amplia, aunque la gramática formal, en particular, la gramática generativa

siempre tuvo un lugar más bien marginal en la carrera. De todos modos, tuve la suerte de contar con grandes profesores, como Daniel Romero, que me abrieron las puertas a muchas de mis primeras lecturas tanto en gramática generativa como en semántica formal. Ya en mis estudios de posgrado me mudé a la Escuela Superior de Idiomas (hoy Facultad de Lenguas) de la Universidad Nacional del Comahue en la Ciudad de General Roca (Provincia de Río Negro), donde pude profundizar, ahora sí, en mis intereses en sintaxis formal. Durante aquel período, dirigieron la Maestría Pascual Masullo, primero, y, luego, Marcela Depiante. Finalicé mis estudios de doctorado en la Universidad de Buenos Aires dirigido por Jairo Nunes y Ángela Di Tullio, dos de mis referentes más importantes en toda mi vida académica.

Entrevistadores: ¿Cómo ves la producción en Semántica Formal en el Río de la Plata y Latinoamérica en general? ¿Cuáles son sus puntos destacados y sus desafíos?

Polakof: Creo que está habiendo un despertar de la semántica formal en América Latina y que hay varias personas trabajando con miras a desarrollarla. Veo que hay un predominio en el estudio de lenguas indígenas en Brasil, que en el Río de la Plata recién estamos comenzando a abrir un camino hacia algún tipo de trabajo en semántica formal. Esto es gracias a la presencia de Brenda Laca en la UdelaR, que, de alguna manera, nos abrió las puertas a todas aquellas personas que queríamos trabajar en la formalización de la lengua natural. Creo que los puntos a destacar son que estamos estudiando variedades que antes no se estudiaban y que estamos mostrando, de a poco, que en el Sur también se hacen investigaciones interesantes. Tengo experiencias en Brasil, Uruguay y España. Mi experiencia en España no tiene nada que ver con la parte formal, por lo que no sé cómo establecer la comparación. Mi experiencia

en Brasil se vincula más con la filosofía, y allí había mucho más dinero que en Uruguay. En el momento de mi doctorado, llevaban gente importante a los congresos. Conocí a mucha gente que había estudiado: Searle, Perry, Longobardi, Lasnik, Alexiadou, entre otros. En aquel momento, había más personas trabajando en los temas que me interesan que acá en Uruguay y había más oportunidades (aunque entiendo que ahora han disminuido drásticamente). Por otro lado, en Uruguay, tengo libertad para trabajar en lo que quiero, y eso, para mí, es una ventaja enorme. Debido a que somos pocos, he conseguido armar mis propios equipos de investigación, en lugar de sumarme a los proyectos de otros. Respecto de los desafíos, hay varios. Uno importante es encontrar gente más joven que tenga interés en especializarse en áreas formales de la lingüística. Es difícil, hay poca financiación y eso dificulta que se interesen en estos temas. Una manera que he tenido de zanjar ese desafío es empezando a estudiar la dimensión expresiva, relacionada con la peyoración y el análisis de insultos de grupo, como “bolita” (usado de manera despectiva para referirse a alguien de Bolivia), que parece ser más atractivo para el estudiante. Otro desafío es poder hacer una semántica formal independiente de lo que se hace en el primer mundo. No sé si es lo que queremos, pero si lo quisiéramos sería un desafío. El último es conseguir financiación, porque se espera que hagamos proyectos que puedan divulgarse y aportar a la sociedad, y, a veces, es difícil bajar lo formal a las masas (o quizás sea yo la que no tiene la capacidad para hacerlo de manera simple). A veces es difícil fundamentar por qué es importante para la sociedad proponer que los cuantificadores deben ser analizados como funciones de elección o por qué es importante analizar desde una perspectiva formal un fenómeno como la peyoración. Sin embargo, de vez en cuando, conseguimos financiación para trabajar en estos temas.

Laca: Quiero hacer la salvedad de que mi visión es muy parcial y reciente. La semántica formal me parece estar bien afianzada en Brasil, con por

lo menos dos décadas de tradición en varios centros universitarios, con una inserción importante también desde hace años en proyectos y redes internacionales y con aplicaciones de gran interés a la descripción y análisis de las lenguas habladas en Brasil. En México y en la Argentina, también se está afianzando una comunidad que está haciendo un trabajo interesante. Desconozco la situación en otros lugares, lo que puede ser simplemente falta de información.

Creo que hay dos desafíos importantes en este momento: por un lado, asegurar la presencia de cursos de semántica formal o de semántica composicional (siempre prefiero esta segunda designación) en los planes de estudio, si es posible ya en la enseñanza de grado (recuerdo que en Paris 8 teníamos dos cursos, uno de lógica y semántica, y otro de semántica composicional como materias obligatorias en la licenciatura en ciencias del lenguaje, y un curso de iniciación intensiva a la semántica formal en el primer año de maestría), por otro lado, ver si existe la masa crítica suficiente para crear algún tipo de evento recurrente que reúna a los investigadores latinoamericanos y contribuya así a consolidar una comunidad.

Saab: Creo que la mayor riqueza que tiene el Río de la Plata y América Latina, en general, está en el enorme talento y creatividad de sus recursos humanos, en particular, de todos nuestros estudiantes, que, lamentablemente, muchas veces se ven obligados a dejar sus países en busca de financiamiento para sus investigaciones. El primer desafío, entonces, es lograr detener esta migración al menos parcialmente. En Argentina, por ejemplo, el estado invierte mucho en la formación de ciudadanos profesionales, y la educación es en muchos casos de excelencia. El problema es que el mismo estado luego no ofrece la continuación de muchos proyectos de investigación, o bien porque el mercado laboral carece de la oferta suficiente o bien porque los puestos de investigación estatales ofrecen salarios muy magros. Como sea, perder esos recursos es perder parte de toda esa inversión. Aun así,

y con el acotado margen de maniobra que tenemos, se están haciendo avances considerables en semántica formal en Latinoamérica. El grupo de trabajo que coordino junto a Eleonora Orlando, en la Sociedad Argentina de Análisis Filosófico, está haciendo contribuciones sustanciales en áreas tan importantes como las de la semántica de la expresividad, de los nombres propios y de la referencia en general, y de los predicados estéticos, entre otros temas. La lista de nuestras contribuciones se encuentra disponible en nuestra página web: <https://sites.google.com/view/balingphil/publications>. Otros centros importantes en este momento están radicados en Brasil, Uruguay y Perú. Para fortalecer los lazos entre investigadores sudamericanos se ha formado el Filing-Sur, presidido por Ana Clara Polakof de la Universidad de la República, Uruguay (véase la información disponible en la página web <https://sites.google.com/view/filingsur/p%C3%A1gina-inicial>). Aunque tengo menos contacto, sé que en el Colegio de México y en la Universidad Nacional Autónoma de México se están también haciendo importantes avances, como lo demuestra el hecho de que son los encargados de organizar SALT 32 este año, que, por primera vez en su historia, se hace en un país de Latinoamérica (recordemos que SALT es la conferencia de semántica formal más importante de América y, quizás, del mundo). En resumen, diría que nuestros mayores desafíos pasan por ofrecer oportunidades para que nuestros estudiantes no elijan el desarraigo y por fortalecer todo lo que sea posible los lazos entre investigadores de distintos países de Latinoamérica.

Entrevistadores: ¿Qué le dirías a un estudiante de la Licenciatura en Letras interesado en iniciar una investigación en Semántica Formal?

Polakof: Le diría que estudiara filosofía del lenguaje analítica, lógica, además de semántica formal, para que entendiera los fundamentos de la semántica formal. Hay una raíz filosófica en los fundamentos de la

semántica formal que la mayor parte de los lingüistas tiende a desatender y que me parece fundamental para poder entender qué se está haciendo y por qué. Seguramente, en este consejo pese mi propia formación en filosofía, pero realmente creo que es necesario para el semanticista formal entender de dónde vino todo. Le diría, también, que vale la pena el esfuerzo, que la semántica formal realmente nos ayuda a entender la estructura de la lengua natural. Le diría, finalmente, que si necesita ayuda me mande un correo electrónico que seguro le voy a responder.

Laca: Que procure tener una formación de base lo más orgánica y gradual posible, yendo de lo más simple a lo más complejo. La semántica formal debería aprenderse como se aprende la sintaxis: de modo progresivo y gradual.

Saab: Le diría que el problema del significado en las lenguas naturales encierra toda la fascinación de un problema científico real, que, además, conecta con otros problemas y otras disciplinas también fascinantes (teoría de la comunicación, psicología cognitiva y del desarrollo, antropología y sociología, lógica, inteligencia artificial etc.). Le diría también que el área en Latinoamérica merece más desarrollo y que hay mucho camino por recorrer y mucho trabajo por hacer.

Versão em português

Entrevistadoras: Você poderia fazer um resumo de seu percurso escolar anterior à formação acadêmica? Como foi sua formação na escola básica? O que fez você estudar Linguística?

Polakof: Minha formação escolar foi em uma escola privada bilíngue, em que, além do inglês, estudei também francês e português. Na universidade,

realizei meus primeiros estudos na Facultad de Ciencias. Lá, estudei bioquímica, mas me dei conta de que não era o que me interessava. Decidi mudar de carreira e estudar na Facultad de Humanidades. Comecei estudando Letras, mas (já em Humanidades) descobri que havia uma habilitação de graduação em Linguística. Era uma carreira nova para mim, e eu só soube de sua existência nas Humanidades. No entanto, eu sempre me interessei por questões linguísticas (me lembro de que, quando era garota, eu me perguntava por que as coisas se chamam como se chamam e me lembro de inventar linguagens escritas em código – embora me pareça que isso deva ser normal para todas as crianças). De fato, quando eu saí da Facultad de Ciencias, alguns amigos me perguntaram por que não estudava tradução, e eu respondia que não me interessava pelo Direito (no Uruguai, a carreira de graduação é de tradutor público e se estuda na Facultad de Derecho). Na realidade, atualmente, posso dar uma resposta mais acertada: eu não me interessava pela tradução, pelo perfil profissional que tem a carreira. Eu sempre me interessei pela pesquisa. Então, por mais que a bioquímica não seja parecida com a linguística, ambas compartilham o fato de serem carreiras acadêmicas e de pesquisa.

Laca: Eu fiz a escola primária e a secundária em uma cidade provinciana do Uruguai. Tive a sorte de ter professores com uma grande vocação, e que meus pais soubessem do meu interesse por idiomas e o estimulassem, ajudando-me a aprender várias línguas estrangeiras durante minha infância e adolescência. Descobri a linguística por acaso, nas minhas primeiras semanas na Universidade. Quando me formei, queria estudar psicologia, mas, naquele ano, a Faculdade de Psicologia foi fechada, e matriculei-me em Letras para ocupar meu tempo. Havia um curso obrigatório de Introdução à Linguística para alunos do primeiro ano de Letras, e, na terceira semana do curso, eu já tinha decidido que queria dedicar minha vida a isso. O curso colocou muita ênfase em fonologia e morfologia, e acho que foi a

ideia de explicar aquilo que é observável por meio de entidades e processos abstratos subjacentes que me atraíu.

Saab: Tive minha formação em escola pública na Argentina. Toda a minha formação, aliás, desde o ensino fundamental até a universidade, foi no ensino público. Sempre tive uma certa facilidade ou inclinação natural para assuntos de linguagem e gramática, mas suponho que a maior influência vem mais de casa. Meus pais são professores e também ensinaram em todos os níveis, do fundamental ao universitário, então cresci em uma casa cheia de livros sobre história, literatura, filosofia e educação. Durante minha adolescência, tive uma espécie de fanatismo literário (e musical). Foi difícil para mim decidir que carreira seguir na universidade, embora a escolha ficasse entre História, Filosofia ou Letras. Finalmente, decidi por Letras. Essa escolha me obrigou a fazer uma matéria introdutória, Semiologia. E foi ali que ouvi, pela primeira vez, os nomes de Saussure, Bakhtin e Chomsky, da boca de um grande mestre e agora amigo, Esteban Palací. Fiquei tão deslumbrado que não tive dúvidas de que iria me dedicar à linguística. E assim foi.

Entrevistadoras: **E como foi sua formação em Linguística, mais especialmente em Linguística Formal?**

Polakof: A licenciatura em Linguística da Universidad de la República (UdelaR) tinha, por um lado, um currículo amplo de linguística europeia, estruturalista-funcionalista, voltado para os estudos gramaticais e, por outro, tinha um perfil de estudos sociolinguísticos. No entanto, eu sempre me interessei pela parte formal da análise linguística, embora não tivesse ninguém para lecionar esses tópicos na minha graduação. Quando terminei minha licenciatura, fiz um mestrado em gramática na Espanha, que também possuía esse perfil mais descritivo e tradicional. Investiguei

as nominalizações de evento e resultado, como em “construção”. Quando finalizei o mestrado, senti que a linguística que eu havia conhecido não poderia responder a todas as perguntas que eu tinha. Então, decidi fazer um mestrado em filosofia contemporânea, no qual estudei, sob orientação do professor Enrique Caorsi, as teorias de Frege e de Davidson e sua relação entre nominalizações de evento e os eventos como indivíduos do mundo. Então, tive uma primeira aproximação com os tratamentos formais das línguas naturais e da lógica. Quando terminei o mestrado em filosofia, decidi continuar trabalhando na área e fiz um doutorado sobre ontologia e o uso das línguas naturais (sob orientação do professor Oswaldo Chateaubriand), em que continuei investigando nominalizações de evento bem como as nominalizações adjetivais. No meu curso de doutorado, tive vários cursos de filosofia da linguagem e de lógica, que me deram uma base formal interessante, embora não tenha trabalhado com semântica formal. As bases sempre foram formais, mas de um ponto de vista da filosofia analítica da linguagem. Dediquei-me a estabelecer um vínculo entre os usos de expressões referenciais, como “a construção da ponte”, com entidades do mundo, como uma ontologia do mundo real (não da língua natural). Brenda Laca foi parte da banca de defesa da minha tese e me sugeriu que trabalhasse com semântica formal. Essa foi a maneira com que comecei a combinar meus estudos com a semântica formal. Devo dizer que, embora trabalhe com semântica formal, não me considero uma semanticista formal (pelo menos não uma que faça adesão aos postulados a que aqueles que trabalham em semântica formal tendem a aderir, como Partee, Heim, Kratzer, Chierchia, apenas para enumerar alguns). Voltando à pergunta, devo dizer que sim, a minha formação teve alguma morfossintaxe gerativa e muita lógica e filosofia analítica, que me levaram a mergulhar na semântica formal. Finalmente, surgiu a necessidade de usar semântica formal para realizar minhas pesquisas.

Laca: Eu me aproximei bastante tarde da linguística formal, tal como é entendida e praticada hoje. Minha formação inicial, que data dos anos 70 do século passado, incluía o estruturalismo europeu por um lado, e a filosofia analítica por outro, dois temas que eu não sabia articular nem entre si, nem com meu interesse pela análise do significado das construções gramaticais. A sintaxe gerativa tinha acabado de sair das “linguistic wars” (relativamente falando, as ideias chegavam bastante atrasadas na América Latina), e havia uma certa hostilidade em relação à semântica. A gramática de Montague era apenas um nome que poucos tinham ouvido, que parecia prometer muito, e ninguém sabia exatamente o quê. Depois de me formar no Uruguai, as vicissitudes da vida me levaram a fazer minha tese de doutorado na Alemanha e a trabalhar por vários anos em linguística românica sob a direção de Eugenio Coseriu, que foi essencial para minha formação intelectual, mas, ao mesmo tempo, tinha um profundo ceticismo em relação à linguística formal. Depois de terminar meu doutorado, comecei a pesquisar sobre determinantes, encontrei enormes dificuldades para entender a genericidade e conheci as teses de doutorado de Greg Carlson e David Dowty. Então, tive novamente a convicção de que era assim que eu queria trabalhar. De certa forma, comecei a fazer semântica formal “ao contrário”, com base no estudo de obras complexas que pareciam dar respostas satisfatórias às minhas perguntas.

Buscando um ambiente propício aos meus interesses, no final da década de 1980, comecei a me associar a um grupo de pesquisadores do *Laboratoire de Linguistique Formelle* na Paris 7 e me mudei da Alemanha para a França. Foram anos de descoberta coletiva de grande riqueza, dentro de uma equipe, liderada, em particular, por dois pesquisadores, Richard Zuber e Francis Corblin, que tentaram promover o desenvolvimento da semântica formal na França a partir da dupla perspectiva da teoria dos quantificadores generalizados e da DRT. No início dos anos 1990, eles iniciaram duas séries de conferências internacionais (*Conference on*

(preferably) *non-lexical semantics* e *Colloque de syntaxe et sémantique à Paris*) que, por assim dizer, trouxeram o mundo da semântica formal para Paris. Em suma, minha formação foi tardia e atípica, feita dentro da pesquisa e a par de outros pesquisadores que, como eu, estavam se “reconvertendo” e, como tal, adotando as técnicas e métodos da semântica formal. Isso é algo que também me interessa destacar: nunca me defini como uma semanticista formal, mas sim como uma linguista descritiva que usa as ferramentas da semântica formal em suas pesquisas e tenta alcançar os padrões de precisão e explicitação da semântica formal.

Saab: O curso de Letras da Universidade de Buenos Aires é longo e complexo, com muitas horas de disciplinas linguísticas, por um lado, e de literatura e de teoria literária, por outro. Linguística e Gramática são obrigatórias para todos os alunos. O aluno também tem a liberdade de escolher entre várias disciplinas, de modo que a formação final depende muito dessas escolhas particulares. Como já havia decidido me dedicar à linguística formal, optei por disciplinas como Sintaxe, Semântica e Pragmática, Fonologia e Morfologia *etc.* Também estudei disciplinas como Sociolinguística, Neurolinguística e Psicolinguística. Em seguida, havia quatro disciplinas obrigatórias para as quais escolhemos a orientação em Linguística Formal: Lógica, Teoria Lexical, Linguística Chomskyana e Modelos Formais Não Transformacionais (que, infelizmente, não foi ensinada em meus anos de estudante). Minha educação geral era, então, muito ampla, embora a gramática formal, em particular a gramática gerativa, sempre tivesse um lugar bastante marginal em minha carreira. De qualquer forma, tive a sorte de ter grandes professores, como Daniel Romero, que abriu as portas para muitas das minhas primeiras leituras, tanto de gramática gerativa quanto de semântica formal. Já em meus estudos de pós-graduação, mudei-me para a Escuela Superior de Idiomas (hoje Facultad de Lenguas) da Universidad Nacional del Comahue na cidade de General Roca (Província de Río

Negro), onde pude me aprofundar, aí sim, em meus interesses em sintaxe formal. Nesse período, foram meus orientadores de mestrado Pascual Masullo, primeiro, e, depois, Marcela Depiante. Terminei meus estudos de doutorado na Universidad de Buenos Aires sob orientação de Jairo Nunes e Ángela Di Tullio, duas das minhas referências mais importantes ao longo da minha vida acadêmica.

Entrevistadoras: Como você vê a produção em Semântica Formal no Rio da Prata e na América Latina de uma forma geral? Quais são seus destaques e seus desafios?

Polakof: Eu acho que está havendo um despertar da semântica formal na América Latina e que há várias pessoas trabalhando com o intuito de desenvolvê-la. Vejo que há um predomínio de estudos em línguas indígenas no Brasil, que no Rio da Prata está começando a abrir um caminho para um algum tipo de trabalho em semântica formal. Isso é graças à presença de Brenda Laca na UdelaR, que, de alguma maneira, nos abriu as portas a todas aquelas pessoas com quem queríamos trabalhar na formalização da língua natural. Eu acho que os pontos a destacar estão relacionados com o fato de que estamos investigando variedades que antes não eram estudadas e que estamos mostrando, pouco a pouco, que no sul também se fazem pesquisas interessantes. Eu tenho experiências no Brasil, no Uruguai e na Espanha. Minha experiência na Espanha não teve nenhuma relação com a parte formal, logo não sei como poderia estabelecer uma comparação. Minha experiência no Brasil se relacionou mais com a filosofia, e lá havia muito mais dinheiro que no Uruguai. No momento em que fazia o doutorado, foram convidados nomes importantes para os congressos. Conheci muita gente que eu havia estudado: Searle, Perry, Longobardi, Lasnik, Alexiadou, entre outros. Naquele momento, havia mais pessoas trabalhando no Brasil com temas que me interessam do que aqui no

Uruguai, e havia mais oportunidades (embora eu entenda que agora tenham diminuído drasticamente). Por outro lado, no Uruguai, tenho a liberdade para trabalhar no que quero, e isso, para mim, é uma enorme vantagem. Como somos poucos, tenho conseguido organizar meus próprios grupos de pesquisa, em vez de entrar nos projetos já existentes. Quanto aos desafios, há vários. Um importante é encontrar gente mais jovem que tenha interesse em se especializar em áreas formais da linguística. É difícil, há pouco financiamento e isso dificulta que se interessem por esse tema. Uma maneira que tenho tido para contornar este desafio é começando a estudar a dimensão expressiva, relacionada com a pejoratividade e a análise dos insultos de grupo, como “bolita” (usado de maneira depreciativa para se referir a alguém da Bolívia), que parece ser mais atrativo para os estudantes. Outro desafio é poder fazer uma semântica formal independente do que se faz no primeiro mundo. Não sei se é o que queremos, mas se quiséssemos, seria um desafio. O último desafio é conseguir financiamento, porque se espera que façamos projetos que possam ser divulgados e contribuir com a sociedade, e, às vezes, é difícil transmitir o formal para as massas (ou talvez seja eu que não tenha a capacidade de fazê-lo de forma simples). Às vezes, é difícil argumentar sobre por que é importante para a sociedade propor que os quantificadores devem ser analisados como funções de escolha, ou por que é importante analisar com base em uma perspectiva formal um fenômeno como a pejoratividade. Entretanto, de vez em quando, conseguimos financiamento para trabalhar com estes temas.

Laca: Quero fazer a ressalva de que minha visão é muito parcial e recente. A semântica formal me parece bem consolidada no Brasil, com pelo menos duas décadas de tradição em diversos centros universitários, com inserção importante também há anos em projetos e redes internacionais e com aplicações de grande interesse para a descrição e análise das línguas faladas no Brasil. No México e na Argentina, uma comunidade que está

fazendo um trabalho interessante também está se consolidando. Não conheço a situação em outros lugares, o que pode ser simplesmente falta de informação.

Acho que há dois desafios importantes no momento: por um lado, garantir a presença de cursos de semântica formal ou semântica composicional (prefiro sempre esta segunda designação) nos currículos, se possível já na licenciatura (lembro que na Université Paris 8 tivemos dois cursos, um de lógica e semântica, e outro de semântica composicional como disciplinas obrigatórias na licenciatura em ciências da linguagem, além de um curso introdutório intensivo de semântica formal no primeiro ano do mestrado), por outro lado, ver se há massa crítica suficiente para criar algum tipo de evento recorrente que reúna pesquisadores latino-americanos e, assim, contribua para a consolidação de uma comunidade.

Saab: Acredito que a maior riqueza do Rio da Prata, e da América Latina, em geral, está no enorme talento e criatividade de seus recursos humanos, em particular, de todos os nossos alunos, que, infelizmente, muitas vezes são obrigados a deixar seus países em busca de financiamento para suas pesquisas. O primeiro desafio, então, é interromper essa migração, pelo menos parcialmente. Na Argentina, por exemplo, o Estado investe muito na formação de cidadãos profissionais, e a educação é, em muitos casos, de excelência. O problema é que o mesmo Estado não oferece a continuidade de muitos projetos de pesquisa, seja porque o mercado de trabalho não tem oferta suficiente seja porque os cargos de pesquisa estaduais oferecem salários muito baixos. De qualquer forma, perder esses recursos é perder parte de todo esse investimento. Mesmo assim, e com a limitada margem de manobra que temos, progressos consideráveis estão sendo feitos na semântica formal na América Latina. O grupo de trabalho que coordeno junto com Eleonora Orlando, na Sociedad Argentina de Análisis Filosófico, está trazendo contribuições substanciais em áreas tão importantes como a

semântica da expressividade, dos nomes próprios e da referência em geral e dos predicados estéticos, entre outros tópicos. A lista de nossas contribuições está disponível em nosso site: <https://sites.google.com/view/ba-lingphil/publications>. Outros centros importantes neste momento estão sediados no Brasil, Uruguai e Peru. Para estreitar os laços entre pesquisadores sul-americanos, foi formado o Filing-Sur, presidido por Ana Clara Polakof, da Universidad de la República, Uruguai (disponível no endereço eletrônico <https://sites.google.com/view/filingsur/p%C3%A1gina-inicial>). Embora tenha menos contato, sei que o Colegio de México e a Universidad Nacional Autónoma de México também estão fazendo avanços importantes, como atesta o fato de serem responsáveis pela organização do SALT 32 este ano, que, pela primeira vez em sua história, está sendo realizado em um país latino-americano (lembra-se que o SALT é a conferência de semântica formal mais importante da América e, talvez, do mundo). Em resumo, eu diria que nossos maiores desafios estão em oferecer oportunidades para que nossos alunos não optem pelo desenraizamento e em fortalecer, tanto quanto possível, os laços entre pesquisadores de diferentes países latino-americanos.

Entrevistadoras: O que você diria a um estudante de graduação em Letras interessado em começar uma pesquisa em Semântica Formal?

Polakof: Eu lhe diria que estude filosofia analítica da linguagem e lógica, além da semântica formal, para que entenda os fundamentos da semântica formal. Há uma raiz filosófica nos fundamentos da semântica formal que a maior parte dos linguistas tende a desprezar e que me parece fundamental para poder entender o que se está fazendo e por quê. Certamente, neste conselho, pesa minha própria formação em filosofia, mas eu realmente acho que é necessário que o semanticista formal entenda de onde veio tudo. Eu lhe diria, também, que vale a pena o esforço, que a semântica

formal nos ajuda a entender a estrutura da língua natural. Eu lhe diria, finalmente, que, se precisar de ajuda, que me envie um *e-mail* e eu, com certeza, vou responder.

Laca: Que procure ter a formação básica mais orgânica e gradual possível, indo do mais simples ao mais complexo. A semântica formal deve ser aprendida como a sintaxe é aprendida: progressiva e gradualmente.

Saab: Eu lhe diria que o problema do significado nas línguas naturais contém todo o fascínio de um verdadeiro problema científico, e que, além disso, se conecta com outros problemas e outras disciplinas igualmente fascinantes (teoria da comunicação, psicologia cognitiva e do desenvolvimento, antropologia e sociologia, lógica, inteligência artificial *etc.*). Eu lhe diria também que a área da América Latina merece mais desenvolvimento e que há um longo caminho a percorrer e muito trabalho a fazer.

Formal Semantics in Latin America: history and future perspectives

Abstract: *The aim of this interview was to explore the diversity of trajectories and perspectives on Formal Semantics of three researchers working in universities in Uruguay and Argentina that are exponents in their respective research areas. The three are internationally recognized for their work. Ana Polakof and Brenda Laca are professors at Universidad de la República (UdelaR) from different academic generations. Brenda had a research background in Europe before working at UdelaR and has an influential work in the areas of tense, aspect, mode and modality, while Ana Clara is a young researcher who has prominent studies in the area of events from both a linguistic and a philosophical perspective. Andres Saab, in turn, is a professor at the Universidad de Buenos Aires (UBA) and a researcher at the Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). He works on the syntax-semantic interface and has more recently researched insults and expressiveness. The interview with the three researchers is more a focused reflection than an overview, but it presents a good view for those who want to have a dimension of both the history and the future perspective of the area of Formal Linguistics in Latin America, especially in the studies of meaning.*

Keywords: *Formal Linguistics. Semantics. Latin America.*

Semântica Formal na América Latina: história e perspectivas futuras

Resumo: O objetivo desta entrevista foi fazer um percurso sobre a diversidade de trajetórias e perspectivas acerca da Semântica Formal de três pesquisadores atuantes em universidades no Uruguai e na Argentina e expoentes nas respectivas áreas de pesquisa. Os três são reconhecidos internacionalmente por seu trabalho. Ana Polakof e Brenda Laca são professoras na Universidad de la República (UdelaR) de gerações acadêmicas diferentes. Brenda teve um percurso de pesquisa na Europa, antes de atuar na UdelaR, e tem trabalhos influentes na área de tempo, aspecto, modo e modalidade, enquanto Ana Clara é uma jovem pesquisadora que tem estudos proeminentes na área de eventos com base em uma perspectiva tanto linguística quanto filosófica. Andres Saab, por sua vez, é docente na Universidad de Buenos Aires UBA e pesquisador do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (Conicet). Trabalha na interface sintaxe-semântica e tem pesquisado, mais recentemente, os insultos e a expressividade. A entrevista com os três pesquisadores é mais um recorte do que um panorama, mas apresenta uma boa visão para aqueles que querem ter uma dimensão tanto da história quanto da perspectiva futura da área de Linguística Formal na América Latina, em especial dos estudos do significado.

Palavras-chave: Linguística Formal. Semântica. América Latina.

Recebido em: 09/06/2022

Aceito em: 24/06/2022

Dossier

O processo de reescrituração da formação nominal *corpo real* e suas direções argumentativas

Luciani Dalmachio¹
Vic Stussi de Melo Martins

Resumo: Neste estudo, analisamos o processo articulatório da construção nominal *corpo real*, composta por nome núcleo (corpo) + convergente (real). De modo específico, abordamos essa construção como formação nominal (FN), a fim de demonstrarmos em que medida tal FN, por meio das direções argumentativas, se oferece como ancoragem para produção e atualização dos efeitos de sentidos, nos enunciados de que participa, tendo em vista o processo de reescrituração. Essa abordagem apresenta como fundamento os pressupostos teóricos da semântica da enunciação, desenvolvidos por Guimarães (2002, 2018) e por Dias (2013a, 2013b, 2018). Como resultado, notamos, por meio de uma análise linguística, ancorada em aspectos sócio-históricos, que o corpo da mulher contemporânea está em constante disputa pelo direito de ser, uma vez que, assim como há mulheres que lutam pelo corpo magro, outras se propõem saudáveis e definidas e outras, ainda, tentam se mostrar satisfeitas com o padrão que, geneticamente, lhes pertence, ou seja, com um *corpo real*. Diante desse fato, tomamos o corpo feminino como resultado de sentidos enunciativamente produzidos.

Palavras-chave: Semântica da enunciação. Formação nominal. Corpo feminino. Reescrituração. Direções argumentativas.

A história do corpo feminino se constitui, de acordo com o lugar teórico que ancora esta pesquisa, com base nas enunciações que sobre ele se manifestam e, conseqüentemente, o significam. À vista disso, diferentes efeitos de sentido, balizados por distintos referenciais

1 Possui Mestrado (2008) e Doutorado (2013) em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Atualmente é Professora Adjunta da Universidade Federal de São João del-Rei - UFSJ e coordenadora do Curso de Letras. É membro do grupo de pesquisa ENUNCIAR, da Universidade Federal de Minas Gerais e Vice-Coordenadora do GT Semântica e Estudos Enunciativos da ANPOLL. Principais áreas de estudo: semântica, sintaxe, enunciação.

históricos, são gerados por meio de um novo dizer que vem encontrando regularidade de uso, em relação ao corpo da mulher: o *corpo real*.

Nessa direção, sob o viés dos estudos semântico-enunciativos, voltamos nosso olhar para formações nominais (doravante FN) que participam da constituição de enunciados cujo escopo referencial é o corpo feminino real, isto é, analisamos ocorrências de dizeres sobre o corpo feminino e os diversos movimentos enunciativos que envolvem a constituição dos sentidos atribuídos a esses dizeres, tendo em vista que “o corpo é construído linguística, social e historicamente” (MARTINS, 2021, p. 15).

Para coletarmos e analisarmos os dados, utilizamos o procedimento metodológico de *rede enunciativa* desenvolvido por Dias (2018), para quem

[...]a constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção dos domínios de mobilização que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e/ou podem também ser buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua. (DIAS, 2018, p.35).

Por fim, tentamos demonstrar, como objetivo deste trabalho, em que medida as FNs analisadas, por meio das direções argumentativas, se oferecem como ancoragem para a produção e atualização dos sentidos sobre o corpo feminino, tendo em vista o processo de reescrituração de que participam.

Aporte teórico

Para a constituição de nossa pesquisa, trabalhamos com o aporte teórico da Semântica da Enunciação ou Semântica do Acontecimento. Esse pressuposto é definido por Guimarães (2002, p. 11) como “acontecimento de linguagem, que se faz pelo funcionamento da língua.” Assim, consideramos que a enunciação é um acontecimento enunciativo de natureza histórico-social.

Dito isso, filiados a essa perspectiva teórica, defendemos a tese de que a linguagem significa o mundo e que tudo aquilo que é dito se constroi na/pela linguagem. Desse modo, podemos dizer que a enunciação é um acontecimento histórico-social, que, por meio do funcionamento da língua, se materializa em enunciados cuja significação se produz por meio de uma temporalidade própria desse acontecimento. (GUIMARÃES, 2002).

Por oferecer sustentação importante a nosso estudo, essa pesquisa traz para o centro das discussões o conceito de formação nominal, uma vez que se ocupa em demonstrar o *processo* de constituição das formas nominais no âmbito enunciativo. Nas palavras de Dias,

[...]o estudo da formação nominal estaria centrado não na descrição do objeto produzido (sintagma nominal) e muito menos nas características fonético fonológicas ou gráficas da unidade, mas na constituição dos referenciais da sua produção, na razão das articulações que são contraídas interna e externamente à construção nominal. (DIAS, 2017, p. 124).

Outro conceito relevante a esse estudo é a noção de referencial histórico. Assim, ancorados em tal conceito, voltamos nosso olhar para FNs que atribuem sentidos a dizeres sobre o corpo feminino real, tendo em vista o conjunto de possibilidades de significação da realidade pelo dizer. Isto é, por não se definir como algo estático, o referencial histórico agrega possibilidades de movimentos do sentido, que, por seu turno, regularizam diversos polos de referencialidade (DIAS, 2013b).

Com base nos estudos de Dias (2013a, 2013b, 2018) acerca do referencial histórico, incluiremos, nessa pesquisa, duas categorias de referencial: a primeira intitula-se *referencial temático*, que, por sua vez, se desdobra na segunda, as *perspectivas referenciais*. Desse modo, entendemos o referencial temático como

[...]divisões histórico-sociais da significação em grandes domínios de sentido no âmbito dos estudos da linguagem. Em outros termos, o referencial temático investe-se de uma amplitude referencial ancorada em manifestações sociais do cotidiano que, ao se relacionar com expressões linguísticas regularizadas discursivamente e materializadas nos enunciados, apresenta-se em perspectivas. (MARTINS, 2021, p. 58).

As perspectivas referenciais, por sua vez,

[...]são acionadas pelos diferentes olhares e interpretações do referencial temático. Assim, para que esse movimento de perspectivação aconteça, é necessário um olhar para o referencial temático em enunciação, mobilizado em um enunciado, uma vez que as perspectivas referenciais são constituídas pelas diversas experiências de percepção. Trata-se, portanto, de pontos de vistas que se assentam e se articulam linguisticamente, como um gesto de construção social. (MARTINS, 2021, p. 58).

Em outros termos, o referencial histórico abrange os domínios de ancoragem do enunciado, que são estabelecidos levando-se em conta os dizeres já enunciados e é atualizado por meio da pertinência enunciativa.

A noção de pertinência enunciativa, por sua vez, é concebida por Dias (2018) como pertencimento/adesão, isto é, trata-se da adesão dos enunciados à temporalidade do acontecimento enunciativo.

Nos termos de Dias,

[...] o conceito de pertinência enunciativa se fundamenta na ideia de adesão. Enquanto seres de linguagem, vale dizer, enquanto seres constitutivamente históricos, nós somos instalados a responder, a interpretar, a inferir enunciativamente nas situações que se nos apresentam. É a “demanda do presente” que estamos denominando pertinência enunciativa. As respostas, as interpretações, as interferências que se efetivam na enunciação, isto é, as respostas às demandas do presente são constitutivas do acontecimento enunciativo. (DIAS, 2018, p. 103).

Ainda no âmbito dos pressupostos teóricos desse trabalho, entendemos ser importante ressaltar a forma como serão abordados os conceitos de *reescrituração* e de *argumentatividade*, para que possamos aprofundar nossas discussões durante o processo de análise.

Para uma semântica de bases enunciativas, o enunciado é a unidade de análise e apresenta, como principais fundamentos, *a consistência interna* e *a independência relativa* (GUIMARÃES, 2018). Para Guimarães, essas duas particularidades do enunciado estão atreladas aos modos de relação enunciativa de *articulação* e de *reescrituração*; isto é, a articulação está vinculada à produção da consistência interna e a reescrituração, por sua vez, à produção da independência do enunciado, tendo em vista a sua relação de integração com o texto (GUIMARÃES, 2018).

Os modos de relação por articulação funcionam como organizadores das formas que compõem os enunciados. Nas palavras do autor, a articulação “é o modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas”, ou seja, trata-se de “uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento”. (GUIMARÃES, 2018, p. 80).

Com efeito, os enunciados podem ser estruturados, tendo em vista três modos distintos de articulação: por dependência; por coordenação e por incidência. Explicaremos, de maneira breve, a seguir, cada um dos três

modos propostos por Guimarães (2007; 2017; 2018).

O primeiro modo é o de articulação por dependência, que “se dá quando os elementos contíguos se organizam por uma relação que constitui, no conjunto, um só elemento” (GUIMARÃES, 2018, p. 81). A articulação por coordenação, por seu turno, “é aquela que toma elementos de mesma natureza e os organiza como se fossem um só da mesma natureza de cada um dos constituintes. [...]. Em outras palavras, apresenta-se por um processo de acúmulo de elementos numa relação de contiguidade” (GUIMARÃES, 2018, p. 81). Por fim, a articulação por incidência “é a relação que se dá entre um elemento externo a outro que, ao se articular com ele, forma um elemento do segundo tipo”. (GUIMARÃES, 2018, p. 81).

É nessa medida que o procedimento de articulação estabelece relações semânticas, em virtude do modo como as formas – tomadas em sua estrutura e ordem –, que compõem os enunciados, significam algo em sua contiguidade, isto é, a articulação aponta para sentidos relativos à maneira como um determinado enunciado integra um texto. Nas palavras de Guimarães (2018, p. 84), as articulações “não são meramente relações internas ao enunciado, mas relações de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto”. Além disso, o modo de relação por articulação está diretamente ligado ao processo de produção de sentidos dos acontecimentos.

O segundo modo de relação enunciativa – que balizará nossas análises e será, portanto, o centro de nossa atenção –, com base nos pressupostos teóricos de Guimarães, é a reescrituração. Para o autor, a reescrituração “é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito” (GUIMARÃES, 2018, p. 85).

O movimento de redizer o que já foi dito, em um acontecimento enunciativo, produz diferentes efeitos de sentido sobre a significação do texto, uma vez que esse “dizer novamente” não é dizer o mesmo. Dito de outra forma, o processo de redizer projeta novos sentidos sobre aquilo que

é dito de novo, tendo em vista a relação de reescrituração entre duas, ou mais, formas integrantes de um mesmo texto. Nas palavras de Guimarães (2018, p. 85), “há reescrituração quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Nesse caso, Y reescritura X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si.”

Posto dessa maneira, o modo de relação enunciativa por reescrituração é capaz de produzir efeitos de sentido que atravessam a linearidade do texto, efeitos esses que se materializam no acontecimento. Essas novas possibilidades de dizer, por marcarem certas diferenças, em relação àquilo que já foi dito, constituem novos acontecimentos enunciativos que continuam em constante movimento, registrando novos processos de sentido na história.

Ademais, a reescrituração é uma operação que significa, na temporalidade do acontecimento, o seu presente. A reescrituração é, portanto,

[...] a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre. E, ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, o memorável. [...] E esse movimento de predicação na duração do presente pelo memorável significa porque projeta um futuro, o tempo da integração no depois do acontecimento no qual o reescriturado é refeito pelo reescriturante. (GUIMARÃES, 2017, p. 38).

Para Guimarães, a reescrituração é uma operação enunciativa que atribui significação aos elementos formais que constituem um texto, ou seja, isso é o que o autor nomeia de “determinação semântica” (GUIMARÃES, 2018, p. 86). Desse modo, segundo Guimarães (2018, p. 86), “trata-se de

uma operação pela qual, no fio do dizer, uma expressão reporta a outra, por modos de relação específicos variados. Uma expressão pode retomar outra, pode negá-la, pode redizê-la em outros termos.” De acordo com o autor, assim como o procedimento de articulação, o processo de reescrituração apresenta diferentes modos de relação dos elementos linguísticos que compõem os enunciados de um texto.

A fim de delinear os modos de relação por reescrituração, mostraremos um panorama de como eles ocorrem. Conforme postulado por Guimarães (2018), a reescrituração pode se dar por *repetição*, quando um elemento linguístico é retomado no enunciado; por *substituição*, quando um elemento linguístico é substituído por outro elemento no enunciado; por *elipse*, quando um elemento linguístico é omitido no enunciado; por *expansão*, quando um elemento linguístico é ampliado no enunciado e, por fim, por *condensação*, quando um elemento linguístico é condensado por outro elemento no enunciado.

Esses modos de redizer o que já foi dito, por sua vez, produzem relações de *sinonímia*, de *especificação*, de *desenvolvimento*, de *globalização* (ou *totalização*) e de *definição*. Nos termos de Guimarães, essas relações se estabelecem entre elementos de enunciados próximos, ou não, “e isto é parte do modo de produzir sentido (a integração dos enunciados ao texto). Assim esta operação de redizer é decisiva no modo como os enunciados, integrados a um texto, significam.” (GUIMARÃES, 2018, p. 89).

A reescrituração se configura, portanto, como um processo que produz a diferença nos acontecimentos enunciativos. Ao redizer o que já foi dito, os diversos sentidos advindos das relações entre as formas que pertencem a um mesmo texto ganham pertinência e se regularizam, gerando uma *orientação argumentativa* distinta.

Ao partirmos de uma perspectiva teórica que lida com a constituição dos efeitos de sentidos, com base no aspecto histórico da linguagem, discutiremos as noções de *argumentação* e de *argumentatividade* atreladas

ao direcionamento do dizer, uma vez que nos pautamos na tese de que “as formas linguísticas são, assim, entidades potencialmente provocadoras de orientações do dizer. As formas da linguagem evocam discursos que podem se materializar nos encadeamentos argumentativos.” (DIAS, 2018, p. 60).

Diante dessa concepção, apresentaremos, a seguir, aspectos pertinentes ao nosso trabalho que se aproximam, ou estabelecem um contraste, no que concerne à noção de orientação argumentativa (GUIMARÃES, 2013; 2018), assumida pela Semântica da Enunciação.

Argumentar é uma prática linguística que acompanha, historicamente, diferentes sociedades. As reflexões acerca da argumentação encontram base na Retórica, que consiste em uma visão prescritiva de Aristóteles (1979 *apud* SILVEIRA, 2019, p.46). Segundo Silveira (2019), ao propor o estudo da argumentação, o filósofo elaborou, sistemicamente, procedimentos que auxiliavam a constituição do discurso persuasivo, isto é,

o autor estudou a forma como uma argumentação deve ser estruturada. Assim, a arte retórica, proposta por Aristóteles (1979), cria as operações argumentativas que visam à persuasão por meio do discurso do locutor que é proferido argumentativamente para adquirir a adesão de seu auditório. (SILVEIRA, 2019, p. 46).

Ao sistematizar o estudo da argumentação, por meio da Retórica, Aristóteles (1979 *apud* SILVEIRA, 2019) buscava identificar quais elementos deveriam constituir um discurso cuja finalidade era *persuadir*. Em contraste à visão prescritiva aristotélica, que concebia a argumentação como um ato de persuasão, destacamos os estudos argumentativos de Oswald Ducrot, cujo interesse é abordar a argumentação na língua.

Desse modo, Ducrot (2009) defende que a *argumentação linguística*

não estabelece uma relação direta com a *argumentação retórica*. O autor caracteriza a argumentação retórica como “uma a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa.” (DUCROT, 2009, p. 20). Diante dessa definição, Ducrot sustenta que esse viés argumentativo expressa algumas limitações, posto que o “fazer crer”, segundo o autor, não demanda uma ação de alguém sem que este esteja amparado por um “crer.”

Outra limitação apontada por Ducrot (2009) é a de que a Retórica considera outros elementos de “fazer crer” como parte do processo de persuasão, o que poderia desencadear diferentes interpretações, ou seja, a persuasão, por meio de *intenções* ou de *demonstrações orais* daquele que argumenta, distancia-se da materialidade linguística, dificultando conclusões mais precisas, uma vez que tais proposições são apoiadas, de acordo com Ducrot (2009), “em outros motivos que não os racionais [...]. O que eu defendo, quanto a mim, é que a argumentação discursiva não tem nenhum caráter racional, que ela não fornece justificação, nem mesmo esboços fracos, lacunares, de justificação” (DUCROT, 2009, p. 21). Em suas palavras, a argumentação retórica “é definida como um esforço *verbal* para fazer alguém crer em algo” (DUCROT, 2009, p. 21, grifo nosso).

A *argumentação linguística* ou, simplesmente, *argumentação*, por sua vez, é definida como “um meio evidente de fazer admitir uma proposição” (DUCROT, 2009, p. 21). Em outros termos, é um procedimento direto que faz com que alguém creia em algo. Ainda consoante o autor, a argumentação se configura pelo “encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector do tipo *donc* (portanto), *alors* (então), *par conséquent* (consequentemente). Chamarei A o argumento, e C a conclusão” (DUCROT, 2009, p. 20-21). Assim, a argumentação linguística, conforme postula Ducrot, pode ser expressa da seguinte forma: A (*argumento*) + *Portanto / No entanto* = C (*conclusão*), visto que “o próprio conteúdo do argumento só pode ser compreendido pelo fato de que conduz à conclusão.” (DUCROT, 2009, p. 22).

Diante do exposto, Ducrot afirma que o sentido está inscrito na língua e é estabelecido, portanto, em um enunciado. Em outros termos, as palavras que constituem os enunciados, isto é, as marcas linguísticas registradas nos discursos, conferem orientações argumentativas aos dizeres. Logo, o valor argumentativo de um discurso advém da orientação argumentativa da materialidade linguística, já que “há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito” (DUCROT, 2009, p. 23).

É importante salientarmos que a abordagem acerca da noção de argumentação, que assumimos nesse trabalho, difere dos estudos desenvolvidos por Aristóteles (1979) e por Ducrot (2009). Contudo, apresentamos essas duas vertentes, conforme mencionamos anteriormente, com o intuito de apontarmos semelhanças e diferenças entre os estudos teóricos. Isso posto, discorreremos, a seguir, a respeito da argumentação sob o viés da Semântica da Enunciação, linha teórica que baliza essa pesquisa.

Com base nas reflexões apresentadas anteriormente, trazemos os estudos argumentativos, conforme analisa a Semântica da Enunciação (GUIMARÃES, 2013; 2018). Em uma semântica de bases enunciativas,

a argumentação se caracteriza como uma relação produzida pelo agenciamento do alocutor-x e pela configuração que ele produz de seu alocutário-x relativamente à sustentação do que se enuncia. Isto significa que a argumentação é significação produzida pela enunciação. Não se trata, portanto, de caracterizá-la como busca da persuasão, pois isto seria tomá-la fora das relações de sentido, como efeito segundo (GUIMARÃES, 2018, p. 108).

Logo, sob essa perspectiva teórica, a argumentação se configura como “o processo pelo qual um lugar social de locutor sustenta uma posição na enunciação. O sentido da argumentação não é o da persuasão é o da

sustentação de uma posição, e, nesse sentido, é política” (GUIMARÃES, 2013, p. 283). Assim, a argumentação adquire um caráter político na cena enunciativa, posto que, segundo Guimarães (2013), o “mesmo enunciado pode ter duas relações de argumentatividade opostas” (GUIMARÃES, 2013, p. 278). A cena enunciativa, por sua vez, “é o lugar social de locutor que aparece significando uma relação destes lugares com as condições históricas do acontecimento enunciativo.” (GUIMARÃES, 2018, p. 99).

Nessa medida, a argumentação é produzida no acontecimento enunciativo – tendo em vista as relações enunciativas que compreendem o lugar social de dizer, que, por seu turno, balizam a sustentação de uma posição –, fazendo parte, portanto, do processo de significação.

Alicerçados, ainda, pelos estudos argumentativos de Guimarães, destacamos uma outra categorização que se integra à noção de argumentação defendida pelo autor: a *argumentatividade*. A argumentatividade está associada ao processo de produção de sentidos no enunciado que, integrado ao texto, orienta o dizer, ou seja, “o que faz significar a argumentatividade é a articulação da língua” (GUIMARÃES, 2018, p. 117) que agencia o falante na cena enunciativa. Isso se dá pelo acontecimento da enunciação que direciona argumentativamente os sentidos das relações entre enunciados que constituem o texto, posto que uma mesma forma linguística pode ter distintas direções argumentativas quando posta em diferentes enunciações. Com efeito, “a argumentação é o processo geral da sustentação de posições pelo alocutor, e a argumentatividade é, no seu interior, um processo específico pelo agenciamento linguístico do Locutor e segundo as relações da dinâmica da cena enunciativa.” (GUIMARÃES, 2018, p. 126).

Nesse âmbito, fundamentados pelos pressupostos da semântica da enunciação, verificamos que a argumentação não visa ao convencimento do interlocutor, uma vez que trabalhamos com a ideia de direção argumentativa do dizer para a produção de sentidos. Desse modo, salientamos “que a enunciação não se caracteriza por intenções de alguém. O sentido se

constitui exatamente pelos modos de agenciamento do acontecimento da linguagem.” (GUIMARÃES, 2018, p. 44).

Diante do que acabamos de apresentar, e conforme o que propomos no início dessa discussão, é possível aproximarmos os postulados de Ducrot (2009) aos estudos da Semântica da Enunciação, na medida em que a noção de orientação argumentativa estabelece certas associações, no que tange o interesse pela análise da materialidade linguística no processo de produção de sentidos na argumentação. Além disso, os estudos de Guimarães e de Ducrot se distanciam da perspectiva retórica defendida por Aristóteles (1979), uma vez que ambos, dadas as devidas proporções, defendem que o “fazer crer” acarreta certas limitações. Outro aspecto que afasta a Semântica da Enunciação da argumentação retórica é o fato de que, como já discutimos, não trabalhamos com as ideias de persuasão e de intenção daquele que fala, já que, para nós, a significação produzida pela argumentatividade se manifesta na língua em articulação.

Em análise: o *corpo real*

O corpo emergente do século XXI é balizado pela temática das diferenças, uma vez que busca quebrar estereótipos e representar o plural feminino. Em outros termos, esse novo movimento visa a ampliar a visão limitada que existe sobre o conceito de beleza e valorizar os atributos físicos específicos das mulheres, auxiliando-as no processo de aceitação de seus corpos e libertando-as de padrões estéticos inatingíveis.

Com efeito, analisaremos, a partir de agora, ocorrências em que há a representação da beleza feminina, de forma democrática, e sem imposições dos padrões estéticos exigidos pela mídia. Assim, nós nos ocuparemos em verificar de que maneira esses corpos polissêmicos suscitarão diferentes efeitos de sentido, tendo em vista os acontecimentos enunciativos dos quais fazem parte.

A fim de tentarmos atingir o objetivo proposto nesse estudo, demonstraremos em que medida as FNs analisadas, por meio das direções argumentativas, se oferecem como ancoragem para a produção e atualização dos sentidos sobre o corpo feminino, tendo em vista o processo de reescrituração.

Contudo, antes de nos determos à questão do corpo real, pretendemos, neste momento, retomar alguns pontos apresentados na seção anterior, a respeito dos conceitos de reescrituração e de argumentatividade, para que possamos aprofundar nossas discussões durante o processo de análise.

O primeiro pressuposto teórico que balizará as análises desta seção é o modo de relação enunciativa por reescrituração que, como já abordamos, consiste no movimento de “dizer novamente”; isto é, trata-se de uma relação em que a enunciação rediz o que já foi dito (GUIMARÃES, 2018). Esse processo, por sua vez, atravessa a linearidade do texto e se materializa no acontecimento enunciativo, produzindo diferentes efeitos de sentido, uma vez que, por marcarem diferentes possibilidades de redizer aquilo que já foi dito, os sentidos estão em constante movimento e, por essa razão, registram novas pertinências na história.

A segunda perspectiva adequada às nossas análises é o conceito de argumentatividade, proposto por Guimarães (2018). Para o autor, a argumentatividade está associada ao processo de produção de sentidos e, quando materializada no acontecimento enunciativo, orienta os dizeres.

Salientamos, conforme já apresentado, que a argumentatividade corresponde a um procedimento específico, que faz parte da argumentação. Esta, por seu turno, é definida por Guimarães (2013) como a sustentação de uma posição e não visa, portanto, ao convencimento do interlocutor, tampouco está atrelada à ideia de intenção daquele que fala.

Com vistas a compreendermos o processo de reescrituração da FN *corpo real*, bem como os diversos efeitos de sentido advindos dos direcionamentos argumentativos, analisaremos as Figuras (1), (2) e (3), a

seguir:

Corpo ideal e corpo real são conceitos diferentes que definem as **características da estrutura física do corpo humano**.

A principal diferença entre um corpo ideal e um corpo real está precisamente nos fatores que os definem. O corpo ideal é considerado o "corpo perfeito", ou seja, tido como o padrão estético **idealizado pela sociedade dominante**, que dita o que é bonito e feio, assim como o que está na moda, tanto para os homens como para as mulheres.

Já o corpo real, consiste no "**corpo natural**" das pessoas, ou seja, as diferentes estruturas físicas e estéticas que existem, abrangendo as particularidades e características naturais do corpo de acordo com o ambiente em que este está inserido.

Ao contrário do corpo ideal, que segue uma "receita" que determina estereótipos físicos específicos, o corpo real não tem um padrão básico. Os corpos reais são caracterizados pelas particularidades inerentes de cada estrutura física, seja ela magra, alta, baixa, gorda, loira, morena, etc.

Fonte: *Significados*, 2020².

Figura 2 – Post do perfil @zinzane no Instagram



Fonte: Instagram, 2020³.

2 Disponível em: <https://www.significados.com.br/corpo-ideal-e-corpo-real/>. Acesso em: 4 fev. 2021.

3 Disponível em: <https://www.instagram.com/zinzaneoficial/>. Acesso em: 7 set. 2020.

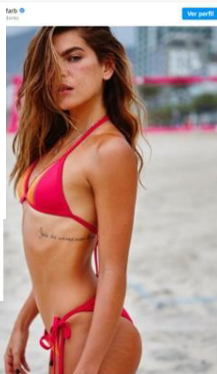
Figura 3 – O corpo real de famosas brasileiras

'TENHO ESTRIAS, CELULITE, ESPINHA', DETALHOU MARIANA GOLDFARB

Casada com [Cauã Reymond](#) desde abril de 2019, [Mariana Goldfarb](#) compartilhou foto de biquíni assumindo o corpo real. "Sim, eu tenho estrias, e celulite, e espinha, e encolho a barriga e sou feliz assim", afirmou em relação às marquinhas.

Em outro momento, com uma [foto de close do seu bumbum reforçou a autoaceitação](#). "Perfeitamente imperfeito. Bom dia real, verdadeiro, natural, gostoso! Bora!", escreveu a apresentadora, sendo parabenizada pelos seguidores. "O mundo precisa de mulheres como você", comentou uma fã.

[reforçou a autoaceitação](#). "Perfeitamente imperfeito. Bom dia real, verdadeiro, natural, gostoso! Bora!", escreveu a apresentadora, sendo parabenizada pelos seguidores. "O mundo precisa de mulheres como você", comentou uma fã.



Fonte: *Pure People*, 2020⁴.

O exemplo (1) traz descrições que estabelecem uma breve comparação entre o *corpo real* e o *corpo ideal*. Este último é sinônimo de *corpo perfeito*, por não admitir, em sua essência, o que os padrões estéticos determinam como defeitos. O *corpo real*, por sua vez, é denominado como aquele que compreende, conforme expresso no exemplo (1), as diferentes estruturas físicas e estéticas que existem, abrangendo as particularidades e características naturais do corpo de acordo com o ambiente em que este está inserido. Por abranger a diversidade, isto é, por contemplar *corpos diferentes*, como constatamos na Figura (2) – que consiste na divulgação de um modelo de vestido que atende à demanda de corpos plurais, com diferentes medidas e silhuetas –, o *corpo real* autoriza um corpo com *estrias*, *celulite* e *espinhas*, reconhecendo-o como *natural*, *verdadeiro* e *perfeitamente imperfeito*, como afirma a modelo Mariana Goldfarb, no exemplo (3).

Com efeito, as FNs *corpo natural*; *diferentes estruturas físicas* e

⁴ Disponível em: https://www.purepeople.com.br/noticia/corpo-real-com-estrias-isis-valverde-e-mais-famosas-postam-fotos-sem-edicao-veja_a304115/1. Acesso em: 5 fev. 2021.

estéticas; corpos diferentes; corpo perfeitamente imperfeito; corpo com estrias; corpo com celulite; corpo com espinhas e corpo verdadeiro reescrevem *corpo real*, quando presentificadas e atualizadas no acontecimento enunciativo, atribuindo-lhe novos contornos de sentido.

A rede enunciativa, descrita no Quadro 1, demonstra esse processo de reescrituração cuja pertinência se manifesta sustentada por um dos referenciais históricos que balizam o corpo feminino na atualidade.

Quadro 1 – Rede Enunciativa: efeitos de sentido da FN *corpo real*

FN (Coletadas e/ou produzidas com base nos exemplos)	FN (Em processo de reescrituração)	Referencial histórico	
		Perspectiva referencial	Referencial temático
corpo natural	corpo real	bem-estar	beleza
diferentes estruturas físicas e estéticas			
corpos diferentes			
corpo perfeitamente imperfeito			
corpo com estrias			
corpo com celulite			
corpo com espinhas			
corpo verdadeiro			

Fonte: elaboração própria.

Diante dos exemplos apresentados, notamos que a FN *corpo real* propõe uma orientação argumentativa que se manifesta favorável à aceitação do corpo feminino como ele realmente é, com seus aspectos *verdadeiro* e *imperfeito*. É interessante observarmos que um *corpo imperfeito*, circundado por esse ponto de vista de ser *um corpo real*, se ancora no referencial temático da beleza, ou seja, a beleza pode ser argumentada, agora, também, pela imperfeição, desde que mobilizada pela perspectiva referencial do bem-estar. Assim, é bonito ser imperfeito desde que isso faça

bem. Dito de outra maneira, a perspectiva referencial *dobem-estar* orienta argumentativamente para a ideia da mulher que aceita seu corpo com suas características naturais. Em nossa análise, isso é muito significativo porque configura um movimento enunciativo menos opressor e mais voltado à liberdade sobre o corpo da mulher.

Essa nova constituição argumentativa que cinge o *corpo real* é mais recente e oferece sustentação de pertinência, inclusive, para enunciados como o descrito no

Gordinha, não. Gordá! Conheça mulheres que estão lutando contra a gordofobia

18/06/2017



Fonte: Portal Geledés, 2017⁵.

A rede que estamos tentando construir com as FNs presentes nos enunciados em questão parece ganhar uma regularização ainda mais marcada, na medida em que é possível encontrar uma reportagem cujo título é “Gordinha, não. Gordá!”. O que queremos frisar é o fato de que a enunciação da FN *corpo real* se reveste de uma força argumentativa tal que permite que a mulher se afirme como gorda, recusando qualquer

5 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/gordinha-nao-gorda-conheca-mulheres-que-estao-lutando-contragordofobia/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

eufemismo que possam modificar a naturalidade de seu corpo.

Esse acontecimento enunciativo se manifesta de forma paralela àquele em que uma modelo magra (como no exemplo 3) declara sua felicidade com seu corpo imperfeito, que carrega marcas de estrias, celulite e espinhas. Isso evidencia, em nossa perspectiva, que os efeitos de sentido, produzidos em redes de dizer, tendem a convergir para a regularização de realidades sociais, a saber: valorização do *corpo real* da mulher, seja ele magro, seja gordo.

É importante destacarmos que, em nossa análise, o movimento de argumentatividade que a FN *corpo real* sustenta, se ancora, em um escopo semântico dilatado, se estabelecermos uma comparação com algumas outras FNs que circulam socialmente, tais como: *corpo gordo*, *corpo magro* e *corpo definido*, uma vez que essas últimas carregam efeitos de sentido de um corpo que é olhado apenas em sua especificidade física de contorno. Expliquemos melhor. Notamos que a enunciação de um *corpo real* possibilita considerar, de maneira ampla, outros aspectos que não só aqueles diretamente relacionados com a massa corporal e/ou com a quantidade de gordura que constitui esse corpo, como cor da pele, tipos de cabelo, qualidade da pele, altura e a maneira como a mulher lida com sua própria aparência. Defendemos, portanto, a tese de que a FN *corpo real* permite uma orientação argumentativa de valorização feminina ampla, tendo em vista os aspectos naturais que seu corpo e seu jeito de ser apresentam. Com efeito, dizer *corpo real* não diz respeito, apenas, ao formato do corpo, ao seu contorno, mas também aos adereços desse corpo, isto é, às marcas naturais que o constituem como aquilo que realmente é. Esse corpo real amplia o olhar para outros lugares que até então não tinham sido visitados pelo dizer.

Tendo em vista o que acabamos de apresentar nesta seção, demonstramos como as FNs *corpo natural*; *diferentes estruturas físicas e estéticas*; *corpos diferentes*; *corpo perfeitamente imperfeito*; *corpo com estrias*;

corpo com celulite; corpo com espinhas e corpo verdadeiro qualificam-se enunciativamente para a significação de um aspecto de totalidade do *corpo real feminino*, por meio de direções argumentativas que, estabelecidas em um processo de reescrituração, mobilizam diferentes efeitos de sentido para esse corpo. Tal significação é histórica, social e, portanto, enunciativa.

Considerações finais

No que tange ao objetivo desta pesquisa, isto é, demonstrar em que medida as FNs analisadas, por meio das direções argumentativas, se oferecem como ancoragem para a produção e atualização dos sentidos, tendo em vista o processo de reescrituração, propomo-nos a examinar de que maneira a dinâmica enunciativa se mobiliza, por meio da reescrituração, para sustentar a pertinência enunciativa da FN *corpo real* orientando, positivamente, a argumentação sobre a mulher que aceita seu corpo com suas características naturais, em detrimento dos padrões estéticos.

Diante dos acontecimentos enunciativos analisados, notamos que a FN *corpo real* se ancora em um escopo semântico mais dilatado, isto é, permite-nos considerar outros aspectos naturais do corpo, não se referindo, apenas, ao formato desse corpo, ao seu contorno, mas também às marcas naturais que o constituem como aquilo que realmente é. Isso oferece uma orientação de sentido que argumenta um olhar menos opressor à representação do corpo feminino, que agora habita, também, o referencial da beleza em uma perspectiva do bem-estar e, portanto, da aceitação.

Referências

ARISTÓTELES. Definição da Retórica, do verossímil, do sinal e de suas diferenças; do exemplo. In: *Arte retórica e arte poética*. Tradução de Antônio

Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1979.

DIAS, Luiz Francisco. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 11-22, jan./jun. 2013a.

DIAS, Luiz Francisco. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. *Desenredo*, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 389-398, 2013b.

DIAS, Luiz Francisco; ZATTAR, Neusa. O funcionamento do vocativo: uma abordagem da enunciação. *Domínios de Linguagem*. Uberlândia. vol. 11, n. 4, p. 1136-1151. out./dez, 2017.

DIAS, Luiz Francisco. *Enunciação e relações linguísticas*. Campinas: Pontes, 2018.

DUCROT, O. (1984). Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. *Dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de hoje*, Porto Alegre, v.44, n.1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. (2002). *Semântica do acontecimento*. 4. Ed. Campinas: Pontes, 2017.

GUIMARÃES, Eduardo. Argumentatividade e argumentação. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 9 - n. 2 - p. 271-283 - jul./dez. 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica Enunciação e Sentido*. Campinas: Pontes, 2018.

MARTINS, Vic S. de M. *Um olhar para o corpo feminino: o movimento enunciativo na construção dos efeitos de sentido*. 2021. 150 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. São João del-Rei. 2021.

SILVEIRA, E. C. *A Nomeação de Programas Sociais: Um Olhar Semântico-Enunciativo*. 2019. 155 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2019.

The process of rewriting the nominal formation real body and its argumentative directions

Abstract: In this paper, we analyze the articulatory process of the nominal construction real body, composed by the nucleus name (body) + convergent (real). In particular, we approach this construction as a nominal formation (FN) to demonstrate, through argumentative directions, this nominal formation offers itself as a way for the production and updating of meanings in the rewriting process - in the enunciates they take part. As established such approach presents the theoretical assumptions of the semantics of enunciation developed by Guimarães (2002, 2018) and Dias (2013a, 2013b, 2018). As a result of a linguistic analysis attached in socio-historical aspects, we discovered that the contemporary woman's body is constantly contested for the right to be, because just as some women fight for a thin body, others propose to be healthy and defined, while others continue to try to be satisfied with the pattern that, genetically, belongs to them, that is, with a real body. In front of this fact, we take the female body as a result of enunciatively produced meanings.

Keywords: Semantics of Enunciation. Nominal Formation. Feminine body. Rewriting. Argumentative directions

Recebido em: 31/01/2022

Aceito em: 02/05/2022

O emprego das estratégias de relativização do inglês acadêmico escrito em função da caracterização semântica do antecedente

Dante Lucchesi¹

Fabrícia Eugênia Gomes de Andrade²

Resumo: Analisa-se a alternância das estratégias de relativização em uma amostra de textos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento escritos por homens e mulheres falantes nativos de língua inglesa. A análise variacionista de base quantitativa revelou uma estreita correlação entre a estratégia de relativização empregada e o valor semântico do termo ao qual a oração relativa se liga, o que foi explicado com base na teoria semântica do *Princípio da Hierarquia Temática*, em face de sua contraparte sintática: a *Hierarquia da Acessibilidade*. No plano extralinguístico, observou-se também uma correlação entre a escolha da estratégia de relativização e a área do conhecimento e o gênero do autor do texto. Buscou-se, por fim, apontar caminhos para a aplicação desses achados ao ensino de inglês com propósitos específicos.

Palavras-chave: Orações relativas. Análise variacionista. Papéis temáticos. Inglês acadêmico. Ensino com fins específicos.

Esta análise situa-se na interface dos níveis semântico e sintático, ao focalizar o emprego das diferentes estratégias de relativização no inglês acadêmico escrito, considerando precipuamente a natureza do significado do constituinte ao qual a oração relativa se liga na oração matriz. Com o enquadramento metodológico da Sociolinguística variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972], 1994, 2001), constituiu-se inicialmente um *corpus* de 15 artigos de periódicos

1 Professor Titular de Língua Portuguesa da Universidade Federal Fluminense e Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Nível 1B, do CNPq. E-mail: dante.lucchesi@gmail.com.

2 Professora de inglês do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET/RJ – e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, sob a orientação do Prof. Dr. Dante Lucchesi. E-mail: fabriciaeugenia2@gmail.com

científicos de diferentes áreas do conhecimento, dos quais foram extraídas 826 ocorrências de orações relativas, que constituem a base de dados desta análise. Os resultados do processamento quantitativo dos dados, com o emprego do programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005; GUY; ZILLES, 2007), revelaram que o emprego das diferentes estratégias de relativização estava fortemente correlacionado ao valor semântico do constituinte nominal ao qual a oração relativa se liga, o *antecedente*, e a outras variáveis extralinguísticas, como gênero e área do conhecimento – esta última também ligada a aspectos semânticos.

O emprego de uma caracterização semântica mais detalhada do antecedente é uma inovação, já que as análises da variação na forma das orações relativas geralmente se atêm apenas à distinção do traço semântico [+/-humano]. Esse maior detalhamento da caracterização semântica do antecedente possibilitou uma melhor compreensão dos condicionamentos do emprego das diferentes estratégias de relativização no inglês; língua em que o elenco de estratégias de relativização é diferente do que se observa no português. Dessa forma, os achados desta análise podem contribuir para a formação de professores de inglês como língua adicional e para elaboração de materiais didáticos, particularmente para o ensino com propósitos específicos, já que o universo de observação desta análise é uma variedade do inglês fortemente condicionada pelos modelos que regem o uso formal e acadêmico da língua.

O corpo deste artigo se divide em duas seções. Na primeira, é feita uma descrição comparativa das orações relativas no português e no inglês. Na segunda, são apresentados os resultados da análise variacionista de base quantitativa das estratégias de relativização no inglês acadêmico escrito, focalizando precipuamente a correlação com o valor semântico do antecedente. Nas considerações finais deste artigo, são discutidos os resultados da análise quantitativa e são sugeridas possíveis aplicações ao ensino de inglês com propósitos acadêmicos.

As orações relativas no inglês em contraste com o português

As orações relativas (doravante ORs) são orações encaixadas que se ligam a um constituinte nominal da oração matriz, o *antecedente*, especificando sua referência ou acrescentando uma informação suplementar a essa referência, conquanto essa distinção nem sempre seja tão nítida. As ORs *restritivas*, que especificam ou restringem a referência do antecedente, são muito mais frequentes na língua do que as ORs *explicativas* (ou *apositivas*), que apenas acrescentam uma informação à referência do antecedente. Assim, em (1), o predicado *estuda museologia* não se aplica ao gênero rapaz ou a qualquer rapaz, mas a um rapaz específico, cuja referência é definida pela OR restritiva *que eu conheci ontem*. Já em (2), o antecedente *João* é uma entidade de referência definida, portanto a OR explicativa *que é muito tímido* apenas acrescenta uma informação à referência do antecedente. Na cadeia da fala, as ORs explicativas são delimitadas por pequenas pausas, o que é representado normalmente na escrita por meio de vírgulas.

(1) O rapaz *que eu conheci ontem* estuda museologia.³

(2) João, *que é muito tímido*, nunca diria isso.

Em português, a OR é sempre introduzida por uma partícula gramatical, o *relativizador*, que liga o antecedente a uma posição sintática na OR, a *posição de relativização*, estabelecendo uma cadeia de *coindexação*. A posição de relativização pode coincidir, ou não, com a posição sintática do antecedente. Em (1) não há coincidência, pois o antecedente tem a função de sujeito (SU) na oração matriz e está ligado à posição de objeto direto (OD) na OR, como representado em (3). Já em (2), ocorre a coincidência

3 Nos exemplos, a OR virá em itálico, e o antecedente, em negrito.

pois o antecedente é sujeito da oração matriz e está ligado à mesma posição sintática na OR, como representado em (4):

- (3) **O rapaz**_{SU_i} *que*_i *eu conheci* ______{OD_i} *ontem* estuda museologia.
(4) **João**_{SU_i'} *que*_i ______{SU_i} *é muito tímido*, nunca diria isso.

O elenco das estratégias de relativização é diverso no inglês e no português. Nas ORs extraídas das posições não preposicionadas, como SU e OD, já exemplificadas aqui, é frequente, no inglês, o emprego da *wh-word* *who/whom* ou *which*, assim como a ausência de relativizador nas ORs de OD:

- (5) **The guy I met yesterday studies museology.**
(6) **John, who is very shy, would never say that.**
(7) **The book I read last month won this prize.**

Construções análogas não são gramaticais em português:

- (8) ***O rapaz eu conheci ontem estuda museologia.**
(9) ***João, quem é muito tímido, nunca diria isso.**
(10) ***O livro eu li no mês passado ganhou esse prêmio.**

No caso das ORs extraídas de posições preposicionadas, ao lado das relativas com *pied-piping*, as quais correspondem à construção padrão em português – conforme exemplo (11), o inglês também permite as relativas com a preposição *in situ* (*preposition stranding relatives* ‘preposição encaçada’), construção normalmente agramatical em português⁴ – cf. exemplo (12):

- (11) **The guy with whom you danced at the prom was my high school classmate.**
O rapaz com quem você dançou no baile foi meu colega no

4 Com algumas preposições de caráter mais lexical, é possível a formação de ORs com preposição *in situ* em português, como nesta frase: Ele defendeu **uma proposta** na assembleia *que eu fui contra*.

colegial.

(12) The guy you danced with at the prom was my high school classmate.

***O rapaz você dançou com no baile foi meu colega no colegial.**

Embora as ORs com *preposition stranding* sejam correntes na linguagem coloquial dos falantes nativos do inglês, as *pied-piping relatives* são recomendadas pela tradição gramatical inglesa para o uso formal, enquanto as *preposition stranding relatives* são consideradas próprias da linguagem informal.

Por outro lado, o português admite as chamadas relativas cortadoras e relativas resumptivas, que, no geral, são agramaticais em inglês – cf. exemplos (13) e (14). As relativas cortadoras só ocorrem em inglês em ORs extraídas de certas posições adverbiais, como exemplificado em (15). E as relativas resumptivas são muito marginais em inglês, só ocorrendo em contextos sintáticos muito específicos, como o exemplificado em (16).

(13) O rapaz que você dançou no baile foi meu colega no colegial.

***The guy that you danced at the prom was my high school classmate.**

(14) O rapaz que você dançou com ele no baile foi meu colega no colegial.

***The guy that you danced with him at the prom was my high school classmate.**

(15) No ano que eu vivi em Londres, eu trabalhei como garçõete.

The year I lived in London I worked as a waitress.⁵

(16) João era o tipo de cara que ele agradava todo mundo.

5 Nesses casos, o relativizador costuma ser omitido, embora possa ser realizado: “**The year that I lived in London I worked as a waitress.**”

John was the kind of guy that he pleased everyone.

Em português, a estratégia cortadora é muito usada nas chamadas relativas de genitivo, mas essa construção é agramatical em inglês – conforme exemplo (17). Nessa língua, a construção canônica, apresentada em (18), tem como variante a construção analítica, apresentada em (19).

(17) O aluno que a mãe trabalha no hospital não veio à aula.
***The student that the mother works at the hospital did not come to class.**

(18) The paper presents relevant issues whose importance is not easily recognized.

‘O artigo apresenta questões relevantes, cuja importância não é facilmente reconhecida.’

(19) The paper presents relevant issues, the importance of which is not easily recognized.

Assim, as estratégias de relativização e os tipos de relativizadores empregados na língua inglesa nem sempre coincidem com o que se observa em português. O tipo de OR empregado é, em grande medida, definido pela posição sintática da qual a OR é extraída, como se pode ver na seguinte taxonomia empregada na análise variacionista das estratégias de relativização no inglês acadêmico escrito que aqui se apresenta. *A estratégia básica*⁶ é empregada nas ORs extraídas das posições não preposicionadas de SU e OD, podendo ser introduzida tanto pelos pronomes relativos *who/whom* e *which* quanto pelo relativizador *that*, ou ainda virem sem relativizador, no caso das ORs de OD – conforme exemplos (5) a (7). As

6 Essa denominação tem a ver com a Hierarquia da Acessibilidade, de Keenan e Comrie (1977), que define as posições de SU e OD como as mais acessíveis à relativização, pois essas posições de relativização são mais frequentes e mais comuns nas línguas humanas. Como será dito em mais detalhe adiante, Keenan e Comrie também defendem que, nessas posições mais acessíveis, se emprega uma estratégia de relativização mais *básica*, enquanto outra ou outras estratégias de relativização mais marcadas morfológicamente são empregadas com posições de relativização menos acessíveis.

ORs extraídas de posições adverbiais mais altas, em adjunção à sentença (ou em adjunção à SFLEX, numa terminologia gerativista), são introduzidas pelas palavras interrogativas (ou *wh-words* ‘palavras QU’) *where*, *when*, *how*, *why* – cf. exemplos (20) e (21) a seguir:

(20) **The teacher mentioned the cities** *where there was an industrial growth.*

(21) **We need to consider the months** *when the tourists visit the town.*

Nas ORs extraídas dessas posições também se empregam as estratégias de *pied-piping*, *preposition stranding* e a estratégia cortadora, estratégias que são utilizadas com exclusividade nas ORs extraídas de posições adverbiais mais encaixadas no interior do sintagma verbal, bem como da posição de complemento verbal preposicionado – conforme exemplos (22) a (24):

(22) **The teacher mentioned the cities** *in which there was an industrial growth.*

(23) **In the house** *I was born in there was no heating.*

(24) **These are profound changes** \emptyset **I am sure you will agree with.**

Por fim, as ORs extraídas da posição de adjunto adnominal com o valor de posse, em toda sua amplitude, são introduzidas pelo pronome relativo *whose*, marcado para caso genitivo, como exemplificado em (18), ocorrendo também a variante analítica exemplificada em (19).

Para além da posição de relativização, o emprego de uma determinada estratégia de relativização também está correlacionado ao valor semântico do termo ao qual a OR está ligada.

Os condicionamentos extralinguísticos de emprego das diferentes estratégias de relativização no inglês acadêmico escrito e a sua correlação com a caracterização semântica do antecedente

Empregando-se a metodologia da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006[1968]; LABOV, 2008[1972], 1994, 2001), foi feita uma análise quantitativa dos condicionamentos do emprego das diferentes estratégias de relativização no inglês acadêmico, com base em uma amostra de 15 artigos científicos de três grandes áreas do conhecimento (ciências humanas, ciências sociais aplicadas e ciências naturais), disponíveis na Internet e escritos por homens e mulheres falantes nativos do inglês. Embora não formem uma variável perfeita, no sentido variacionista, já que as diferentes estratégias de relativização não são livremente intercambiáveis nos mesmos contextos de uso, o emprego dessa metodologia variacionista de base quantitativa (GUY; ZILLES, 2007), com a utilização do programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), nesta análise, que também mobilizou elementos da Teoria Gerativa (CHOMSKY, 1986; 1995) e elementos da teoria semântica dos papéis temáticos (MARANTZ, 1984; BRESNAN; KANERVA, 1989; FRANCHI; CANÇADO, 2003; CANÇADO, 2003; SOARES; MENUZI, 2010), mostrou-se profícuo na identificação dos fatores linguísticos e extralinguísticos que condicionam o emprego desses mecanismos sintáticos, ampliando o conhecimento do funcionamento da gramática da língua e gerando subsídios para sua aplicação ao ensino.

Com base na taxonomia apresentada na seção anterior, as 826 ORs depreendidas em um levantamento exaustivo na amostra de língua analisada se distribuíram da seguinte maneira, em função das diferentes estratégias de relativização (ERs):

Tabela 1 – As orações relativas por estratégia de relativização

no inglês acadêmico escrito

Estratégia de Relativização	Número de Ocorrências	Frequência
Relativa básica	574	69,5%
Relativa adverbial	136	16,5%
Relativa com pied-piping	76	9,2%
Relativa genitiva	20	2,4%
Relativa cortadora	11	1,3%
Relativa com preposição in situ	9	1,1%
TOTAL	826	100%

Fonte: elaboração própria.

Com quase 70% do total de ocorrências, predominaram as relativas básicas, extraídas das posições de SU e OD. Nesse conjunto, as ORs de SU foram amplamente majoritárias, com 523 das 574 ocorrências dessa ER, ou seja, 91,1% do total, enquanto 50 ORs foram extraídas da posição de OD, ou seja, 8,7% do total.⁷ Esse resultado corrobora o que é postulado por Keenan e Comrie (1977) em sua clássica hipótese da *Hierarquia da Acessibilidade* (doravante HA), segundo a qual as ORs de SU e OD, sobretudo as primeiras, seriam as mais frequentes nas línguas humanas, porque são extraídas de posições sintáticas mais acessíveis, sendo, portanto, de mais fácil processamento. A HA propõe a seguinte escala implicacional da posição de relativização mais acessível para a menos acessível: SU > OD > OI > OBL > GEN.⁸ Assim, as posições mais à esquerda (ou mais altas) seriam mais acessíveis no processamento linguístico das ORs do que as à direita (mais baixas); ou seja, quanto mais à esquerda a posição estiver, mais fácil será a estratégia de relativização e o seu processamento linguístico (COMRIE, 1989).

7 Houve ainda uma ocorrência de OR extraída da posição de predicativo do sujeito: “Some students came to lesbianism through the women’s movement, changing their ‘sexual preference’ in their twenties, thirties, forties, fifties or even later depending on the age *o they were when they first realised it was an option*”.

8 OI corresponde a objeto indireto; OBL a oblíquo, posição sintática que compreende tanto os adjuntos adverbiais mais encaixados no SV quanto certos complementos verbais preposicionados; e GEN, aos adjuntos adverbiais com valor de posse em seu espectro mais amplo, ou seja, o genitivo ou possuidor.

Keenan e Comrie (1977) não consideraram, em sua escala implicacional da acessibilidade, as adjunções adverbiais à sentença, argumentando que o comportamento dessas ORs era muito variável entre as línguas humanas. Na amostra aqui analisada, essas ORs adverbiais foram as mais frequentes depois das relativas básicas, perfazendo 16,5% do total. Assume-se aqui que essas posições adverbiais, que podem figurar à esquerda da sentença – conforme exemplos (25) e (26), colocam-se entre as posições mais acessíveis, logo após a posição de SU e superando, inclusive, a posição de OD, como os resultados desta análise quantitativa o atestam.

(25) Yesterday, I didn't leave home.

(26) In my land, one doesn't eat that.

Entre as demais estratégias empregadas em ORs extraídas de posições preposicionadas, predominaram as relativas com *pied-piping*, com quase 10% do total (9,2%), o que se explica por se tratar de textos muito formais, e essa estratégia de relativização ser preconizada pelas gramáticas normativas. O emprego de suas variantes, cortadora e com preposição *in situ*, foi bem marginal, correspondendo a 1,3% e 1,1% do total, respectivamente. O baixo emprego dessas estratégias, nomeadamente a preposição *in situ*, é explicado porque o seu uso não é abonado pela tradição gramatical em textos formais. Também foram bem marginais as relativas de genitivo, com apenas 2,4% do total, o que ratifica a predição da HA, que coloca essa posição de relativização como a menos acessível (cf. *supra*).

No processamento quantitativo dos dados, as relativas com *pied-piping*, as relativas com preposição *in situ* e as relativas cortadoras foram agrupadas constituindo o fator *relativas preposicionadas*, de modo que a variável dependente desta análise apresentou quatro variantes: *as relativas básicas*, *as relativas adverbiais*, *as relativas genitivas* e *as relativas preposicionadas*. Ao definir cada uma dessas quatro grandes estratégias

de relativização como fator de aplicação em cada rodada, em oposição às demais, o GoldVarb X selecionou praticamente as mesmas variáveis estruturais, na mesma ordem, nas quatro rodadas: (i) *caracterização semântica do antecedente*; (ii) *relativizador*; e (iii) *tipo de oração relativa*. Para além dessas variáveis estruturais, o GoldVarb X selecionou as variáveis extralinguísticas *área do conhecimento* e *gênero do falante* na rodada das relativas adverbiais, mas só a variável *gênero* foi selecionada na rodada das relativas básicas e das relativas de genitivo. Na rodada das relativas preposicionadas, nenhuma variável extralinguística foi selecionada como estatisticamente relevante.

Além do resultado das variáveis extralinguísticas, neste artigo só serão analisados os resultados da variável estrutural *caracterização semântica do antecedente*. Essa variável foi estruturada com os seguintes valores: pessoa; coisa (incluindo animal); lugar; tempo; quantidade; situação (evento, ato, estado, movimento etc.); ideia (conceito, equação, sistema de pensamento, lei etc.); entidade (associação, partido, programa etc.); e modo (incluindo causa, em função do número reduzido de ocorrências); exemplificados, respectivamente, de (27) a (36):⁹

(27) Mothers **who** *Entertain frequently* (use the toy to amuse, distract or stimulate the infant) might discourage or impede the infant from making her own Bids.

As mães **que** *entretêm com frequência* (usam o brinquedo para divertir, distrair ou estimular o bebê) podem desencorajar ou impedir o bebê de fazer suas próprias conexões.

(28) The interactions were video-recorded by a hidden camera,

9 Estes exemplos, ao contrário dos anteriores (que foram criados), fazem parte da base de dados desta análise. Como em muitos se usa uma linguagem técnica, todos foram traduzidos. Nesses, o antecedente vem sublinhado; o relativizador, em negrito; e as ORs, em itálico.

which captured a full-face view of the infant and a profile view of the adult.

As interações foram gravadas em vídeo por uma câmera oculta, a qual capturou uma visão completa do rosto da criança e uma visão de perfil do adulto.

(29) Grants are quite common in Hungary, Poland, Croatia and Russia *where NPOs are important providers.*

Os subsídios são bastante comuns na Hungria, Polônia, Croácia e Rússia, onde os ONGs são fornecedores importantes.

(30) For instance, interest rates at Venice peaked in August, when they approached 20-30% and bottomed out in the spring, at 5%-10%.

Por exemplo, as taxas de juros em Veneza atingiram o pico em agosto, quando se aproximaram de 20-30% e chegaram ao nível mais baixo na primavera, entre 5% -10%.

(31) In the present study, the DHA treatment did not affect the percentage of cells that were CD69 positive.

No presente estudo, o tratamento com DHA não afetou a porcentagem de células que eram CD69 positivas.

(32) As VEGF is largely platelet-bound, it is possible that the increase in serum VEGF is merely a reflection of thrombocytosis and platelet activation which can occur in Cistic Fibrosis.

Como o VEGF é amplamente ligado às plaquetas, é possível que o aumento do VEGF sérico seja meramente um reflexo da trombocitose e da ativação plaquetária as quais podem ocorrer na Fibrose Cística.

(33) Thus, many studies investigating the effect of fish oil on cytokine production may have based their power estimates on those of earlier studies *that were flawed in design*.

Assim, muitos estudos que investigam o efeito do óleo de peixe na produção de citocinas podem ter baseado suas estimativas de poder em estudos anteriores *que apresentavam falhas no design*.

(34) On 26 June 1991, Tim Barnett, executive director of the Stonewall Group (*which campaigns around gay and lesbian issues*), spoke on television on Channel 4's Out programme of the "classic agenda for change".

Em 26 de junho de 1991, Tim Barnett, diretor executivo do Stonewall Group (*que faz campanha em torno de questões gays e lésbicas*), falou na televisão no programa Out do Canal 4 sobre a "agenda clássica para a mudança".

(35) It is thus vital to understand the different ways in which exchange rates were quoted by merchants during the Middle Ages. Portanto, é vital compreender as diferentes maneiras em que as taxas de câmbio eram cotadas pelos comerciantes durante a Idade Média.

(36) Arguably, this is one reason why the Bank of England had to reduce bank rate to a record 0.5% during the credit crunch in an attempt to boost the market.

Indiscutivelmente, essa é uma das razões por que o Banco da Inglaterra teve que reduzir a taxa bancária para um recorde de 0,5% durante a crise de crédito, em uma tentativa de impulsionar o mercado.

Os resultados do cálculo multivariado das quatro rodadas são apresentados na Tabela 2:

Tabela 2 – Resultados de variáveis estruturais e extralinguísticas das principais estratégias de relativização no inglês acadêmico escrito

ANTECEDENTE	Relativa básicas			Relativa adverbial			Relativa preposicionada			Relativa de genitivo		
	N/T	Freq.	P.R.	N/T	Freq.	P.R.	N/T	Freq.	P.R.	N/T	Freq.	P.R.
Pessoa	150/167	89,8%	.901	01/167	0,6%	.070	04/167	2,4%	.137	12/167	7,2%	.800
coisa (incluindo animal)	32/38	84,2%	.641	01/81	1,2%	.102	05/38	13,2%	.747	05/334	1,5%	.467
lugar	11/50	22,0%	.052	34/50	68,0%	.959	04/50	8,0%	.485	---	---	---10
tempo	01/24	4,2%	.008	17/24	70,8%	.968	06/24	25,0%	.746	---	---	---11
quantidade	25/44	56,8%	.269	---	---	---12	16/44	36,4%	.879	---	---	---13
situação/evento/estado/ato etc.	149/218	68,3%	.459	46/219	21,0%	.744	22/218	10,1%	.543	3/325	0,9%	.360
ideia/conceito/ equação/lei etc.	154/195	79,0%	.538	28/195	14,4%	.650	12/195	6,2%	.487	---	---	---14
entidade/ associação/partido etc.	44/58	75,9%	.515	3/58	5,2%	.385	09/58	15,5%	.717	---	---	---15
modo/causa	08/32	25,0%	.067	06/32	18,8%	.782	18/32	56,2%	.913	---	---	---16
ÁREA DO CONHECIMENTO	N/T	Freq.	P.R.	N/T	Freq.	P.R.	N/T	Freq.	P.R.	N/T	Freq.	P.R.
Ciências Humanas	---	---	---	39/396	9,8%	.410	---	---	---	---	---	---
Ciências Naturais	---	---	---	41/147	27,9%	.609	---	---	---	---	---	---
Ciências Sociais Aplicadas	---	---	---	56/283	19,8%	.569	---	---	---	---	---	---
GÊNERO DO AUTOR(A)	N/T	Freq.	P.R.	N/T	Freq.	P.R.	N/T	Freq.	P.R.	N/T	Freq.	P.R.
feminino	186/283	65,7%	.420	52/283	18,4%	.603	---	---	---	11/283	3,9%	.664
masculino	186/273	68,1%	.583	50/273	18,3%	.393	---	---	---	2/273	0,7%	.330
TOTAL	574/826	69,5%	.807	136/826	16,5%	.069	96/826	11,6%	.061	20/826	2,4%	.014

Fonte: elaboração própria.

- 10 Em função do baixo número de ocorrências, nessa rodada o fator lugar foi amalgamado com os fatores tempo, modo, causa e situação.
- 11 Em função do baixo número de ocorrências, nessa rodada o fator tempo foi amalgamado com os fatores lugar, modo, causa e situação.
- 12 Em função do baixo número de ocorrências, nessa rodada o fator quantidade foi amalgamado com o fator coisa.
- 13 Em função do baixo número de ocorrências, nessa rodada o fator quantidade foi amalgamado com os fatores entidade, ideia e coisa.
- 14 Em função do baixo número de ocorrências, nessa rodada o fator ideia foi amalgamado com os fatores quantidade, entidade e coisa.
- 15 Em função do baixo número de ocorrências, nessa rodada o fator entidade foi amalgamado com os fatores quantidade, ideia e coisa.
- 16 Em função do baixo número de ocorrências, nessa rodada o fator modo/causa foi amalgamado com os fatores lugar, tempo e situação.

A seleção das variáveis estruturais pelo GoldVarb X revelou que a *natureza semântica do antecedente* é determinante na seleção da estratégia de relativização, havendo também uma correlação subjacente com a(s) posição(ões) de relativização com a(s) qual(is) cada estratégia de relativização é empregada. As relativas básicas são empregadas, sobretudo, quando o antecedente porta o traço semântico [+humano], com a frequência de emprego dessa estratégia de relativização subindo 20 pontos percentuais nesse contexto (de 69,5% para 89,8%) e peso relativo (PR) de .901.17. Essas relativas também são bastante empregadas quando o antecedente se refere a uma coisa ou um objeto, com a frequência de uso subindo de 65,5% para 84,2% (PR de .641). Em contrapartida, o emprego dessa ER cai vertiginosamente quando o antecedente se refere a tempo, lugar, modo ou causa, com frequências e PRs de 4,2% (PR de .008), 22% (PR de .052) e 25% (PR de .067), respectivamente. Os antecedentes que se referem a quantidade também desfavorecem essa ER, com uma intensidade menor: frequência de 56,8% e PR de .269. Já os antecedentes que se referem a uma situação, uma entidade ou a uma ideia se situam próximos à neutralidade em termos de efeito sobre essa ER: os primeiros desfavorecendo ligeiramente (68,3% e PR de .459), os dois últimos favorecendo ligeiramente (75,9% e 79%, com PRs de .515 e .538, respectivamente). Isso se explica porque as posições sintáticas de SU e OD, às quais essa ER se liga, geralmente, se referem a pessoas e coisas, sendo que as pessoas desempenham mais a função de SU, e as coisas, a função de OD. Como predominam as ORs de SU, os antecedentes que se referem a pessoas também foram os mais frequentes.

17 Os pesos relativos resultam de um cálculo estatístico multivariado que mensura a influência de cada fator sobre a variável dependente, ponderando a influência simultânea de todos os demais fatores das outras variáveis independentes selecionadas como estatisticamente significativas. Assim, os pesos relativos têm um valor heurístico maior do que os percentuais, que podem resultar de uma combinação idiossincrática dos dados. Na leitura dos pesos relativos, os valores acima de .500 indicam que o fator favorece a variante em foco, enquanto valores abaixo de .500 desfavorecem-na. Os valores próximos a .500 indicam a neutralidade, o fator não favorece, nem desfavorece o emprego da variante.

Já os constituintes que se referem a situações, entidades e ideias podem tanto figurar como argumentos verbais quanto como adjuntos adverbiais, o que explica a neutralidade desses fatores. Por fim, os constituintes que se referem a tempo, lugar, modo ou causa, e quantidade desempenham normalmente a função de adjunto adverbial, requerendo *a fortiori* uma relativa adverbial, quando são antecedentes. Nesse sentido, as relativas adverbiais são empregadas, majoritariamente, com antecedentes que se referem a tempo e lugar, com a frequência de emprego dessa ER aumentando consideravelmente nesse contexto – de 16,5 % de frequência total, para 70,8%, com o antecedente tempo, e para 68,0% com o antecedente lugar – um incremento de mais de 50 pontos percentuais em ambos os casos (PR de .968 e .959, respectivamente). Essa ER também é favorecida com antecedentes que se referem a situação/evento/estado/ato etc., com frequência de 21,0% e PR de .744, o que pode ser explicado na medida em que esse tipo de antecedente, em geral, conjuga simultaneamente as noções de tempo e lugar.¹⁸ Os antecedentes que se referem a modo/causa favorecem, igualmente, essa ER, com frequência de 18,8% e PR de .782, pois também são associados à função de adjunto adverbial. Com uma intensidade um pouco menor, os antecedentes que se referem a ideia/conceito/equação/lei etc. também favorecem as relativas adverbiais, com frequência de 14,4% e PR de .650, já que esses constituintes tendem a funcionar como adjuntos adverbiais, embora possam funcionar também como argumentos verbais, especialmente como sujeito. Por outro lado, os antecedentes que se referem a entidade/associação/partido, coisa (incluindo animal) e a pessoa desfavorecem fortemente o uso dessa ER, com frequências de 5,2% (PR de .385), 1,2% (PR de .102) e 0,6% (PR de .070), respectivamente, pois esses conteúdos semânticos, especialmente

18 Uma reunião, por exemplo, realiza-se em um lugar X em um momento Y, portanto o antecedente *a reunião*, na sentença “isso foi decidido na reunião em que eu não estava presente”, reúne simultaneamente a noção de tempo e lugar.

pessoa e coisa, estão fortemente associados às funções de sujeito e objeto do verbo, como já se viu com as relativas básicas.

As relativas preposicionadas, que incluem as estratégias cortadora, *pied-pipping* e com a preposição *in situ* , ficaram a cavaleiro entre as relativas básicas e as relativas adverbiais, porque foram favorecidas tanto por antecedentes com conteúdo adverbial quanto por antecedentes com conteúdo semântico normalmente associado à posição de argumento verbal. Por um lado, as relativas preposicionadas foram fortemente associadas a antecedentes com conteúdo semântico de caráter adverbial, como modo/causa, quantidade e tempo, com frequências de 56,2% (PR de .913), 36,4% (PR de .879) e 25% (PR de .746), respectivamente. Por outro lado, essa ER também foi favorecida com antecedente com conteúdo semântico de coisa, que está fortemente ligado à função de complemento verbal. Isso se explica porque as relativas preposicionadas podem se ligar não só à posição de adjunto adverbial, mas também à posição de complemento verbal dentro da OR. Isso também explica o forte desfavorecimento dessa ER junto a antecedentes com o traço semântico [+humano], com frequência de apenas 2,4% e PR de .137, já que esse conteúdo semântico está fortemente associado à posição de sujeito (cf. supra), que é incompatível com essa ER. Na mesma linha de raciocínio, os antecedentes que se referem não só a situação/evento/estado/ato, mas também os que se referem a ideia/conceito/equação/ lei, se situam próximos à neutralidade, os primeiros favorecendo ligeiramente essa ER, com frequência de 10,1% e PR de .543, e os últimos desfavorecendo-a ligeiramente, com frequência de 6,2% e PR de .487, pois esses antecedentes podem se ligar tanto à posição de adjunto adverbial e complemento verbal quanto à posição de sujeito. Só fugiu um pouco a esse parâmetro o fator antecedente que se refere a entidade/ associação/ partido, que favoreceu essa ER, com frequência de 15,5% e PR de .717. Por fim, o fato de os antecedentes que se referem a lugar terem se configurado como um contexto que desfavorece ligeiramente essa ER

(frequência de 08% e PR de .485), ao contrário do que se observou, por exemplo, com os antecedentes com conteúdo semântico de tempo, explica-se em função do alto rendimento funcional da palavra interrogativa *where*, muito maior do que o de *when*, por exemplo.

No caso das relativas de genitivo, destaca-se o seu alto favorecimento junto a antecedentes com traço semântico [+ humano], com um grande incremento na frequência dessa ER junto a esse antecedente, passando de 2,4% para 7,2%, com PR de .800. Como era de esperar, ORs que se estruturam em torno da relação de posse são mais empregadas junto a antecedentes que se referem a pessoas. Em função disso também, os antecedentes com o traço semântico [-humano] desfavoreceram essa ER. Os antecedentes que se referem a coisa/animal desfavoreceram ligeiramente as relativas de genitivo, com frequência de 1,5% e PR de .467, enquanto os demais antecedentes, que foram amalgamados, em função do baixo número de ocorrências (foram apenas 20 ocorrências de relativa de genitivo na amostra), desfavoreceram mais fortemente essa ER, com frequência de 0,9% e PR de .360, pois é ainda mais difícil estabelecer uma relação de posse, mesmo no seu sentido mais amplo, com constituintes que se referem a tempo, modo ou causa, por exemplo.

No plano dos condicionamentos extralinguísticos, a variável *área do conhecimento* foi selecionada como estatisticamente relevante na rodada das relativas adverbiais e revelou que esse tipo de OR é mais empregada nos artigos de *ciências naturais* (com frequência de 27,9% e PR de .609) e de *ciências sociais aplicadas* (com frequência de 19,8% e PR de .609), do que nos de *ciências humanas* (com frequência de 9,8% e PR de .410). Isso pode ser explicado pelo fato de os dois primeiros lidarem mais com dados, quantificações e com fenômenos do mundo físico, o que está mais associado a informações circunstanciais, que demandam mais relativas adverbiais, enquanto os últimos recorrem mais a um discurso argumentativo, com temas mais abstratos, que requerem menos dados circunstanciais.

A variável *gênero* do autor do artigo foi selecionada nas rodadas das relativas básicas, das adverbiais e de genitivo e revelou que os homens empregam mais as relativas básicas (com PR de .583, contra .420 das mulheres), enquanto as mulheres empregam mais as relativas adverbiais (com PR de .603 contra .393 dos homens) e de genitivo (com PR de .664 contra .330 dos homens). As relativas básicas são mais comuns, por serem extraídas de posições mais acessíveis, sendo, portanto, mais típicas do discurso informal, enquanto as relativas adverbiais e com genitivo são mais raras, por serem extraídas de posições menos acessíveis, seriam mais empregadas no discurso formal. Assim, os resultados encontrados aqui vão ao encontro da tendência geral, apontada na tradição das análises sociolinguísticas (CHAMBERS, 1995, p. 102-103), de que as mulheres são mais sensíveis do que os homens às variantes de maior prestígio social, prescritas pela tradição normativa. O fato de as relativas adverbiais e de genitivo serem introduzidas por *wh-words*, formas preconizadas pelas gramáticas normativas inglesas, corrobora essa inferência.

Considerações finais

Utilizando uma metodologia quantitativa, a análise variacionista aqui apresentada revelou uma forte correlação entre o emprego da estratégia de relativização e o valor semântico do termo ao qual a oração relativa se liga, conquanto essa correlação seja mediada pela posição de relativização. Assim, as *relativas básicas*, congregando as ORs de sujeito e objeto direto, são empregadas, sobretudo, com antecedentes que se referem a *seres humanos* e a *coisas*, tendo em vista que as ORs de SU se ligam, predominantemente, a antecedentes com o traço semântico [+humano], que se relaciona ao papel temático de *agente*, predominante nessa posição sintática, enquanto as ORs de OD se ligam mais a antecedentes que se referem a *coisas*, mais relacionados aos papéis temáticos de *tema* ou *paciente*, próprios dessa

posição sintática. Em contraposição, as relativas básicas ocorrem muito pouco com antecedentes que carregam informações circunstanciais como: *tempo*, *lugar*, *modo* e *causa*, que são conteúdos semânticos próprios de posições adverbiais. A esses antecedentes se ligam naturalmente as *relativas adverbiais*, sobretudo com os antecedentes com informação de *tempo*, *lugar*, *modo* e *causa*, ao passo que essas ORs adverbiais quase não se ligam a antecedentes que se referem a *pessoa* e *coisa*. Já as *relativas preposicionadas* ficam em uma posição intermediária, ligando-se não apenas a antecedentes com um conteúdo semântico adverbial, como *modo* e *causa*, *quantidade* e *tempo*, mas também a antecedentes que se referem a *coisas*, pois são extraídas tanto da posição de adjunto adverbial quanto da de complemento verbal preposicionado. Essas relativas só foram desfavorecidas quando o antecedente tinha o traço [+humano], que está mais ligado à posição de sujeito. Por fim, as *relativas de genitivo* foram fortemente favorecidas com antecedentes que se referem a *pessoas*, porque estabelecem uma relação de posse com esses.

Essa correlação entre as ERs e o valor semântico do antecedente pode ser muito profícua para a compreensão dos fatores que regem a variação na forma das ORs, sobretudo se se consideram as implicações sintáticas dos papéis temáticos, particularmente no que concerne ao *Princípio da Hierarquia Temática*, que “estabelece a ligação entre a estrutura semântica e a estrutura sintática” (CANÇADO, 2003, p. 106), pois a hierarquia dos papéis temáticos tem uma série de implicações sobre os constituintes da sentença relativamente à sua posição e função sintática (MARANTZ, 1984; BRESNAN; KANERVA, 1989; SOARES; MENUZI, 2010). Contudo, há um grande desacordo na definição da hierarquia dos papéis temáticos, e um dos poucos consensos que há sobre isso diz respeito à prevalência do papel temático de *agente*, presente em praticamente todas as propostas de hierarquização temática (FRANCHI; CANÇADO, 2003; CANÇADO, 2003, p. 106; SOARES; MENUZI, 2010, p. 28). Essa prevalência do agente

corresponderia à proeminência da posição de sujeito, que ocupa o lugar mais alto entre os argumentos do verbo na estrutura sintática da oração. No plano da diátese verbal, o papel temático de *agente* se define como 'o ente que desencadeia voluntariamente a ação ou processo expresso pelo verbo', tendo 'o controle da sua realização'. Dessa forma, o traço semântico [+animado] e, sobretudo, o traço [+humano] são inerentes ao papel temático de *agente* do sujeito.

Diante disso, os resultados alcançados nesta análise, que correlacionam o emprego das ORs de SU a antecedentes como traço semântico [+humano], possibilitam a ampliação da compreensão do processo de relativização, particularmente no que concerne à predominância das ORs de SU, que são sempre as mais frequentes em todas as línguas humanas, sendo que muitas línguas só permitem a relativização a partir dessa posição sintática (KEENAN; COMRIE, 1977; COMRIE, 1989). Para além da maior facilidade de processamento aduzida por Keenan e Comrie (1977), pode-se acrescentar a prevalência semântica do papel temático de *agente*, próprio da posição sintática de sujeito, com base nos resultados empíricos aqui apresentados. Assim, a prevalência do papel temático de agente não só explicaria a proeminência da posição de sujeito na estrutura sintática da oração, como também a maior frequência das ORs extraídas dessa posição sintática.

Os resultados aqui apresentados também permitem estabelecer uma correlação, mediada no plano semântico, entre a frequência das estratégias de relativização e a área do conhecimento em que se inserem os textos formais. Assim, a frequência de ORs adverbiais, que se ligam a antecedentes que carregam informações de *tempo*, *lugar*, *modo*, *causa* etc., é maior em textos de ciências exatas e naturais, do que em textos de ciências humanas, já que aqueles lidam mais direta e imediatamente com informações circunstanciais e com relações de causa e efeito do que estes. Ainda no plano das determinações extralinguísticas, os resultados dessa análise

revelaram que as mulheres empregam mais estratégias de relativização preconizadas pela tradição normativa e constroem mais ORs de posições mais encaixadas do que os homens, corroborando a visão predominante na tradição das pesquisas sociolinguísticas de que as mulheres são mais sensíveis às variantes de maior prestígio social.

Para além de ampliar o conhecimento acerca das determinações do mecanismo sintático da relativização, as conclusões desta análise podem ter também aplicações profícuas ao ensino do inglês como língua estrangeira, particularmente ao ensino de inglês com fins acadêmicos. No caso específico das orações relativas em inglês, a correlação entre as ERs e o valor semântico do antecedente é pouco abordada nos materiais de referência para o ensino de línguas, e sua compreensão por parte do professor e consequente extensão desse conhecimento possibilitam ao aluno realizar escolhas linguísticas mais adequadas ao gênero textual com o qual esteja trabalhando.

A compreensão de um determinado fenômeno linguístico para o profissional que lida diretamente com o ensino de línguas é mais do que a mera transposição desse conhecimento aos alunos – é preciso articular a questão linguística à questão estilística, cultural, social, dentre outras. No caso do ensino de uma língua estrangeira com propósitos específicos, como no caso do inglês acadêmico, a questão linguística deve estar atrelada ao tipo de linguagem específica das diferentes áreas do conhecimento. Com este trabalho, apresentamos a correlação entre diferentes estratégias de relativização e os seus usos em trabalhos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento. Diante disso, o professor pode orientar o uso da estratégia de relativização na construção dos gêneros textuais acadêmicos escritos (resumos, artigos, monografias etc.) no sentido de torná-los mais adequados ao padrão exigido para publicações internacionais. Além disso, ao trazer a análise linguística de um *corpus* composto por textos autênticos, transpondo as prescrições normativas das gramáticas e materiais didáticos

que são geralmente adotadas no ensino, o professor poderá mostrar ao aluno os dados reais de uso, aumentando, assim, o seu repertório linguístico e contemplando a questão da autenticidade dos materiais didáticos, tão importante no âmbito do ensino de línguas estrangeiras para fins específicos.

Referências

BRESNAN, Joan; KARNEVA, Jonni M. Locative Inversion in Chichewa: A Case Study or Factorization in Grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 20, n. 1, p. 1-50, 1989.

CANÇADO, Márcia. Um estatuto teórico para os papéis temáticos. In: MULLER, Ana Lúcia; NEGRÃO, Esmeralda; FOLTRAN, Maria José (orgs.). *Semântica Formal*. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 95-124.

CHAMBERS, Jack. *Sociolinguistic Theory: linguistic variation and its social significance*. Oxford: Blackwell, 1995.

CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge: The MIT Press, 1995.

_____. *Knowledge of language: its origin, nature and use*. New York: Praeger, 1986.

COMRIE, Bernard. *Language Universals & Linguistic Typology*. 2 ed. Chicago: The Chicago University Press, 1989.

FRANCHI, Carlos; CANÇADO, Márcia. Reexame da noção de hierarquia temática. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.11, n.2, p.125-153, jul./dez, 2003.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

KEENAN, Edward L.; COMRIE, Bernard. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, n.8, p.63-99, 1977.

LABOV, William. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008[1972].

_____. *Principles of Linguistic Change: Cognitive and Cultural Factors*. Oxford: Wiley Blackwell, 2001.

_____. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Oxford: Basil Blackwell, 1994.

MARANTZ, Alec P. *On the nature of grammatical relations*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1984.

SANKOFF, David; TAGLIAMONTE, Sali; SMITH, Eric. *Goldvarb X: a variable rule application for Macintosh and Windows*. Toronto: University of Toronto, 2005.

SOARES, Eduardo Correia; MENUZI, Sérgio. Introduzindo e problematizando papéis temáticos e hierarquias temáticas: uma questão de interfaces. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 35, n. 59, p. 13-43, jul.-dez., 2010.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William.; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006[1968].

The employment of relativization strategies in written academic english as a function of the semantic characterization of the antecedent

Abstract: The alternation of relativization strategies is analyzed in a sample of academic texts from different areas of knowledge written by native English-speakers, both man and woman. Quantitative-based variationist analysis revealed a close correlation between the relativization strategy employed and the semantic value of the term to which the relative clause is linked, which was explained based on the semantic theory of the Principle of Thematic Hierarchy, vis-à-vis its syntactic counterpart: the Hierarchy of Accessibility.

On the extralinguistic level, there was also a correlation between the choice of the relativization strategy with the area of knowledge and the gender of the author of the text. Finally, we sought to point out ways to apply these findings to the teaching of English for specific purposes.

Keywords: Relative clauses. Variationist Analysis. Thematic Roles. Academic English. English for Specific Purposes.

Recebido em: 03/11/2021

Aceito em: 18/04/2022

‘Nem’, vale a pena saber como funciona: uma proposta de formalização para o ‘nem’ acionador de concessividade no português brasileiro

Isaac Souza de Miranda Junior¹

Jane Elder Girardi²

Dirceu Cleber Conde³

Resumo: O presente artigo pretende analisar, com base nos pressupostos teóricos da Semântica Intensional (ROTH, 1992; KRATZER, 2012), na metalinguagem da Semântica Formal (PARTEE, 1976) e na Pragmática (LEVINSON, 2007; GRICE, 1975), enunciados condicionais concessivos que contenham o operador *nem* como negação acionadora de concessividade no português brasileiro (*Nem que corra/Nem correndo, João pegará o ônibus*), a fim de postular um possível funcionamento formal para casos como os exemplificados aqui. Para tanto, realizamos uma revisão acerca do *nem*, com o objetivo de elucidar seu caráter negativo e suas características de *foco* e *escalaridade*⁴, objeto sobre o qual a presente análise se debruçou mais detidamente. Também demonstraremos como a escala pragmática

1 Possui mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2012) e doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2017). Possui graduação em Licenciatura em Letras (Português / Inglês) pelo Centro Universitário Fundação Santo André (2004). Atualmente é pós-doutoranda na Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Teórica e Psicolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: foco / tópico, estrutura informacional, semântica formal, implicaturas conversacionais e pragmática formal. O presente artigo foi desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através do Auxílio a Projeto de Pesquisa. Processo n. 2018/17642-9, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

2 Doutoranda em Linguística pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), com foco no desenvolvimento de um método de ensino de conceitos linguísticos. Mestrado em Linguística pela UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), com ênfase em Ensino de Conceitos Linguísticos por meio da intuição e gramática internalizada. Orientanda do Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde e integrante do GESer - Grupo de Estudos de Semântica Referencial da UFSCar. Possui graduação em Letras com habilitação em português e inglês pela Faculdades Integradas de São Carlos - FadisC (2005). Possui graduação em Pedagogia pela UNIFRAN (2016).

3 Possui graduação em Letras - Habilitação em Português pela Universidade Estadual de Maringá (1998), mestrado em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000) e doutorado em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (2008), com estágio doutoral na Université Paris III - La Sorbonne Nouvelle, Pós-Doutorado na Michigan State University (2015-2016). Atualmente é professor Adjunto com Dedicção Exclusiva na Universidade Federal de São Carlos - SP.

4 “Escarlaridade é a noção semântica que se aplica quando entidades ou propriedades podem ser ordenadas em uma escala[...].” (BAKKER, 1988, p. 29, tradução adaptada pelos autores).

de elementos possíveis envolvida nos enunciados condicionais concessivos com *nem* pode ser ordenada em função de mundos possíveis com base nas propostas de Roth (1992) e Kratzer (2012).

Palavras-Chave: Condicionais. Concessividade. Modalidade. Negação. *Nem*.

O presente artigo pretende descrever e analisar o operador *nem* em enunciados condicionais concessivos do português brasileiro (por exemplo: *Nem correndo/Nem que corra, João pegará o ônibus*). Mesmo que existam trabalhos discorrendo sobre enunciados com o *nem* (OLÍMPIO, 2005; MIRANDA, 2008; FONTES, 2016; CANCEIRO *et al.*, 2018; CAVAGUTI, 2018; CONEGLIAN, 2019), nenhum deles é voltado especificamente para o comportamento do *nem* em condicionais concessivas.

Em relação ao operador, é possível encontrar descrições generalizadas (OLÍMPIO, 2005), descrições em função de sentenças condicionais (MIRANDA, 2008; CONEGLIAN, 2019), citações em trabalhos sobre condicionais concessivas (FONTES 2016; CAVAGUTI, 2018) e descrições do caráter aditivo, em sentenças coordenadas, do operador (CANCEIRO *et al.*, 2018), mas nenhum dos trabalhos é específico quanto ao funcionamento do *nem* em condicionais concessivas. Assim, propomos nossa análise, a fim de complementar os trabalhos citados e aumentar a quantidade de informação disponível sobre o operador.

A análise será pautada na Semântica Intensional (ROTH, 1992; KRATZER, 2012), um desdobramento da Semântica Formal (PARTEE, 1976) que visa ao estudo das diferentes interpretações de sentenças em função de diferentes mundos possíveis de avaliação, ou seja, as diferentes projeções de uma sentença relativas a tempo e modalidade.

Desse modo, este artigo organiza-se da seguinte maneira: na primeira seção, apresentamos as características descritas na literatura normativa sobre o *nem* (negação, coordenação e escalaridade). Também discutiremos, na primeira seção, trabalhos que fazem uso do critério de

concessividade para analisar o operador (CAVAGUTI, 2018; CONEGLIAN, 2019) e explicaremos os conceitos que envolvem o operador em questão de: *escalaridade*, por meio de Grice (1985); *foco*, por meio de Roth (1992), e *escopo*, por meio de Horn e Wansing (2015).

Na seção dois, realizaremos uma discussão sobre modalidade, com base em Kratzer (1979; 2012), para que possamos, na terceira seção, discorrer sobre como enunciados condicionais concessivos que contenham o *nem* exprimem modalidade e condicionalidade, conforme Kratzer (1979; 2012) e Cavaguti (2018), evidenciando a força modal, a base modal e a fonte de ordenação envolvida no modal dos enunciados. Também demonstraremos, com base em Kratzer (2012) e Roth (1992), uma proposta de ordenação parcial do conjunto de elementos possíveis originados com base no *foco* do operador, a fim de demonstrar a escala envolvida na interpretação do *nem* em função de mundos possíveis. Por fim, utilizaremos a interpretação dos enunciados condicionais concessivos construídos por *nem* para propor um funcionamento formal para o operador.

Sobre o ‘nem’

As características mais descritas acerca do *nem* pela literatura normativa (ALMEIDA, 2005; CUNHA; CINTRA, 2008; BECHARA, 2009) são seu caráter negativo e o seu comportamento como elemento de coordenação negativa. Mesmo que as ocorrências como elemento de coordenação estejam fora do escopo do trabalho, o caráter negativo do *nem* está presente na esmagadora maioria de suas ocorrências, salvos os casos das ocorrências em locuções preposicionais comparativas⁵ (VIEIRA; SOUZA, 2015). Assim, faz-se necessário, para uma revisão acerca do *nem*, uma breve reflexão sobre o funcionamento da negação.

5 Por exemplo: *Pedro é inteligente que nem João*

A *negação* é um proeminente elemento das línguas naturais, tão destacado que existem diversos trabalhos sobre esse tema (SPERANZA; HORN, 2010; HORN; WANSING, 2015; WANSING, 2017; LAKA, 2019; entre muitos outros), discutindo suas peculiaridades lógicas, semânticas e sintáticas nas línguas naturais. Ela é, em sua forma lógica, um operador que inverte o valor de verdade de uma proposição ou ainda age sobre o valor de sintagmas adverbiais ou adjetivais. Em se tratando de proposições, o seu valor se inverte, como no caso de afixos negativos (*in-feliz*) ou palavras de polaridade negativa (*jamais*). Dada a complexidade do tema, vamos lidar com o *nem* negativo, excluindo algumas outras formas de negação, como se observará no texto. No caso da negação por elementos lexicais como *não* e *nem*, o *escopo* é muito relevante, ou seja, o elemento atingido pela influência da negação.

As línguas naturais exprimem duas formas de escopo: o escopo amplo e o escopo restrito (HORN; WANSING, 2015). O escopo amplo, também conhecido como sentencial, ocorre quando a negação opera sobre toda a sentença, como em (1); e o escopo restrito, ou simples, quando ela opera sobre apenas um constituinte (2):

(1) A empreiteira não construiu o prédio⁶.

(2) A empreiteira não construiu o prédio rapidamente.

Em (1), a negação ocorre com o escopo amplo, ou seja, sua presença inverte a proposição da sentença: *A empreiteira construiu o prédio* (P) \Rightarrow *A empreiteira não construiu o prédio* (\neg P). Já em (2), tem-se um exemplo de negação com escopo estreito, isto é, a presença da negação não nega a proposição da sentença, mas apenas o advérbio de modo (*rapidamente*).

Os elementos negativos não estão limitados a ocorrerem somente

6 Todos os exemplos do texto são oriundos da introspecção dos autores.

como equivalentes à negação lógica (\neg) nas línguas naturais, mas podem expressar outras características semânticas. Os elementos *ninguém*, *nenhum* e *nunca*, por exemplo, carregam, além da negação lógica, características de *pessoa*, *quantidade* e *tempo*, respectivamente:

(3) Ninguém foi à festa.

Não houve pessoas que foram à festa.

(4) Nenhum aluno passou na prova.

Não houve alunos que passaram na prova.

(5) Nunca vá a este lugar.

Não vá a este lugar em momento algum.

Assim como os elementos citados, o *nem* não funciona apenas como uma equivalência à negação lógica. Um grande reflexo disso é o fato de que gramáticas tradicionais o descrevem como elemento de coordenação negativa⁷, ou seja, um elemento que realiza coordenação entre constituintes, mas que precisa concordar com a polaridade negativa das sentenças:

(6) O Pedro não foi à festa nem ao mercado.

(7) A Núbia não foi à festa nem o Pedro.

Nesses exemplos, o *nem* funciona como um *e*, conjunção prototípica, que adiciona um constituinte negativo:

(6') O Pedro_i não foi à festa e o Pedro_i não foi ao mercado.

(7') A Núbia não foi à festa e o Pedro não foi à festa.

Entretanto, existem outras características envolvendo o operador.

7 Para um trabalho sobre descrição do *nem* coordenativo o leitor pode consultar Canceiro et al. (2018). Mesmo que o trabalho seja voltado ao português europeu, existe uma grande similaridade com os usos no português brasileiro.

Trabalhos como Olímpio (2005) e Cavaguti (2018) trazem o *nem* listado como um elemento focalizador que tem como característica essencial a noção de escalaridade. Um *elemento focalizador* é uma marcação lexical para *foco*, que, por sua vez, se refere a “[...] um conceito discursivo que se aplica ao constituinte que veicula informação nova na sentença.” (MIOTO, 2014, p. 1).

Para a Semântica Intensional (ROTH, 1992, p. 65), a interpretação de um *foco* é um conjunto de elementos paralelos ao enunciado que permitem outras interpretações além da interpretação do enunciado. Ou seja, a interpretação de *foco* em um enunciado *S* é o conjunto de variáveis no domínio do elemento focalizado que podem substituí-lo, a fim de gerar uma interpretação distinta da interpretação *S*, como exemplificamos em (8):

(8) Nem correndo, o João pegará o ônibus.

No exemplo, o verbo *correr* é o elemento focalizado pelo *nem*. Assim, o conjunto gerado pelo *foco* seria o conjunto de todas as variáveis, dentro do domínio do elemento focalizado, que poderiam substituir o verbo *correr* em *Nem correndo o João pegará o ônibus*. Como exemplo, o conjunto originado seria o conjunto de verbos possíveis para a substituição da forma *correr* no contexto (*caminhar, engatinhar, teletransportar*, etc).

Já sobre a “escalaridade” presente no *nem*, Olímpio (2005, p. 962) assera que o *nem* é “uma partícula de *foco* escalar que se associa a um elemento, projetando-o em uma escala pragmática o que gera implicaturas convencionais”; ou seja, *nem* é uma partícula que, ao associar-se a um outro elemento, destaca-o como *foco*, gerando uma escala pragmática com base no elemento focalizado. Desse modo, “o valor dado pelo elemento focalizado por *nem* é o mais provável de satisfazer a sentença aberta relevante.” (OLÍMPIO, 2005, p. 964).

Uma escala pragmática é originada de uma *implicatura escalar*. O

termo *implicatura* é oriundo do artigo *Logic and conversation* (GRICE, 1985), no qual o autor define esse termo como uma relação de significado construída por uma série de inferências realizadas por falantes, baseadas em seus conhecimentos comuns compartilhados (*common ground*). A implicatura é uma relação do tipo $P \rightsquigarrow^8 Q$, na qual uma sentença terá uma interpretação distinta ou complementar ao seu conteúdo semântico

Implicaturas escalares são um tipo específico de implicatura, sendo implicaturas conversacionais generalizadas que, segundo Levinson (2000, p. 156), “surgem sem que seja necessário nenhum contexto específico ou roteiro especial” e são acionadas por elementos linguísticos específicos. Um exemplo de implicatura conversacional generalizada é a implicatura gerada por *um(-a)* presente no exemplo (9):

(9) Pedro entrou em **uma** casa.

Em virtude da existência de *um(-a)* em (9), podemos imediatamente supor que a casa em que Pedro entrou não era a casa dele.

As implicaturas escalares consideram uma escala de elementos linguísticos $E(e_1, e_2, e_3 \dots e_n)$ de maneira que, ao implicar-se algo para um elemento e_n , essa mesma implicatura é aplicada a todos os elementos $e_{m < n}$ (LEVINSON, 2007, p. 164-165), ou seja, se algo é implicado para o elemento de índice 3 da escala, todos os outros elementos com índices menores também receberão essa implicatura. Podemos observar esse tipo de comportamento entre os quantificadores *todos*, *metade* e *alguns* que formam uma escala $\langle \text{alguns}_1, \text{metade}_2, \text{todos}_3 \rangle$: se *todos os alunos foram à aula* é verdadeira, logo, sabe-se que *metade dos alunos foram à aula* e que *alguns alunos foram à aula* também são verdadeiras.

Essa característica permite que a implicatura seja cancelável apenas

8 P implica em Q, optou-se por utilizar “ \rightsquigarrow ” para implicatura griceana no lugar de “ \rightarrow ”, uma vez que a implicação lógica, ou material, (\rightarrow), exprime características distintas das implicaturas conversacionais

para elementos de índices maiores na escala, por exemplo:

(10) Nem correndo, João pegará o ônibus.

(11) (?) Nem correndo, João pegará o ônibus, mas, se ele engatinhar, ele consegue.

(12) Nem correndo, João pegará o ônibus, mas se ele voar ele consegue¹⁰.

Mesmo que (11) seja uma sentença gramaticalmente bem formada, ela é pragmaticamente anômala¹¹. A informação adicionada pela oração coordenada adversativa não remove a implicatura presente em (10) (*Não importa o que João faça, ele não pegará o ônibus*), uma vez que a relação *correr e pegar o ônibus* tem um índice maior que *engatinhar e pegar o ônibus* na escala. Entretanto, em (12) a implicatura é cancelada, uma vez que *voar e pegar o ônibus* tem um índice maior que *correr e pegar o ônibus* na escala.

Porém, saber que essas relações têm índices maiores e menores entre si é uma dedução ingênua, ou seja, ela parte de uma interpretação informal dos índices de cada elemento na escala. Sendo assim, não existe nada nessa interpretação que descreva como a escala é construída e nem como os elementos estão classificados nela. Proporemos, nas seções futuras, uma medida quantitativa para que se possa exprimir a ordenação e os elementos da escala.

Ainda sobre o *nem*, é possível encontrar em gramáticas tradicionais, como Cunha & Cintra (2008), e em trabalhos, como Miranda (2008), Fontes (2016) e Coneglian (2019), *nem que* listado como acionador concessivo

9 Notação para pragmaticamente anômalo.

10 Para alguns falantes, o exemplo (12) pode parecer pragmaticamente inadequado, fazendo com que a opção com *só* (*Nem correndo, João pegará o ônibus, só se ele voar*) seja é mais aceitável. No entanto, para outros falantes, inclusive os autores, ambas as formas são aceitáveis. Acreditamos que a predileção de alguns falantes pela forma com o *só* ocorre pelo fato de que, assim como o *nem*, o *só* é um elemento focalizador (LONGHIN, 2002 e JUSTINO, 2018), tornando-o mais compatível com o *nem*. Todavia, independente da predileção de forma, a existência de uma ou mais sentenças que cancelem a implicatura é suficiente para demonstrar que a implicatura em (12) é cancelável.

11 Consideramos aqui pragmaticamente anômalo, assim como Levinson (2007, p. 8), uma sentença que exprime algum problema com relação ao encadeamento lógico referente ao mundo real.

presente em orações subordinadas concessivas.

Vale salientar que, mesmo que em (8) não esteja presente a forma *nem que*, a forma presente no exemplo é uma oração reduzida de gerúndio, sendo equivalente à forma *nem que* em (8’):

- (8’) a. Nem correndo, João pegará o ônibus.
- b. Nem que corra, João pegará o ônibus.

Um período composto que contenha uma oração subordinada concessiva é um enunciado que se utiliza de uma implicação concessiva. Podemos encontrar a demonstração da implicação concessiva em função da implicação tradicional em Coneglian (2019):

(01) Implicação lógica

Se $p \rightarrow q$

Ex: Se chover, não vou ao jogo.

(02) Implicação concessiva

Se $p \rightarrow$ normalmente $\neg q$

Ex: Embora chova, vou ao jogo.

(Se chove, eu normalmente não vou ao jogo.)

(CONEGLIAN, 2019, p. 29)

Aplicando essa definição em (8’), ou em sua forma completa *nem que* + *V*, (8b), é possível demonstrar a concessividade presente nesses enunciados¹²:

- (13) Nem que corra/Nem correndo, João pegará o ônibus.
Embora João corra, ele não pegará o ônibus.
(Se João/Alguém corre, ele normalmente pega o ônibus)

¹² Consideraremos que ambas as formas são equivalentes, assim, todos os próximos exemplos do texto utilizarão a forma reduzida de gerúndio.

Porém, *embora João corra, ele não pegará o ônibus* não capta a implicatura *não importa o que João faça, ele não pegará o ônibus*. A única forma de manter essa interpretação é substituir *nem que/nem* por *mesmo que/até*, sua contraparte escalar:

- (14) Nem que corra/Nem correndo, João pegará o ônibus.
Mesmo que corra/Até correndo, João não pegará o ônibus.
Não importa o que João faça, ele não pegará o ônibus.

Uma observação importante acerca de (14) é que o *escopo* da negação e o *foco* do *nem* não recaem sobre o mesmo elemento em enunciados condicionais concessivos. O exemplo (8), quando reescrito com elementos escalares não negativos, como em (14), demonstra que o *escopo* da negação recai sobre o verbo da oração nuclear (*pegar*) e o *foco* do *nem* recai sobre o verbo da oração satélite (*correr*).

Ainda sobre (14), Cavaguti (2018) afirma que enunciados com *nem que/nem se* não são apenas concessivos, mas são condicionais concessivos, uma vez que, além de conterem a implicação concessiva, também exprimem uma condição necessária e suficiente, para que a sentença nuclear seja verdadeira (se *p*, (então) *q*), de maneira que condicionais concessivas exprimem a seguinte relação¹³:

- (15) Se *p*, *q* | *p* → normalmente ¬*q*.
Se *p*, então *q*, tal que *p* implica em normalmente não *q*

Em que o elemento na sentença subordinada (*correr*), em (8), exemplifica a condição (*p*) para a sentença nuclear (*João não pegará o ônibus*) (*q*). Porém, como visto em (14), o *escopo* da negação em enunciados condicionais concessivos com *nem* recai na oração principal (*q*), de maneira

13 Usaremos a implicação concessiva de Coneglian (2019), *p* → normalmente ¬*q*, para a matriz de concessividade no lugar da proposta por Cavaguti (2018), normalmente, *p* → ¬*q*.

que a relação *Se p, q | p → normalmente ¬q*, é interpretada como:

(16) *Se p, ¬q | p → normalmente q*

Se p, então não q, tal que p implica em normalmente q

Assim, os dados sobre *foco, escalaridade, condicionalidade e concessividade*, levantados nesta seção, serão a base para a análise e para a proposta de formalização do significado de enunciados concessivos que contenham o *nem*.

Modalidade

Considerando-se o exposto nas seções anteriores deste trabalho, é necessário estabelecer o ferramental para lidar com a *condicionalidade* (se *p*, então *q*) e a *concessividade* presente em (16), a fim de lidar com *condicionais concessivos* com o *nem*. Para tanto, utilizaremos o ferramental da Semântica Intensional (VON FINTEL; HEIN, 2021). Mais especificamente, empregaremos a noção de *modalidade* referente à Semântica Intensional (KRATZER, 2012).

A Semântica Intensional (SI) é a abordagem que se vale dos princípios da Semântica Formal (PARTEE, 1976), explorando as relações de significado que extrapolam o sentido e a referência no conceito fregeano (FREGE, 2011) no momento presente de avaliação. A SI é responsável, portanto, pela avaliação de sentenças que não fazem referência a um *aqui agora*, mas, sim, à possibilidade de algo acontecer ou ter acontecido em função do tempo, modalidade, atitude e/ou condicionalidade. Nesse contexto, *modalidade* está relacionada com sentenças que discorrem sobre a possibilidade ou a necessidade de um evento acontecer. Segundo Kratzer (2012, p. 49), todo elemento modal é regido por três parâmetros: a base modal, a fonte de ordenação e a força modal.

A base modal é o conjunto de mundos possíveis nos quais a sentença modificada pelo modal será avaliada. Na definição de Kratzer (2012), existem duas possíveis bases modais: a base circunstancial e a base epistêmica. Uma base circunstancial vale-se do contexto imediato da conversação, ela é proveniente uma determinada quantidade de evidências em um contexto específico. Já a base epistêmica é determinada com relação ao conhecimento compartilhado entre os participantes de uma conversação.

A fonte de ordenação é um conjunto de proposições que organizam os mundos contidos dentro da base modal. A base modal limita a quantidade de mundos disponíveis para a interpretação da sentença, mas nela ainda estão contidos todos os mundos que contém apenas uma das proposições que constituem a base modal. Tomemos como exemplo as seguintes sentenças:

(17) Pedro tem que ser preso.

(18) Deve chover amanhã.

Enquanto, para o exemplo (17), a única informação necessária para compreendermos as condições em que *Pedro tem que ser preso* é “Pedro ter cometido algum crime”, em (18), existem diversos fatores que podem contribuir para que o falante acredite que irá chover no dia seguinte. A base modal referente ao exemplo (17) é uma base epistêmica, isto é, as informações necessárias para construir o conjunto de mundos de avaliação estão todas disponíveis dentro do conhecimento comum entre os participantes da conversação. Já a base modal referente ao exemplo (18) precisa de mais informação, para que possa construir o conjunto de mundos, ou seja, é necessário saber as condições climáticas e diversos outros fatores que levam o falante a acreditar que irá chover amanhã, fazendo com que a base não seja epistêmica, como em (17), mas, sim, circunstancial.

Para elencar o melhor mundo em que uma proposição é verdadeira,

a fonte de ordenação ordena os mundos de maneira que os melhores mundos respeitam uma série de proposições contidas em um determinado conjunto de regras, em que o melhor mundo respeita a maior parte e o pior respeita a menor parte, ou nenhuma. Para o caso de (17), a fonte de ordenação elencada é o conjunto de proposições constituído por uma legislação (uma base deontica), no qual o melhor mundo de avaliação é o mundo em que toda a legislação é seguida, logo não existem crimes, e o pior mundo é aquele em que o descumprimento das leis gera premiações para o contraventor. A fonte presente em (18) não segue um conjunto de leis ou relações predefinidas, mas reflete as crenças do falante com relação ao clima do dia seguinte, cujo tipo de fonte se chama teleológica. Nesse caso, o melhor mundo de avaliação é aquele em que as crenças do falante são seguidas “à risca”, enquanto o pior mundo é o mundo em que nada do que o falante acredita é real.

Kratzer (2012) e Oliveira e Scarduelli (2008) entendem que não existe um número definido para fontes de ordenação. No entanto Kratzer (2012) elenca ao menos quatro fontes mais salientes, sendo elas: deontica (referentes a normas e leis predefinidas); estereotípica (referente ao curso natural das coisas, ou seja, o que normalmente acontece); bulética (referente às vontades e aos desejos de um falante específico) e teleológica (referente às crenças de um falante específico).

A força modal está relacionada com o quão forte é a necessidade envolvida no modal, ou seja, do quão provável é a ação, indo de *necessariamente*, algo que sempre ocorre, até *talvez seja possível*, algo que muito provavelmente não ocorre. Segundo Kratzer (2012, p. 40), uma proposição é necessária quando ela é verdadeira em todos os mundos próximos ao melhor mundo definido pela fonte de ordenação, enquanto uma proposição é possível quando sua negação não é necessária com relação à fonte de ordenação e à base modal.

Línguas naturais têm diferentes elementos para exprimir graus

diferentes de possibilidade e necessidade. Advérbios como “provavelmente” e “possivelmente” exprimem uma relação de possibilidade, mas têm diferentes forças modais, sendo que o primeiro tem maior chance de acontecer que o segundo. Essa gradação não está limitada apenas aos modais de possibilidade, como também abrange os modais de necessidade, conforme é possível encontrar em Oliveira e Scarduelli (2008) a discussão sobre os modais *tem que* e *dever*, em que o primeiro exprime uma necessidade mais forte que o segundo.

Tomaremos para a nossa análise a proposta de Cavaguti (2018) de que sentenças condicionais concessivas são regidas por modalidade. Dessa forma, o acionador de concessividade *nem*, presente nessas construções, também exprime um comportamento modal. Ele se comporta como um modal de possibilidade que tem sua força modal definida por uma escala pragmática de elementos possíveis em função da relevância dos mundos possíveis de avaliação presentes, tanto na base modal quanto na fonte de ordenação, como será demonstrado na próxima seção.

Condicionais concessivas com ‘nem’

Cavaguti (2018, p. 72) descreve que condicionais concessivas contêm um modal epistêmico de necessidade, uma vez que a concessividade (algo não acontecer dado que normalmente acontece) está relacionada aos conhecimentos de mundo dos falantes. Desse modo, as condicionais concessivas são regidas por uma base modal epistêmica, ou seja, o conjunto de mundos possíveis relevantes baseados nos conhecimentos de mundo dos participantes da conversação. A autora também argumenta que a fonte de ordenação das orações condicionais concessivas será sensível à condição presente na sentença nuclear, havendo, por isso, diferentes fontes de ordenação, podendo ser elas: bulética (referente aos desejos do falante), deôntica (referente aos deveres dos participantes da conversação),

epistêmica (referente aos fatos do mundo real) ou teleológica (referente às crenças do falante).

Se aplicarmos a definição da autora ao nosso exemplo (8) (*Nem correndo, João pegará o ônibus*), verificaremos que, por tratar-se de uma condicional concessiva, a base modal de todo o enunciado será uma base epistêmica. Como o fato de que *João pegar o ônibus* está condicionado a *João correr*, ambas as sentenças têm o mesmo tipo de fonte de ordenação. Esse tipo, em (8), pode ser teleológico, considerando que o falante não acredite no condicionamento físico de *João*; bulético, considerando que o falante pretenda atrapalhar *João* a pegar o ônibus; ou estereotípico, considerando que normalmente se alcança um ônibus quando se corre.

Com isso, temos que (8) tem uma base modal epistêmica e pode assumir três diferentes tipos de fontes de ordenação; no entanto, ainda falta definir a força modal envolvida nele. Para isso, precisamos considerar tanto a condição **p** quanto a sentença nuclear **q**. Segundo Cavaguti (2018, p. 67), sentenças condicionais concessivas são regidas por dois modais em sua interpretação, um modal de possibilidade, vinculado à condição, e um de necessidade vinculado à sentença nuclear ($\diamond p \rightarrow \Box q$). A autora defende esse funcionamento considerando que, independentemente do valor estabelecido pela condição, a sentença nuclear sempre será verdadeira, para sentenças condicionais concessivas:

(19) Mesmo chovendo, vou à praia.

Em (19), *vou à praia* sempre será verdadeira, uma vez que, pela implicação concessiva, *chover implica normalmente eu não ir à praia*, e se, até mesmo nessa condição, “*eu vou à praia*” é verdadeiro, não existe nenhuma condição em que “*eu vou à praia*” é falso. Todavia, essa relação não é verificável em sentenças condicionais concessivas com o *nem*. Como visto no exemplo¹² (*Nem correndo, João pegará o ônibus, mas se ele voar ele consegue*), existe uma condição capaz de tornar falsa a sentença

nuclear. Logo, para esses enunciados, considerar “se p ” como um “ $\diamond p$ ” não é suficiente.

Para sentenças condicionais concessivas com o *nem*, propomos aqui que a implicação material ($\rightarrow \square q$) não seja vinculada ao modal de possibilidade, mas apenas à proposição da condição¹⁴:

$$(20) \diamond p \wedge p \rightarrow \square q$$

Dessa maneira, ainda é mantida a necessidade de verdade da sentença nuclear, mas é removida a necessidade de qualquer proposição, diferente de p , implicar q . Essa nova interpretação, além de permitir que a implicação presente nas condicionais concessivas com *nem* seja cancelada, não impede que a interpretação proposta por Cavaguti (2018) seja verdadeira. Uma vez que sempre que $\diamond p \rightarrow \square q$ é verdadeira, (20) também o é, mas existem contextos em que (20) é verdadeira; contudo, $\diamond p \rightarrow q$ é falsa – como exemplo os casos de condicionais concessivas com *nem*.

Sobre a força dos modais nas condicionais concessivas com o *nem*, concordamos com Cavaguti (2018) quando afirma que a força modal referente à sentença nuclear é a de necessidade pela presença do modo indicativo, que é o modo do português para descrição do *realis*, a realidade (MARQUES; OLIVEIRA, 2016, p. 410). Porém, para a condição p , mesmo que concordemos que ela seja uma *possibilidade*, acreditamos que (20) ainda não é suficiente para representar as sentenças condicionais concessivas com *nem*, uma vez que ela não exprime p em função de escalaridade. Assim, é necessário que refinemos (20).

Sabemos que a condição p , que está no foco do *nem*, é a condição mais provável a tornar o enunciado q verdadeiro (OLÍMPIO, 2005). Dessa forma, podemos assumir que o foco de *nem* é a melhor condição para satisfazer $\diamond p$. Kratzer (2012, p. 41) afirma que uma proposição x é uma

14 \wedge (e), conjunção lógica.

possibilidade melhor que a proposição y se, e somente se, em relação a uma fonte de ordenação e uma base modal, x tem mais mundos melhor ranqueados do que y , ou seja, existem mais mundos que contém x próximos ao mundo ideal do que mundos que contém y .

Para que possamos exprimir a melhor condição possível, presente nas interpretações das sentenças condicionais concessivas com o *nem*, precisaremos da escala de elementos possíveis, uma vez que o *foco* é o melhor elemento dela. Para isso, assim como Kratzer (2012) propõe uma ordenação em função de mundos possíveis para a interpretação de um enunciado com um elemento modal, propomos aqui uma ordenação para o conjunto do *foco* que também esteja em função de mundos possíveis a fim de manter a consistência da análise.

Como já levantado, as condicionais concessivas são regidas por uma base modal epistêmica. Dessa forma, o *nem* também será regido pela mesma base, podendo ter o tipo de sua fonte de ordenação variável entre os tipos já elencados. Para a construção da escala, poderíamos considerar que o melhor elemento no *foco* é aquele que faz com que a base modal tenha o maior número de mundos possíveis de avaliação, ou seja, aquele que torna a proposição q verdadeira na maior parte dos mundos possíveis de avaliação. Porém, essa quantificação não levaria em consideração a fonte de ordenação que delimita as proposições, no caso de (8), teríamos todos os mundos em que *João corre*, inclusive os mundos em que *João corre e não pega o ônibus*.

Assim, a fim de elencar apenas os mundos em que *João corre* e *João pega o ônibus*, consideraremos tanto a quantidade total de mundos da base modal, como também a quantidade de mundos dentro da base modal, em que *João corre* e *João pega o ônibus* são verdadeiras. Para isso, utilizaremos a razão entre a *cardinalidade dos mundos possíveis da base modal do enunciado* (a quantidade de mundos possíveis dentro da base modal, ou seja, todos os mundos epistêmicos em que *João* realiza alguma ação para

pegar o ônibus) e a *cardinalidade dos mundos possíveis na base modal em que João pega o ônibus* (a quantidade de mundos possíveis dentro da base modal em que a ação de João acarreta em ele pegar o ônibus). Todavia, essa razão é a probabilidade condicional dos mundos em que João pega o ônibus dada a probabilidade dos mundos em que João realiza alguma ação para pegar o ônibus.

Em resumo, segundo nossa proposta, o melhor elemento da escala gerado pelo *nem* é o elemento que tenha a maior probabilidade de **q** dado **p** (doravante $P(\mathbf{q}|\mathbf{p})$). Assim, seguindo a definição de Roth (1992), podemos aplicar essa relação em todos os elementos do domínio do *foco*, de maneira que:

<i>Escala Pragmática de elementos possíveis do foco de nem</i>
Seja F o conjunto de elementos possíveis gerados a partir do domínio de um <i>foco</i> . Seja E a escala pragmática resultante de sua ordenação parcial. Para todo $\mathbf{f}_x \in \mathbf{F}$ todo $\mathbf{f}_y \in \mathbf{F}$: O elemento $\mathbf{f}_n \in \mathbf{F}$ também existe em E , se e somente se, $P(\mathbf{q} \mathbf{f}_n) > 0$; O elemento $\mathbf{f}_x \in \mathbf{E}$ antecede o elemento $\mathbf{f}_y \in \mathbf{E}$, se e somente se, $P(\mathbf{q} \mathbf{f}_x) \geq P(\mathbf{q} \mathbf{f}_y)$.

Mais claramente, a escala pragmática **E** em função do foco de *nem* é um subconjunto do conjunto **F** originado por um *foco*, em que o elemento \mathbf{f}_n está em **E** e **F** se, e somente se, existe ao menos um mundo, dentro da base modal, em que \mathbf{f}_n e **q** ocorram simultaneamente ($P(\mathbf{q}|\mathbf{f}_n) > 0$). E essa escala é parcialmente ordenada em função da probabilidade de **q** ocorrer junto a \mathbf{f}_n em um mundo possível¹⁵.

É destacável que a ordenação dessa escala é crescente, indo do item de menor relevância para o de maior relevância, considerando que o *nem* indica um *elemento relevante*. Caso o elemento escalar, que acione

15 Portner (2009) traz a demonstração para escalas em relação a modais não condicionais em função de probabilidade. Todavia, baseamos a construção da escala em função da demonstração da interação entre probabilidade e a proposta de Kratzer (2012), presente em Kratzer (2012, p. 42-43).

a escala, considere *elementos irrelevantes*, assim como o *até* (CAVAGUTI, 2018 p. 62), a ordenação da escala seria decrescente, indo do item de maior relevância para o item de menor relevância (O elemento $f_x \in E$ antecede o elemento $f_y \in E$, se e somente se, $P(q|f_x) \leq P(q|f_y)$).

Para validar nossa proposta de ordenação escalar, tomemos (8) (*Nem correndo, o João pegará o ônibus*) como exemplo. Se o elemento p é *correr*, então o conjunto F contém todos os elementos do domínio de *correr* que o possam substituir, de maneira que a escala E contenha apenas os elementos do domínio de *correr* que não são disjuntos a q (*João pegará o ônibus*). Em outras palavras, existe ao menos um mundo em que p e q acontecem, ordenados da menor probabilidade condicional entre p e q para a maior, resultando em um conjunto que vai da ação menos provável que *João* possa realizar para pegar o ônibus (podemos estimar ingenuamente *engatinhar*) para a ação mais provável (não necessariamente *correr* como visto pelo cancelamento da implicatura escalar).

Com isso, podemos substituir “ $\diamond p$ ” por “ p é possivelmente a melhor opção” em função da escala, obtendo nossa proposta final para os enunciados condicionais concessivos com o *nem*¹⁶:

$$(21) p \rightarrow \text{Max}(E)^{17} \wedge p \rightarrow \neg q \mid U \rightsquigarrow \exists E$$

Em língua natural, p tende ao elemento máximo da escala E (p tende a ser a melhor possibilidade existente) além de p implicar *não- q* ¹⁸, tal que o enunciado U implica conversacionalmente a existência da escala E ¹⁹.

A substituição do modal de possibilidade por uma notação em função de *tendência* é dada pela cancelabilidade da implicatura escalar, o

16 Estamos usando o símbolo \rightarrow para a notação de tendência. $y \rightarrow z$, lido como y tende a z .

17 $\text{Max}(X)$, lido como o elemento máximo de X .

18 Diferentemente de (20), em (21) p implica *não- q* , isso ocorre pois, como já descrito, a presença do *nem* no enunciado faz com que a oração nuclear seja negada.

19 Removemos o modal de necessidade da interpretação final uma vez que: $\Box \neg q \rightarrow \neg q$, se $p \rightarrow \Box \neg q$, logo, por transitividade, $p \rightarrow \neg q$

foco do *nem* é uma opção muito próxima da melhor opção possível, sendo um candidato muito próximo ao máximo da escala **E**; mas, ainda assim, podem existir elementos que sejam melhores que ele.

Para verificar se (21) é condizente com a interpretação de (8), basta substituímos o foco de *nem* e a sentença nuclear em (8), respectivamente, *correr* e *João pegará o ônibus*, por **p** e **q** em (21):

$$(22) \mathbf{p} \rightarrow \text{Max}(\mathbf{E}) \wedge \mathbf{p} \rightarrow \neg \mathbf{q} \mid \mathbf{U} \rightsquigarrow \exists \mathbf{E}$$
$$\text{correr} \rightarrow \text{Max}(\mathbf{E}) \wedge \text{correr} \rightarrow \neg(\text{o João pegará o ônibus}) \mid \mathbf{U} \rightsquigarrow$$
$$\exists \mathbf{E}$$

Em língua natural, *correr* tende ao máximo da escala **E** (é um elemento muito próximo da melhor possibilidade possível para fazer com que *João pegue o ônibus*), e *correr* implica que o João não pegará o ônibus. *Nem correndo o João pegará o ônibus* implica conversacionalmente a existência da escala **E**. Como *correr* é um elemento no topo da escala, todos os outros elementos com índice menor que *correr* também serão negados, gerando a implicatura *não importa o que João faça, ele não pegará o ônibus* presente em (14). Deve-se salientar que a implicatura é gerada pelas características da escala pragmática sobre a qual *nem* age; o item lexical apenas indica o posicionamento de seu *foco*, como um item de alto índice, em relação à escala.

É interessante ressaltar que, como o *nem* indica um elemento próximo ao máximo da escala, quanto mais alto for o índice do elemento, mais “difícil” é para que a oração principal seja verdadeira, fazendo com que a força modal esteja diretamente relacionada ao elemento focalizado:

$$(23) \text{Nem correndo, o João pegará o ônibus} \rightsquigarrow \text{O João não pegará o ônibus}$$

$$(24) \text{Nem voando, o João pegará o ônibus} \rightsquigarrow \text{Difícilmente o João}$$

pegará o ônibus

(25) Nem em sonho, o João pegará o ônibus \rightsquigarrow É impossível que o João pegue o ônibus

Em contrapartida, elementos focalizados que tenham índices longe do máximo da escala geram sentenças pragmaticamente anômalas, não importando se as condições tenham índices muito baixos:

(26) (?) Nem engatinhando, o João pegará o ônibus

Ou, até mesmo, tenham índices intermediários:

(27) (?) Nem caminhando, o João pegará o ônibus

Uma vez que esse tipo de condição, por estar distante do máximo da escala, não apresenta concessividade.

Ademais, por mais que tenhamos realizado a demonstração do comportamento do *nem* em função das condicionais concessivas, o mesmo comportamento escalar é verificável em orações simples, mas que apresentem concessividade:

(28) Nem o João foi à festa \Rightarrow *A pessoa mais provável a ir à festa é o João e João não foi à festa \rightsquigarrow Ninguém foi à festa*

(29) Nem à festa a Maria foi \Rightarrow *O local mais provável que maria visitasse era a festa e Maria não foi à festa \rightsquigarrow Maria foi a lugar nenhum/Maria não saiu de casa*

Da mesma forma como em (8) (*Nem correndo, o João pegará o ônibus*), o foco do *nem* recai sobre o elemento focalizado, o nome *João*, em (28), e o substantivo *festa*, em (29), e o escopo da negação recai sobre a proposição vinculada ao enunciado, *João ir à festa* para (28), e *Maria ir à*

festa para (29). A diferença é que, ao invés de serem geradas em função de duas proposições, as escalas relativas aos exemplos são originadas a partir do *foco* do *nem* e da proposição vinculada ao enunciado.

Nesses exemplos, a relação de probabilidade condicional entre as proposições ($P(\mathbf{q}|\mathbf{p})$) é substituída pela relação de probabilidade condicional entre o elemento gramatical focalizado e a proposição do enunciado ($P(\mathbf{q}|\mathbf{e})$), ou seja, o melhor elemento da escala é o que tenha a maior probabilidade $P(\mathbf{q}|\mathbf{e})$, assim como ocorre com as condicionais concessivas, no caso, a *pessoa mais provável a ir à festa* em 28, e o *lugar mais provável ao qual Maria fosse*.

Ao se negar que *João foi à festa* na escala, nega-se o mesmo para todos os outros elementos com índice menor, isto é, as *outras pessoas que poderiam ir à festa*. Analogamente, ao se negar que *Maria foi à festa*, nega-se o mesmo para todos os outros elementos com índice menor da escala, a saber, os *outros lugares possíveis de Maria ir*.

Por fim, é destacável que a forma de (20) ($\diamond \mathbf{p} \wedge \mathbf{p} \rightarrow \square \mathbf{q}$) é aplicável à todas as estruturas condicionais concessivas que tenham em sua composição um elemento escalar, necessitando apenas da alteração da força modal envolvida no modal de possibilidade. Como estamos lidando com o *nem*, substituímos o modal de possibilidade genérico (\diamond) por um modal de possibilidade que também indica “quão boa” a proposição é em função de uma escala. Dessa maneira, a mesma abstração pode ser realizada com o *até* em orações condicionais concessivas, com o adendo de que o *até* exprime comportamento inverso do *nem* (CAVAGUTI, 2018, p. 61-63), indicando um elemento na posição máxima de uma das escalas em ordenação decrescente²⁰:

20 Estamos utilizando a notação E^{-1} para indicar que a escala referente ao *até* segue os mesmos padrões da escala para o *nem*, mas está ordenada de maneira invertida, ou seja, decrescente, iniciando no melhor elemento e terminando no pior elemento.

(30) Até com os pés amarrados, o João marca o gol

$p \rightarrow \text{Max}(E^{-1}) \wedge p \rightarrow q \mid U \rightsquigarrow \exists E^{-1}$

estar com os pés amarrados $\rightarrow \text{Max}(E^{-1}) \wedge$ *estar com os pés amarrados* \rightarrow (o João marcar o gol) $U \rightsquigarrow \exists E^{-1}$

Em língua natural, *estar com os pés amarrados* tende ao máximo da escala (E^{-1}), é um elemento muito próximo da pior possibilidade para fazer com que *João marque o ônibus*, e *estar com os pés amarrados* implica que o *João marque o gol*. Até com os pés amarrados, o *João marca o gol* implica conversacionalmente a existência da escala E . Como *estar com os pés amarrados* é um elemento no topo da escala, todos os outros elementos com índice menor que *estar com os pés amarrados* também serão negados, gerando a implicatura *não importa o que João faça, ele marcará o gol*.

Considerações finais

Ao longo do texto, realizamos uma revisão da literatura acerca do *nem*, para que fosse possível realizar uma análise acerca dos enunciados condicionais concessivos que contenham o operador. Constatamos que o *nem* tem como argumentos um *foco* e o *escopo* da negação, de maneira que ambos não estão limitados a ocorrer no mesmo elemento.

Demonstramos que enunciados do tipo *nem p/nem que p, q* contêm modalidade e concessividade, conforme a proposta de Kratzer (2012) e a análise de Cavaguti (2018). Sobre a modalidade envolvida com relação a enunciados condicionais concessivos contendo o *nem*, os enunciados exprimem dois modais: um de possibilidade, vinculado à condição, e um de necessidade, vinculado à sentença nuclear, que têm como base modal uma base epistêmica, sendo a fonte de ordenação dependente da condição vinculada do enunciado, conforme Cavaguti (2018), o que permite que a

fonte de ordenação possa assumir diferentes tipos.

Também pudemos demonstrar como é possível organizar parcialmente, em função de mundos possíveis, por meio da proposta de Roth (1992) e da proposta de Kratzer (2012), o conjunto procedente do *foco* do enunciado para gerar uma escala pragmática de elementos possíveis, utilizando a probabilidade do *escopo* da negação condicionada ao *foco* do operador ($P(q|p)$).

Por fim, demonstrou-se que o enunciado *Nem que corra/Nem correndo, o João pegará o ônibus* é regido por uma interpretação semântica que leva em consideração a modalidade envolvida em sentenças condicionais concessivas, uma escala pragmática de elementos possíveis e o elemento de maior índice da escala. O *nem* nega a sentença principal para o elemento focalizado na escala, fazendo com que todos os outros elementos, com índice menor, sejam negados, e gerando assim a implicatura escalar de *não importa p*, $\neg q$.

Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BAKKER, E. J. *Linguistics and formulas in Homer: scalarity and the description of the particle per*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira e Editora Lucerna, 2009.

CANCEIRO, Nádia; MATOS, Gabriela; COLAÇO, Madalena. Especificidades de *nem* coordenativo em português europeu. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, n. 4, p. 34-47, 2018. DOI: 10.26334/2183-9077/rapln4ano2018a29. Disponível em: <https://ojs.apl.pt/index.php/RAPL/article/view/30>. Acesso em: 27/06/2022

CAVAGUTI, Ana Paula. *Uma análise semântico-pragmática das construções condicional-concessivas no português do Brasil*. 2018. 160 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/10080>. Acesso em: 25/05/2021.

CONEGLIAN, André Vinicius Lopes. *A expressão do significado concessivo no português brasileiro: as construções gramaticais na interface com padrões e sistemas cognitivos*. 2019. 125 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo, revista e aumentada*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FREGE, Gottlob *et al.* Sobre o sentido e a referência. *Fundamento*, n. 3, 2011. Disponível em: https://periodicos.ufop.br/fundamento/article/view/2271#_ftn1. Acesso em: 27/06/2022

OLIVEIRA, Roberta Pires de; SCARDUELLI, Jaqueline Alves. Explicando as diferenças semânticas entre TER QUE e DEVER: uma proposta em semântica de mundos possíveis. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 52, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1476>. Acesso em: 27/06/2022.

FONTES, Michel Gustavo. Construções concessivas e concessivo-condicionais com ainda que. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 45, n. 1, p. 126-141, 2016. DOI: 10.21165/el.v45i1.751. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/751>. Acesso em: 27/06/2022

GRICE, Herbert P. Logic and conversation. In: *Speech acts*. Brill, 1975. p. 41-58.

HORN, Laurence Robert; WANSING, Heinrich. *Negation*. 2015. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/entries/negation/>. Acesso em: 25/05/2021.

JUSTINO, Agameton Ramsés. *Construções focalizadoras x que só no português brasileiro*. 2018. 147 f. Tese (Doutorado em Linguística) -

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9137>. Acesso em: 03/05/2022.

KRATZER, Angelika. Conditional necessity and possibility. In: *Semantics from different points of view*. Springer, Berlin, Heidelberg, 1979. p. 117-147.

_____, *Modals and conditionals: New and revised perspectives*. Nova York: Oxford University Press, 2012.

LAKA, Itziar. *On the Syntax of Negation*. Londres: Routledge, 2019.

LEVINSON, Stephen Curtis. *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LONGHIN, Sanderléia Roberta. *A gramaticalização da perífrase "só que"*. 2003. 217 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Campinas, Campinas, 2003. DOI: 10.47749/T/UNICAMP.2003.280444. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1593821>. Acesso em 27/06/2022.

VIEIRA, Caio Aguiar; SOUSA, Valéria Viana. Que nem no Twitter: o processo de gramaticalização da partícula que nem nas mídias sociais. In: Colóquio do Museu Pedagógico, 11., 2015, Vitória da Conquista. *Anais do XI Colóquio do Museu Pedagógico*. Brasil: Museu Pedagógico - Uesb, 2015. p. 2999-3011.

OLÍMPIO, Ariadne Mattos. O item nem no português brasileiro. *Estudos Linguísticos XXXIV*. 2005, p. 962-967.

MARQUES, Rui; OLIVEIRA, Roberta Pires de. Mood and Modality. *Handbook of Portuguese Linguistics*. Wiley Blackwell, to appear, p. 408-24, 2016. DOI: 10.1002/9781118791844.ch22. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/9781118791844.ch22>. Acesso em: 27/06/2022.

PARTEE, Barbara H. *Montague Grammar*. Cambridge: Academic Press, 1976.

ROOTH, Mats. A theory of focus interpretation. *Natural Language Semantics*, [S.L.]. v. 1, n. 1, p. 75-116, fev. 1992. Springer Science and Business Media LLC. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/bf02342617>.

SPERANZA, John L.; HORN, Laurence R. A brief history of negation. *Journal of Applied Logic*. v. 8, n. 3, p. 277-301, 2010.

VON FINTEL, Kai; HEIM, Irene. Intensional semantics. Primavera de 2021. Notas de Aula. Disponível em: <https://github.com/fintelkai/fintelheim-intensional-notes/blob/master/IntensionalSemantics.pdf>. Acesso em: 03/05/2021.

WANSING, Heinrich. Negation. In: GOBLE, Lou. *The Blackwell guide to philosophical logic*. Hoboken: Blackwell Publishing Ltd, 2017. p. 415-436.

'Nem', it is worth to know how it works: a formalization proposal for 'nem' concessivity trigger in Brazilian Portuguese

Abstract: This article intends to analyze, based on the theoretical assumptions of Intensional Semantics (ROTH, 1992; KRATZER, 2012), in the metalanguage of Formal Semantics (PARTEE, 1976) and Pragmatics (LEVINSON, 2007; GRICE, 1975), concessive conditional utterances that contain the operator nem as a triggering negation of concessivity in Brazilian Portuguese (Not even running/Not running, João will take the bus), to postulate a possible formal behavior for cases like the ones exemplified here. Thereunto, we reviewed nem, to elucidate its negative feature and its characteristics of focus and scalarity, the object on which this analysis is focused more closely. We will also demonstrate how a pragmatic scale of possible elements involved in concessive conditional utterances with nem can be ordered in terms of possible worlds from the proposals of Roth (1992) and Kratzer (2012).

Keywords: Conditionals. Concessivity. Modality. Negation. Nem.

Recebido em: 22/09/2021

Aceito em: 08/06/2022

Sintagmas indefinidos de foco no português brasileiro: uma investigação teórica das particularidades semânticas e pragmáticas

Fernanda Rosa da Silva¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo investigar os fenômenos semânticos e pragmáticos presentes em diálogos do português brasileiro, doravante PB. Mais especificamente, a pesquisa busca analisar diálogos que são compostos por perguntas do tipo sim/não, e respostas nas quais haja um sintagma nominal indefinido com função informacional de foco, tanto em sua posição canônica como deslocado. A pesquisa foi motivada a partir do apontamento em Silva (2017), de que os sintagmas quantitativos indefinidos com função de foco podem desencadear inferências distintas, a depender de diversos fatores como: estrutura sintática (canônica ou deslocada), semântica da pergunta, contexto de uso. A pesquisa buscou, por meio da criação de diálogos do PB, apresentar uma proposta lógico-formal para a explicação de maior ou menor aceitabilidade de respostas com sintagma indefinido em função de foco. A partir dos dados, pode-se concluir que o tipo de pergunta e o conjunto inserido por esta influenciam na aceitabilidade da resposta. Ainda, critérios semânticos como o de congruência entre pergunta e resposta são necessários para a aceitabilidade de sentenças com foco indefinido, mas não suficientes. Além da congruência, são necessárias estratégias pragmáticas para que respostas com sintagmas indefinidos em função de foco, tanto em sua posição canônica quanto deslocado, sejam adequadas para determinada pergunta dada no contexto.

Palavras-chave: Semântica formal. Foco. Sintagmas indefinidos. Semântica de perguntas. Deslocamento.

Este trabalho tem como objetivo investigar os diálogos do PB que contenham perguntas sim/não, seguidas de respostas com

1 Possui mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2012) e doutorado em Linguística pela Universidade de São Paulo (2017). Possui graduação em Licenciatura em Letras (Português / Inglês) pelo Centro Universitário Fundação Santo André (2004). Atualmente é pós-doutoranda na Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Linguística Teórica e Psicolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: foco / tópico, estrutura informacional, semântica formal, implicaturas conversacionais e pragmática formal.

sintagmas indefinidos em função de foco. Serão observadas tanto respostas com sintagma de foco indefinido em sua posição canônica quanto deslocado. Ressaltamos que as particularidades do sintagma indefinido (SILVA, 2007, 2012; MÜLLER, 2001, 2002), bem como o fenômeno do deslocamento já foram amplamente investigados no português brasileiro em diversas perspectivas (PONTES, 1987; ILARI, 1992; KATO, 1998; MIOTO, 2003; ORSINI; VASCO, 2007; entre outros).

Em Silva (2017), há uma descrição dos contextos em que elementos da estrutura informacional podem ou não ocorrer em sentenças com deslocamento no PB. Entretanto, algumas questões ficaram em aberto. Especialmente, não foi apresentada, no referido trabalho, uma explicação formal e mais generalizada de por que é possível haver o deslocamento de sintagmas indefinidos com função de foco em alguns contextos e em outros não.

Esta pesquisa busca contribuir com a teoria linguística no sentido de que um dos seus objetivos é propor uma explicação semântico-pragmática para os contextos levantados e descritos na tese citada, a partir de um aparato lógico-formal. A seguir, são apresentados os tipos de diálogo que serão objetos de investigação desta pesquisa:

- (1) A: João leu o artigo do Chomsky?
B: Ele leu UM ARTIGO.

- (2) A: João leu o artigo do Chomsky?
B: UM ARTIGO, ele leu.

Nos exemplos anteriores os diálogos são inseridos por perguntas sim/não. Nesse tipo de pergunta, há apenas duas respostas semanticamente possíveis: 'sim' para responder afirmativamente ao perguntado; e 'não', para responder negativamente. Em relação às respostas, há dois tipos,

um com estrutura canônica linear, em (1), em que o sintagma com função informacional de foco encontra-se em sua posição, de objeto, e outro em que o sintagma indefinido com função de foco é deslocado para a periferia esquerda da sentença (2).

A presente pesquisa propõe-se a fazer uma discussão teórica de por que, a depender do tipo de pergunta ou do tipo de resposta, a sentença é mais ou menos aceitável. Nossa hipótese é que: a natureza semântica da pergunta e as condições pragmáticas que envolvem as respostas influenciam no nível de aceitabilidade por parte do falante.

O artigo está organizado da seguinte forma: na próxima seção serão apresentadas, resumidamente, as propostas semânticas para perguntas e foco. Em seguida, será feita a análise dos dados que são objeto deste estudo, considerando as bases teóricas adotadas. Por fim, serão expostas as considerações finais, bem como as propostas de generalização.

1. Semântica de Alternativas: perguntas e foco

Assumimos, para a semântica de perguntas, a teoria de Hamblin (1973). Segundo o autor, enquanto saber o significado de uma sentença declarativa consiste no falante saber as condições para que esta seja verdadeira ou falsa, o significado de uma questão está relacionado ao falante saber que tipos de respostas são possíveis para ela. Para Hamblin, o valor semântico ordinário das questões é o conjunto de asserções possíveis para a pergunta. Em uma pergunta sim/não, como no diálogo abaixo, na qual há apenas duas possibilidades de resposta: “sim” ou “não”, a semântica proposta para ela é um conjunto de alternativas formado por duas proposições.

- (3) A: João leu o artigo do Chomsky?
B: SIM, ele leu.

A semântica para (3)A pode ser formalmente representada por: {João leu o artigo do Chomsky, João não leu o artigo do Chomsky}. Também é possível realizar a representação formal por meio da notação lambda:

$$(4) \quad [[(3)A]] = \lambda p. [p = \text{João leu o artigo do Chomsky} \vee p = \neg (\text{João leu o artigo do Chomsky})]$$

Em relação à semântica de foco, assumimos a teoria de Rooth (1985, 1995), que propõe que foco é uma marcação fonológica sobre um sintagma e evoca um conjunto de alternativas. As sentenças com marcação de foco possuem dois valores semânticos: o seu valor ordinário, que representa a proposição assertada, e o valor de foco, que representa o conjunto de alternativas relevantes no discurso. Em relação ao diálogo anterior, em (3), a primeira representação, em (5), corresponde ao valor ordinário da resposta em (3)B, enquanto a segunda, em (6), apresenta o valor de foco desta mesma resposta.

$$(5) \quad [[(3)B]]_0 = 1 \text{ sse João leu o artigo do Chomsky}$$

$$(6) \quad [[(3)B]]_f = \lambda p. [p = \text{João leu o artigo do Chomsky} \vee p = \neg \text{João leu o artigo do Chomsky}]$$

Observe que, enquanto o valor ordinário, em (5), corresponde a um valor de verdade para a declaração assertada em (3)B, o valor de foco, em (6), por se tratar de uma resposta para uma pergunta sim/não, corresponde a um conjunto de entidades com duas alternativas: uma afirmativa e outra negativa. É importante destacar que a asserção em (3)B é um elemento do conjunto de alternativas dada pelo seu valor de foco. Desta maneira, pode-se afirmar mais formalmente que o valor ordinário da asserção pertence ao seu valor de foco.

$$(7) \quad [[(3)B]]0 \in [[(3)B]]f$$

A relação entre o valor ordinário e o valor de foco da sentença é explorada por Rooth e demais autores, como Büring (2003), Krifka (2007). Ainda, em relação à semântica da pergunta, representada em (4), podemos afirmar que é correspondente ao valor de foco da resposta, dado em (6). A essa correspondência entre o valor de foco da resposta e o valor ordinário da pergunta, os autores chamam de congruência (ROOTH, 1985, 1995; ROBERTS, 1996; BÜRING, 1999, 2003). A noção de congruência é essencial na relação pergunta/resposta, pois representa a adequação entre a pergunta disponibilizada no contexto e sua resposta. Uma resposta é congruente com uma questão se o valor ordinário da resposta pertence ao conjunto de alternativas de foco. Ainda, o valor ordinário da pergunta deve estar contido no valor de foco da resposta (cf. Rooth, 1985, 1995; BÜRING, 2003; KRIFKA, 2007). Observe, a seguir, as relações lógicas entre o par questão/resposta em (3):

$$(8) \quad [[(3)B]]0 \in [[(3)B]]f$$

$$(9) \quad [[(3)A]]0 \subseteq [[(3)B]]f$$

Como podemos observar, o valor semântico de (3)B, ‘João leu o artigo do Chomsky’ é uma alternativa que pertence ao conjunto denotado pelo seu valor de foco. Essa relação está representada em (8). Além disso, o conjunto de alternativas da questão está contido no conjunto de alternativas de foco, ou é equivalente, como exemplificado em (9). Esses dois critérios são necessários para a relação de congruência.

A partir de contextos como os apresentados anteriormente, nossa proposta é comparar a gramaticalidade e aceitabilidade dos tipos de resposta. Tal comparação tem como objetivos: i) investigar os fenômenos semânticos e pragmáticos que ocorrem em sentenças afirmativas do PB nas

quais haja um sintagma indefinido com função informacional de foco, tanto em sua posição canônica como deslocado; ii) analisar se as propriedades semânticas das questões e de foco interferem na aceitabilidade da sentença; iii) buscar uma explicação formal, lógica, para os contextos em que determinada resposta é aceitável e para os contextos em que não é.

2. Deslocamento de indefinidos no português brasileiro

Para a presente pesquisa, investigaremos diálogos compostos de pergunta sim/não com: (i) artigo definido singular; (ii) artigo definido plural; (iii) artigo indefinido. As respostas apresentam um sintagma indefinido com função de foco, tanto em sua posição canônica quanto deslocada. Como nossa proposta é investigar respostas nas quais o sintagma com função de foco seja um SN indefinido, antes de iniciarmos a análise, apresentaremos uma breve discussão sobre a semântica deste.

O sintagma nominal indefinido já foi amplamente discutido, desde Frege (1892) e Russell (1905). Para ambos, o artigo indefinido pode ser considerado como um quantificador existencial na lógica de predicados. Desta maneira, uma sentença como (10) tem sua representação semântica como em (11).

(10) João leu um artigo do Chomsky.

(11) $\exists x$ [artigo do Chomsky (x) & João leu x]

Neste caso, há uma interpretação de que existe uma entidade que tem as propriedades de "ser artigo do Chomsky" e de "ter sido lida por João". Há uma tendência a interpretar que existe um único artigo do Chomsky. Autores como Heim (1991) defendem que tal interpretação provém de uma implicatura escalar (cf. GAZDAR, 1979).

2.1 Com artigo definido singular na pergunta

Começemos a observar um diálogo no qual a pergunta sim/não introdutória apresenta um artigo definido, como em (12)A. Porém, antes de tratarmos da aceitabilidade de uma resposta para tal pergunta, discutiremos qual semântica deve ser atribuída ao artigo definido singular 'o', que insere o NP 'artigo do Chomsky':

(12) A: João leu o artigo do Chomsky?

O artigo definido singular em inglês, 'the', para Russell (1905), é considerado um quantificador generalizado pressuposicional. Ou seja, o argumento modificado por ele carrega uma pressuposição de existência. Quando se afirma a sentença abaixo, há uma pressuposição de que existe um artigo do Chomsky:

(13) João leu o artigo do Chomsky.

(14) Pressuposição: $\exists x$ artigo do Chomsky(x)

Asserção: João leu x, tal que x é artigo do Chomsky.

Além da pressuposição de existência, Frege (1892) aponta que há também uma pressuposição de unicidade. Para Heim (1991), o artigo definido 'the' expressa uma relação entre dois conjuntos, em que o primeiro tem apenas um membro e é subconjunto do segundo. Tomando como exemplo a sentença em (13), há um conjunto de entidades das quais 'João leu' e um conjunto de 'artigos do Chomsky', este último formado apenas por uma entidade. O conjunto unitário de artigo do Chomsky é subconjunto do conjunto de entidades que João leu. A denotação em uma metalinguagem de lógica de predicados pode ser dada como segue:

- (15) $\exists!x$ saliente no contexto, tal que artigo do Chomsky (x) & [João leu x]

Na notação acima, há duas restrições, a primeira representada pelo símbolo '!', que na lógica formal atribui a pressuposição de unicidade. A outra restrição diz respeito à saliência no contexto, visto que o artigo do Chomsky não é a única entidade no mundo, mas dentro do domínio no qual o enunciado foi proferido, há uma delimitação em que há apenas um artigo do Chomsky. Desta maneira, uma paráfrase para (15) seria: existe um único x saliente no contexto, tal que esse x é artigo do Chomsky e João leu x. Dada a semântica atribuída ao artigo definido singular, considere, a seguir, a proposição lógica proposta à pergunta no diálogo a seguir:

- (16) A: João leu o artigo do Chomsky?
 (17) $[[(16)A]]_0 = \lambda p. [\exists!x \text{ saliente no contexto, tal que artigo do Chomsky}(x) \ \& \ [p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)]]$

A denotação semântica acima, em (17), pode ser parafraseada por: existe um conjunto formado por duas proposições, uma em que 'João leu o único artigo do Chomsky saliente no contexto' e outra em que 'João não leu o único artigo do Chomsky saliente no contexto'. Com base nessa proposta semântica para a pergunta sim/não que apresenta um SN definido, observemos o diálogo a seguir, cuja resposta contém um sintagma nominal indefinido em sua posição canônica linear.

- (18) A: João leu o artigo do Chomsky?
 B: Ele leu UM ARTIGO.

A resposta dada em (18)B não é a semanticamente a mais adequada. Isto porque a pergunta sim/não exemplificada anteriormente

possui um artigo definido singular, que introduz um conjunto unitário de entidades. Ou seja, existe apenas um artigo do Chomsky disponível no discurso, e o falante em A quer saber se o João leu ou não este artigo. Desta forma, a resposta esperada seria ‘sim, ele leu o artigo’ ou ‘não, ele não leu o artigo’. Retomemos à proposta semântica atribuída à pergunta em (18)A representada em (17).

Na proposta em (17), há duas proposições alternativas, uma afirmativa e outra negativa. Ambas permitem apenas um elemento no conjunto, ou seja, um único “artigo do Chomsky”. Essa delimitação do conjunto é dada pela semântica do artigo definido. A resposta com um artigo indefinido, por sua vez, introduz um conjunto de elementos novos com quantidade não especificada. Essa resposta indica que o falante esteja violando, em um nível superficial, a submáxima de quantidade de Grice (1975), pois disponibiliza menos informação do que a solicitada pela pergunta. Na resposta, o falante indica que João leu um artigo qualquer, que não necessariamente seja o artigo especificado pela pergunta. Observemos, respectivamente, os valores ordinário e de foco para (18)B.

(19) $[[[(18)B]]]_0 = \exists x [\text{artigo do Chomsky}(x) \ \& \ \text{João leu } x]$

(20) $[[[(18)B]]]_f = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ [p = \text{João leu } x \vee p = \neg \text{João leu } x]] \mid x \in De$

Ao comparar o valor semântico da asserção com seu valor de foco, pode-se perceber que o valor ordinário pertence ao valor de foco, uma das condições para a congruência questão/resposta. Ainda, se compararmos o valor de foco da resposta em (20) com o valor ordinário da pergunta em (17), podemos perceber que o valor da pergunta está contido no valor de foco da resposta.

(21) $[[[(18)B]]]_0 \in [[[(18)B]]]_f$

(22) [[(18)A]0] ⊆ [[(18)B]]f

Pode-se concluir que o par questão/resposta em (18) satisfaz os critérios de congruência: o valor ordinário da resposta pertence ao seu valor de foco (21); o valor ordinário da pergunta está contido no valor de foco (22). Entretanto, a resposta com sintagma indefinido, intuitivamente, parece não ser a mais apropriada. Uma explicação para a estranheza pode-se dar no nível pragmático, em que o falante B não está sendo cooperativo no sentido de que, ao responder com um sintagma indefinido, que possui a função de introduzir um referente novo na sentença, ele não contribui com as informações solicitadas, já que a pergunta insere uma entidade específica e o sintagma indefinido não. Porém, a explicação se dá em um nível mais profundo do discurso, no qual a resposta indica que o falante não tem evidências suficientes para responder diretamente à pergunta. Por isso, faz uso do sintagma indefinido. Esse uso corresponde à quebra da submáxima de quantidade e, conseqüentemente, a geração de uma implicatura conversacional de desconhecimento por parte do falante (cf. Grice (1975). Ainda, se na resposta, o sintagma indefinido marcado por foco é deslocado para a periferia esquerda da sentença, a estranheza na continuidade do diálogo parece permanecer.

(23) A: João leu o artigo do Chomsky?

B: ?UM ARTIGO1, ele leu t1.

No contexto em (23), assim como no anterior, há congruência entre o par questão/resposta. Uma vez que os dois critérios necessários para congruência são satisfeitos: o valor de foco contém o valor ordinário da resposta; e o valor ordinário da pergunta está contido no valor de foco. E da mesma forma a resposta é um tanto estranha. Porém, o deslocamento parece tornar a resposta um pouco mais aceitável. Isto porque, ao deslocar

o sintagma indefinido com função de foco para a periferia esquerda da sentença, o falante indica que está utilizando uma estratégia pragmática. Além disso, juntando o deslocamento com uma entonação própria de foco contrastivo, a sentença torna-se mais apropriada. Gera-se, então, uma implicatura, a partir da violação dá máxima de quantidade. Essas estratégias tornam possível a resposta (23).

Os valores ordinário e de foco do enunciado acima, com deslocamento, são os mesmos da correspondente sem deslocamento (18) B, como podemos observar nas representações a seguir.

$$(24) \quad [[[(23)B]]]0 = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu } x]$$

$$(25) \quad [[[(23)B]]]f = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ [p = \text{João leu } x \vee p = \neg \text{João leu } x]] \ x \in \text{De}$$

Nesta seção, em que a pergunta sim/não apresenta um sintagma definido singular, pudemos observar que as respostas com sintagma indefinido marcadas por foco, mesmo sendo congruentes, causam uma estranheza. Isto ocorre porque há uma indicação de que o falante esteja violando a máxima de quantidade e, com isso, gera-se uma implicatura de desconhecimento por parte do falante.

2.2. Com artigo definido plural na pergunta

Nesta seção, que tratará de diálogos cujas perguntas apresentam artigo definido plural para inserir entidades no discurso, iniciaremos a discussão da teoria semântica adotada para o artigo definido plural. Nossa proposta está baseada na teoria mereológica de Link (1983). Para o autor, uma entidade representa um conjunto de átomos singulares e as somas desses átomos. Dessa forma, a semântica da entidade ‘artigo do Chomsky’,

por exemplo, é representada pelos átomos singulares e as somas entre esses átomos. Imagine que, no domínio, temos três artigos do Chomsky, representados pela sequência numérica 1, 2 e 3.

(26) $[[\text{artigo do Chomsky}]] = \{\text{artigo do Chomsky1, artigo do Chomsky2, artigo do Chomsky3, artigo do Chomsky1} \oplus \text{artigo do Chomsky2, artigo do Chomsky1} \oplus \text{artigo do Chomsky3, artigo do Chomsky2} \oplus \text{artigo do Chomsky3, artigo do Chomsky1} \oplus \text{artigo do Chomsky2} \oplus \text{artigo do Chomsky3}\}$

Nessa representação, constam as entidades singulares: ‘artigo do Chomsky1’, ‘artigo do Chomsky2’, ‘artigo do Chomsky3’, além de suas somas, identificadas pelo símbolo de soma mereológica ‘ \oplus ’. De acordo com essa teoria, o artigo definido plural seleciona sempre o supremo, a maior soma existente no domínio recortado. Em nosso exemplo, a maior soma é representada por: ‘artigo do Chomsky1 \oplus artigo do Chomsky2 \oplus artigo do Chomsky3’. Esta maior soma pode ser representada, em notação lógica, pelo operador maximizador ou de soma MAX. Tal operador tem a função de somar todas as entidades disponíveis no domínio. Observe em (28) a denotação formal para a sentença (27), a seguir.

(27) João leu os artigos do Chomsky.

(28) $\exists x$ saliente no contexto | MAX[(artigo do Chomsky(x)) & [João leu x]]

A representação acima pode ser parafraseada por: há um conjunto de artigos do Chomsky, saliente no contexto, e todos esses artigos foram lidos por João. Tomando como base esta proposta semântica para o sintagma definido plural, observemos como pode ser representada uma sentença interrogativa com sintagma plural.

(29) João leu os artigos do Chomsky?

(30) $\lambda p. \exists x$ saliente no contexto [$p = \text{João leu MAX}(\text{artigo do Chomsky}(x)) \vee p = \neg (\text{João leu MAX}(\text{artigo do Chomsky}(x)))$]

A denotação semântica para a questão acima indica que há um conjunto de alternativas formado por duas proposições: uma em que João leu o conjunto máximo de artigos do Chomsky saliente no contexto e outra em que João não leu esse conjunto. Observemos se a resposta com um sintagma indefinido de foco em sua posição canônica é possível em um diálogo no qual uma pergunta sim/não insere um conjunto não unitário de entidades.

(31) A: João leu os artigos do Chomsky?

B: Ele leu UM ARTIGO.

Pela formulação, a resposta esperada seria 'sim', se João leu o conjunto máximo de artigos do Chomsky e 'não' se ele não leu. Desta maneira, a resposta não é semanticamente esperada, já que, ao responder que João leu um artigo e não o conjunto máximo, o falante não responde nem 'sim' nem 'não'.

A resposta acima, com sintagma indefinido de foco em sua posição canônica, parece ser uma resposta pragmaticamente adequada para a pergunta com sintagma plural, apesar de não satisfazer os critérios semânticos. Diferentemente do diálogo da seção anterior, em que a pergunta inseria um conjunto unitário de indivíduos, neste caso, a pergunta insere um conjunto necessariamente plural de entidades. Com isto, a inserção do artigo indefinido na resposta, que apresenta um conjunto aberto de entidades, é aceitável. Observemos, a seguir, a semântica ordinária da pergunta, em (32), e logo em seguida, a de foco, em (33):

(32) $[[[(31)A]]]_0 = \lambda p. [\exists x$ saliente no contexto [$p = \text{João leu$

$MAX(\text{artigo do Chomsky}(x)) \vee p = \neg [\text{João leu } MAX(\text{artigo do Chomsky}(x))]$

(33) $[[[(31)B]]f = \lambda p. [\exists x \mid \text{artigo do Chomsky}(x) \ \& \ [p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)]] \ x \in De$

A proposta de formalização lógica em (31) indica que a pergunta insere duas proposições, uma na qual ‘João leu um número máximo de artigos do Chomsky’, e a outra em que ‘é falso que ele tenha lido todo o conjunto de artigos’. Essa semântica, menos restrita do que a semântica do artigo definido, indica um conjunto de entidades não unitário, o que permite que haja a possibilidade de que, dentro deste conjunto, pelo menos uma entidade tenha a propriedade de “o João ter lido x”. Ou seja, há uma estratégia de resposta parcial (GROENENDIJK; STOKHOF, 1984), na qual o falante responde ‘sim’ para apenas uma entidade do domínio, e ‘não’ para o conjunto máximo de entidades. Pelas formalizações acima, o valor ordinário da pergunta está contido no valor de foco da resposta:

(34) $[[[(31)A]]0 \subseteq [[[(31)B]]f$

Dada a possibilidade lógica, pode-se afirmar que a resposta com sintagma indefinido em função de foco para uma pergunta que apresente um artigo definido plural é semanticamente possível. Observemos, a seguir, se há diferenças de aceitabilidade quando a resposta possui um sintagma indefinido com função de foco deslocado.

(35) A: João leu os artigos do Chomsky?
B: UM ARTIGO1, ele leu t1.

Intuitivamente, parece que a resposta com o sintagma indefinido com função de foco deslocado tem um nível de aceitabilidade maior. Qual

seria a explicação, se tanto o valor ordinário da resposta de (35)B quanto o seu valor de foco são os mesmos de (31)B?

A explicação para a maior naturalidade é de natureza pragmática. Ao deslocar o sintagma ‘um artigo’ para a periferia esquerda da sentença, o falante tem a intenção de destacar, no conjunto de artigos do Chomsky inserido pela pergunta, pelo menos um artigo, e a este atribuir a propriedade ‘João leu x’. Silva (2017) defende que a função de deslocamento de sintagmas com função de foco, tanto definidos quanto indefinidos, é a de destacar um elemento do conjunto disponível no contexto e a ele atribuir uma propriedade. É exatamente o que ocorre neste caso, já que, em termos semânticos, não há distinção entre a resposta canônica linear e a resposta com deslocamento. Ainda, assim como na resposta com foco em sua posição canônica, a resposta com deslocamento também apresenta uma estratégia de resposta parcial (mais evidenciada por essa estrutura sintática), em que o falante atribui propriedades a um indivíduo do conjunto e deixa os demais em aberto.

Podemos, mais uma vez perceber, nesta seção, que há interferência pragmática na aceitabilidade da sentença. Por mais que, semanticamente, o par pergunta/resposta seja congruente, o que vai validar a resposta são questões de natureza pragmática como estratégias de resposta parcial, destaque ao indivíduo inserido no contexto, implicatura conversacional.

2.3. Com artigo indefinido na pergunta

Esta seção tem como objetivo investigar diálogos de pergunta sim/não em que a pergunta apresenta um sintagma indefinido. Nossa questão é se sintagmas indefinidos na pergunta influenciam tanto no critério de congruência entre a pergunta e a resposta quanto nas características semânticas e pragmáticas envolvidas em sentenças com sintagma indefinido em função de foco, seja esse deslocado ou não. Observemos

diálogo a seguir, em que o conjunto formado por artigos do Chomsky é inserido pelo sintagma indefinido ‘um’:

- (36) A: João leu um artigo do Chomsky?
 B: #Ele leu UM ARTIGO DO CHOMSKY.

Podemos observar que a resposta em (36)B não é adequada para a pergunta inserida no diálogo. A inadequação é identificada pelo símbolo ‘#’. Primeiramente, é importante retomar a semântica atribuída ao sintagma indefinido no presente artigo, em que sua força quantificacional é suscetível ao contexto. Essa pode ser existencial ou universal. Na pergunta em (36)A, pode-se considerar que o sintagma indefinido tenha uma força quantificacional existencial. Desta maneira, a representação lógica pode ser dada como segue:

- (37) $[[[(36)A]]]_0 = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)]]$

Neste caso, há uma compatibilidade semântica entre o valor ordinário da pergunta e o valor de foco da resposta, já que o valor semântico da pergunta está contido no valor de foco da resposta, ou seja, a resposta é semanticamente congruente com a pergunta. Compare o valor de foco de (36)B a seguir, com o valor ordinário da pergunta, dado anteriormente em (37):

- (38) $[[[(36)B]]]_f = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)] \ x \in \text{De}$

Podemos observar que o valor ordinário da pergunta em (36)A é exatamente igual ao valor de foco de sua resposta. Isto comprova que

há congruência entre o par questão/resposta acima. A questão que fica, então, é por que, mesmo sendo congruente, a resposta não é adequada? A inaceitabilidade pode ser explicada por questões pragmáticas, já que a resposta não é informativa, não acrescenta informações ao contexto. A resposta esperada para a pergunta em (36)A seria “sim, ele leu”, ou “não, ele não leu”. Ao repetir o artigo indefinido, o falante insere o mesmo conjunto de entidades com a propriedade de “ser artigo do Chomsky”, sem responder se João leu ou não o artigo.

À semelhança da resposta sem deslocamento, a resposta com deslocamento também é inadequada. Mesmo com a estratégia de deslocamento, em que o falante coloca em posição de destaque um elemento do conjunto inserido pela pergunta, a resposta continua não sendo adequada:

- (39) A: João leu um artigo do Chomsky?
B: #UM ARTIGO DO CHOMSKY1, ele leu t1.

Vimos que, se houver um artigo indefinido inserindo um conjunto de entidades na pergunta, a resposta com sintagma indefinido em função informacional de foco, tanto deslocado quanto não deslocado, não é adequada. Entretanto, se este artigo indefinido inserir um conjunto de entidades distintas da entidade presente na resposta, tal resposta será aceitável.

- (40) A: João leu um livro do Chomsky?
B: Ele leu UM ARTIGO DO CHOMSKY.

Quando o sintagma indefinido introduz um outro elemento, diferente do explicitado na pergunta, a resposta é possível, isto porque o conjunto de elementos inserido pela pergunta é contrastado com o conjunto de

elementos inserido pelo sintagma indefinido. No caso do diálogo em (40), o conjunto de ‘livros do Chomsky’, inserido pela pergunta, é contrastado com o ‘conjunto de artigos do Chomsky’ inserido pela resposta.

Um elemento contrastivo evoca um conjunto de proposições alternativas no qual se afirma uma das proposições e nega-se pelo menos uma no discurso (cf. REPP, 2016). No exemplo em (40), mesmo que ‘um artigo do Chomsky’ não tenha sido inserido na pergunta, ao ser proferido na resposta, ele estabelece uma relação de contraste com ‘um livro do Chomsky’. Então, podemos afirmar que a resposta é adequada à pergunta. Porém, se considerarmos os valores semânticos, não há congruência entre o par questão/resposta. Observe, a seguir, os valores ordinário da pergunta e de foco da resposta:

(41) $[[[(40)A]]]_0 = \lambda p. [\exists x \text{ livro do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu o livro do Chomsky} \vee p = \neg (\text{João leu o livro do Chomsky})]$

(42) $[[[(40)B]]]_f = \lambda p. [\exists x \text{ artigo do Chomsky}(x) \ \& \ p = \text{João leu } x \vee p = \neg (\text{João leu } x)] \mid x \in De$

Se observarmos os valores semânticos, acima, podemos perceber que não há uma compatibilidade entre um e outro. O valor ordinário da pergunta não está contido no valor de foco da resposta: $[[[(40)A]]]_0 \not\subseteq [[[(40)B]]]_f$. Entretanto, pode-se perceber que a resposta, mesmo sem deslocamento, é adequada para a pergunta lançada em (40)A. Se são incongruentes semanticamente, qual a explicação lógica para a aceitabilidade de (40)B?

A explicação é que o falante, ao responder com uma informação não constante no conjunto de entidades inserido na pergunta, responde parcialmente a uma QUD (question under discussion, em português: ‘questão em discussão) implícita do tipo: ‘Que obras do Chomsky João leu?’. Uma QUD, segundo Roberts (1996), trata-se de uma questão que direciona o discurso. Esta pode ser dada explícita ou implicitamente no

contexto. Desta maneira, a resposta (40)B (ou 43(B), repetida aqui por conveniência), é congruente não com a pergunta explicitada no contexto, mas com uma pergunta implícita, como a abaixo:

- (43) A: João leu um livro do Chomsky?
QUD: Que obras do Chomsky João leu?
B: Ele leu UM ARTIGO.

‘João leu um livro do Chomsky?’ é uma subpergunta da pergunta ‘Que obras do Chomsky João leu?’. Ao responder (43)B, o falante responde parcialmente à QUD e deixa em aberto a pergunta (43)A. O conjunto de alternativas inserido pela pergunta é referente ao conjunto da QUD. Este está contido no valor de foco de (43)B: $[[[(QUD43)A]]]0 \subseteq [[[(43)B]]]f$.

Com um sintagma nominal indefinido em função de foco deslocado, a resposta da mesma maneira é aceitável, e a explicação tem relação com a estratégia de discurso de responder parcialmente a uma questão mais ampla.

- (44) A: João leu um livro do Chomsky?
B: UM ARTIGO1, ele leu t1.

Apesar de ambas as respostas serem aceitas, tanto com o sintagma de foco indefinido deslocado quanto sem deslocamento, a intuição é de que a resposta com o sintagma indefinido deslocado seja mais natural. Isto porque o falante faz uso da estratégia pragmática de colocar em evidência a informação nova, para posteriormente atribuir uma propriedade a ela (cf. Silva, 2017).

Considerações finais

A presente pesquisa teve como motivação buscar uma explicação formal, sob uma perspectiva semântica e pragmática, de por que contextos em que haja um sintagma indefinido em função de foco, tanto em sua posição canônica quanto deslocado, são mais aceitáveis em alguns casos e em outros não. A partir dos dados investigados, podemos concluir, confirmando a nossa hipótese, que o tipo de pergunta e o conjunto delimitado por ela influenciam na aceitabilidade da resposta.

Observamos, ainda, que os critérios semânticos de congruência são necessários em diálogos que apresentam SN indefinido com função de foco, porém não são suficientes. Em contextos em que o conjunto de elementos seja plural, ou seja, em que há representação explícita do conjunto de alternativas, a resposta com sintagma indefinido é aceitável, e nem sempre é necessário o uso de estratégias pragmáticas. Nesses casos, o deslocamento tem a função de destacar a estratégia pragmática, seja de resposta parcial, seja de contraste. Em diálogos nos quais a pergunta insere um conjunto unitário de entidades, mesmo sendo congruente, a resposta é menos aceitável, por violar a submáxima de quantidade de Grice e gerar implicaturas conversacionais. Se a resposta não for informativa, mesmo estabelecendo uma relação semântica de congruência, representa uma resposta inadequada, por não contribuir com a informatividade no diálogo. Todas estas conclusões se dão a partir da análise formal dos diálogos, tanto no nível semântico, quanto no pragmático. É imprescindível que sejam realizados experimentos psicolinguísticos com falantes nativos do PB, a exemplo de Silva (2022), a fim de verificar se tais conclusões não estão apenas no campo teórico, mas também se sustentam empiricamente.

Referências

BORGES NETO, J. *A semântica das perguntas*. Texto apresentado em simpósio durante o V Seminário do GEL - Franca/SP, julho de 2007.

BÜRING, D. Topic. In: BOSCH, P. & VAN DER SANDT, R. (eds) *Focus – Linguistic, Cognitive, and Computation Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 142-165, 1999.

_____. On D-trees, beans, and B-accents. *Linguistics & Philosophy* v. [S. l.], v. 26, n. 5, p. 511-545, oct. 2003.

FERREIRA, M. *Curso de Semântica Formal*. Berlin: Language Sciences Press, 2019. (Textbooks in Language Sciences 6).

FREGE, G. Über Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 1892, p. 22-50. English translation in GEACH, P.; BLACK, M. (ed.). *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 1980. Reprinted in MARTINICH, A. P. (ed.). *The Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press, 1985).

GAZDAR, G. *Pragmatics, implicature, presupposition and logical form*. New York: Academic Press, 1979.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J. (eds.) *Syntax and Semantics*, New York: Academic Press, 1975. V. 3. p. 41-58.

GROENENDIJK, J.A.G.; STOKHOF, M.J.B. *Studies on the Semantics of Questions and the Pragmatics of Answers*. 569 f. PhD Thesis Interfaculty Research Institutes, University of Amsterdam, Amsterdam, 1984.

HAMBLIN, C. Questions in Montague English. *Foundations of Language*, Dordrecht, v. 10, n. 1, p. 41-53, 1973. Reprinted in PARTEE, B. (ed.). *Montague Grammar*, Texas: University of Texas Press, 1976.

HEIM, I. *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*. 1982. 263 f. PhD Thesis (Linguistics) – University of Massachusetts, Boston, 1982.

HEIM, I. (1991). Articles and Definitenes, Published in German as “Artikel und Definitheit,” in A. v. Stechow & D. Wunderlich (eds.) *Semantics*. An International Handbook of Contemporary Research, Berlin: de Gruyter.

HEIM, H. & KRATZER, A. *Semantics in Generative Grammar*. Blackwell Textbooks in Linguistics, Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1998.

ILARI, R. *A Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

KATO, M. A. Tópicos como alicamento de predicados secundários. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 34, p. 67-75, 2011.

KRIFKA, M. The Semantics of Questions and the Focussation of Answers. In: LEE, C.; GORDON, M.; BÜRING, D. (ed.). *Topic and Focus*. Dordrecht: Springer, 2008. p. 139-150. (Studies in Linguistics and Philosophy, v. 82). DOI: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-4796-1_8.

BÜRING, D. *Topic and Focus: cross-linguistic perspectives on meaning and intonation*. Springer. 2007.

LINK, G. The logical analysis of plurals and mass terms: a lattice-theoretic approach. In: BAUERLE, R.; SHWARTZE, C; von STECHOW, A. (ed.). *Meaning, Use and Interpretation of Language*. Berlin: Walter de Gruyter, 1983. p. 302-323.

MIOTO, C. Focalização e quantificação. *Revista Letras*, [S. l.], v. 61, p. 169-189, dez. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/2886>. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v61i0.2886>.

MÜLLER, A. Genericity and denotation of common nouns in Brazilian Portuguese. *DELTA*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 287-308, 2002.

_____. A expressão de Genericidade no Português do Brasil. *Revista Letras*, Curitiba, n. 55, p. 153-165, jan/jun 2001.

ORSINI, M.; VASCO, S. Português do Brasil: língua de tópico e de sujeito. *Diadorim: Revista de estudos linguísticos e literários*, [S. l.], n. 2, p. 83-98, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2007.v2n0a3852>.

PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

REPP, S. Contrast: Dissecting an elusive information-structural notion and its role in grammar. In: FÉRY, C.; ISHIHARA, S. *The Oxford Handbook of Information Structure*. Oxford: Oxford University Press, 2016. DOI: 10.1093/oxfordhb/9780199642670.013.006

ROBERTS, C. Information Structure in Discourse: Towards an Integrated Formal Theory of Pragmatics. In: YOON, J.; KATHOL, A. (ed.). *Papers in Semantics*. Columbus: Ohio State University, summer 1996. p. 91-136. (Working Papers in Linguistics, n. 49).

ROOTH, M. E. *Association with focus*. 227 f. PhD Thesis (Linguistics) – University of Massachusetts, Amherst, 1985.

_____. Focus. In: LAPPIN, S. (ed.). *Handbook of Contemporary Semantic Theory*. London: Blackwell, 1995. p. 271-298.

SILVA, F. R. da. *Deslocamento de tópico e foco no português brasileiro: uma análise semântico-pragmática*. 2017. 148 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. Deslocamento de tópico contrastivo no português brasileiro: uma proposta semântico-pragmática. *Revista de Estudos da Linguagem*, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 771-809, fev. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.27.2.771-809>.

_____. Sintagmas indefinidos com função de foco no português brasileiro: uma análise experimental. *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 2, p. 1-25, 10 mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v20i3.1874>.

SILVA, L. L. da. *A distinção entre os indefinidos 'um' e 'algum' no português brasileiro*. 2007. 137 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI:10.11606/D.8.2007.tde-31012008-103215.

_____. *A manifestação das noções de ignorância e de conhecimento no português brasileiro: o caso de algum e (um) certo*. 2012. 143 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI:10.11606/T.8.2012.tde-07122012-111004.

RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, Oxford, v. 14, n. 56, p. 479-493, oct. 1905.

Indefinite phrases with focus informational function in Brazilian Portuguese: a theoretical investigation of the semantic and pragmatic particularities

Abstract: This work aims to investigate the semantic and pragmatic phenomena in dialogs of Brazilian Portuguese (BP). More specifically, the research claims to analyze dialogs that are composed of yes/no questions and answers in which there is an indefinite nominal phrase with informational focus function. This phrase might occur in both in its canonical and dislocated position. The research was motivated by Silva (2017) who affirms that quantification indefinite phrases with a focus function can trigger distinct inferences, depending on

several factors such as: syntactic structure (canonical, dislocation), semantic questions, context of use. From creating dialogues, the work seeks to present a formal logic proposal for to explain the acceptability of answers with indefinite focus. From the investigated data, we conclude that the question kind and the set inserted by the question influence the acceptability of the answer. Furthermore, the semantics criteria such as congruence between the question and the answer are necessary, but not sufficient for the acceptability of sentences with indefinite focus. In addition to congruence, the pragmatic strategies are needed so that responses with indefinite focus phrases, both in their canonical and dislocation position, are suitable for a certain question given in the context.

Keywords: Formal semantic. Focus. Indefinite phrases. Semantic of questions. Dislocation.

Recebido em: 28/11/2021

Aceito em: 18/04/2022

Varia



Potencialidades do conceito de isotopia no estudo da linguagem visual

*Marc Barreto Bogo*¹

*Sandra Ramalho e Oliveira*²

Resumo: A abordagem das manifestações visuais como linguagem costuma buscar embasamento em fenômenos similares na linguagem verbal, por existir mais larga tradição de estudos e maior produção acadêmica neste âmbito. Os estudos da Semiótica Discursiva realizados por A. J. Greimas e seus colaboradores desenvolveram diversos conceitos tendo em vista, inicialmente, apenas a linguagem verbal, mas que puderam ser, posteriormente, alargados para contribuírem também aos estudos das demais linguagens. Um dos conceitos semióticos que vêm sendo examinados, sobretudo, em textos verbais é o de “isotopia”, o qual, em suas definições iniciais, diz respeito à recorrência de categorias sêmicas ao longo de um texto. Este ensaio consiste em uma compilação de definições, princípios e características gerais do conceito de isotopia, com base no exame bibliográfico de suas sucessivas definições propostas por semioticistas ao longo do tempo. Visamos compreender até que ponto as formulações já contemplam, ou não, a possibilidade do estudo das isotopias em linguagens várias, podendo, assim, tal conceito servir à pesquisa da visualidade e das leituras intertextuais.

Palavras-chave: Isotopia. Semiótica Discursiva. Linguagens visuais. Leitura de imagem. Intertextualidade.

Introdução: analogias entre linguagens

Embora certos conceitos, processos e modelos semióticos já tenham sido ultrapassados pelos estudiosos da *École de Paris* (e por seus próximos, independentemente do tipo de proximidade), o fato é que pesquisadores dos processos de produção de sentido contemporâneos

1 Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em cotutela com a Université de Limoges (UNILIM, França). É professor de pós-graduação no Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e pesquisador no Centro de Pesquisas Sociossemióticas (CPS, PUC-SP).

2 Professora titular da UDESC, doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP), com pós-doutorado na França. Autora, coautora ou organizadora de mais de 30 livros, entre outras publicações, presidiu a ANPAP (2006-7) e bancas de doutorado nas Universidades de Barcelona e Paris VII. Em 2020, foi Investigadora Visitante na Universidade de Girona, Espanha.

que não compartilharam a convivência direta com Greimas e seu grupo têm ainda a necessidade de esclarecer, ou mesmo de desenvolver, alguns desses conceitos, processos e modelos anteriormente discutidos e, hoje, tidos como superados nos desenvolvimentos da Semiótica Discursiva, mormente quando se aborda linguagens estéticas que não a literária, como no caso das linguagens visuais. Este estudo nasce desta carência, a de organizar ideias difusas em nossa língua e nem sempre acessíveis em outras. Ele tem, como objeto teórico, a possibilidade de que certos conceitos semióticos inicialmente concebidos visando o sistema verbal também deem conta das linguagens visuais; e, como objeto empírico, o conceito de isotopia e alguns de seus modos de funcionamento.

Nos tempos atuais, a maioria dos sentidos que circulam em sociedade, decorrentes do uso cada vez maior das redes sociais e tecnologias de comunicação, acaba difundindo-se, preponderantemente, por meio visual, mais do que pelo verbal. Esse fato já deveria ser suficiente para que os estudos sobre a imagem se multiplicassem, tendo em vista tratar-se de um campo inesgotável. Isto se soma aos textos sincréticos, miscigenados ou híbridos, os quais se proliferam na arte e nos meios tecnológicos do cotidiano.

Estudos sobre a linguagem verbal abundam, apresentando diferentes objetos e abordagens teóricas, mas, qualquer que seja a perspectiva adotada, é necessário reconhecer a importância fundadora de Ferdinand de Saussure, considerado o “pai” da Linguística moderna. Saussure restringiu-se ao estudo do verbal; entretanto, vislumbrou a possibilidade de extensão de suas proposições aos demais fenômenos que permitem as relações entre os homens e, conseqüentemente, a vida em sociedade, quais sejam, as demais linguagens, sincréticas ou não. Sabe-se que a Linguística *saussuriana* abriu as portas para a corrente estruturalista, impactando fortemente o conjunto das ciências humanas e sociais.

Daí se pode deduzir que, se os fundamentos das linguagens verbais

viesses a constituir-se em uma matriz para o exame de outras linguagens, haveria a possibilidade de estabelecerem-se analogias entre elas, as demais linguagens, e entre elas e o verbal. Entre os fundamentos linguísticos que acabaram servindo ao estudo de manifestações de diferentes ordens, um dos principais é a proposição do binômio *plano da expressão* e *plano do conteúdo*. Essa estruturação da manifestação em dois planos é adotada na análise de diversos objetos nas distintas linguagens, dos produtos televisuais a trabalhos de arte, de peças publicitárias a músicas eruditas, de filmes a peças de teatro, apenas citando alguns exemplos.

Tais conceitos têm seu marco fundante nas formulações e desenvolvimentos realizados por Hjelmslev (1991, p. 47-79), que propôs nova concepção dual equivalente ao conjunto “significante” e “significado”, preconizado por Saussure. Nesse entendimento, o *plano da expressão* consiste na dimensão em que elementos constitutivos são selecionados e articulados para manifestar-se e equivaleria ao significante (embora não seja seu sinônimo conceitualmente); já o *plano do conteúdo hjelmsleviano*, análogo ao significado *saussuriano*, corresponde ao âmbito daquilo que é “dito”, ele comporta o conteúdo veiculado pelo plano da expressão. Entre esses planos inexistente qualquer tipo de hierarquia, tampouco autonomia de um em relação ao outro. Ao contrário, entre expressão e conteúdo, assim como entre significante e significado, em quaisquer textos, o que há, permanentemente, é a interdependência e a reciprocidade. Além disso, a separação entre expressão e conteúdo dá-se, unicamente, para fins de pesquisa, já que, na manifestação, eles são indissociáveis. Assim, temos o *plano da expressão*, a dimensão “física” do texto, ou seja, sua concretização verbal, visual, sonora, olfativa e assim por diante, inseparável, a não ser para efeito de análise, do *plano do conteúdo*; e este, que consiste no âmbito semântico do texto, dissociado, exclusivamente, para ser estudado.

Para além do par *plano da expressão* e *plano do conteúdo*, vemos que, no âmbito da Semiótica, diversos conceitos criados tendo em vista o sistema

verbal foram, ao longo do tempo, alargados para contribuírem aos estudos da visualidade. Este foi, aliás, o próprio percurso dos estudos semióticos desde a sua criação: a expansão de categorias de análise inicialmente desenvolvidas em textos verbais para todos os tipos de manifestações de linguagem, visto que a Semiótica se apresenta como uma teoria geral da significação. A Semiótica Discursiva estuda as mais diferentes linguagens e busca, recorrentemente, constructos teóricos e modelos de análise para a linguagem verbal e, nessa linguagem, para as demais, de modo que é inerente à sua produção teórica ocupar-se do trânsito entre linguagens e entre textos.

Seguindo adiante e dirigindo nossa atenção ao preparo das novas gerações para a leitura da visualidade, é importante ter-se em conta que, havendo parâmetros ou referenciais para comparações, alargam-se as possibilidades de acesso aos significados e sentidos das imagens, pois a ampliação da observação de fenômenos estéticos – no sentido de provocadores de percepções – pode dar-se, privilegiadamente, por meio da análise comparativa, uma vez que o jogo de semelhanças e diferenças entre linguagens se evidencia. Daí a importância pedagógica de estudos e metodologias que relacionam textos os mais diversos.

Análogos aos processos de alfabetização, os de acesso às linguagens visuais têm sido denominados “alfabetização visual”. Embora saibamos que adjetivos alteram substantivos, o uso da qualificação “visual” para diferenciá-lo de “alfabetização” não parece suficiente, malgrado todas as relações conceituais e metodológicas que podem ser estabelecidas entre as linguagens verbais e visuais. Não se trata de incoerência. Isto se dá porque, na raiz etimológica de *alfabetização*, estão as palavras *alfa* e *beta*, primeiras letras do alfabeto grego; e também porque essa expressão, assim como outras derivadas do mesmo substantivo, consiste em uma referência à linguagem verbal, simplesmente porque se trata de letras. Daí a cunhagem do neologismo “imagemização”, para denominar processos de iniciação

às imagens inerentes às linguagens visuais (RAMALHO E OLIVEIRA, 2010a, p. 33-36). Analogias entre linguagens são possíveis e múltiplas e nos louvamos, aqui, dessas possibilidades a fim de sistematizar questões para as quais as linguagens visuais, menos exatas do que as verbais, ainda carecem de normas gerais mínimas para estudo de seu funcionamento.

O conceito de “isotopia”, em especial, vem sendo examinado, sobretudo, em textos verbais e, parece-nos, poderia também servir à pesquisa na visualidade. Nosso objetivo é elencar alguns princípios e características gerais do conceito de isotopia, com base em uma revisão bibliográfica de suas sucessivas definições propostas por semioticistas, visando, assim, a compreender até que ponto essas formulações já contemplam (ou não) a possibilidade do estudo das isotopias em linguagens várias, além da verbal. Isso deixaria em aberto a proposta de ampliação do conceito de isotopia para a visualidade em estudos futuros, os quais poderiam propor categorias específicas do modo visual.

Isotopia no campo semiótico

O termo isotopia é oriundo da física nuclear, mas também é usado na química, com significados atinentes a cada umas dessas áreas. Todavia, percebe-se que, em ambas as ciências, a palavra isotopia se refere a fenômenos comparáveis, ou unidades de análise equivalentes. Na Semiótica, o termo tem sido usado para designar as reiterações de efeitos de sentido ao longo de um texto, ou no todo de um texto. Conforme Marrone (2001, p. 76): “a isotopia é caracterizada pela recorrência de certas categorias sêmicas (figurativas ou menos figurativas) ao longo de um discurso, disposta a produzir a homogeneidade e a coerência semântica e, do ponto de vista do enunciatário, o percurso de leitura”.

O conceito de isotopia, assim entendido, está a demandar não apenas o deslinde de sua presença patente em quaisquer linguagens, como

também parece merecer desenvolvimentos no âmbito da visualidade, já que a discussão nos domínios da verbalidade parece melhor solucionada ou, ao menos, melhor encaminhada. É o que faz Marrone (2001, p. 5) ao trazer esta presença, a da isotopia, para a diversidade de textos, “[...] literários e artísticos, mas também de objetos da vida cotidiana, de comunicação publicitária e de fluxos televisivos, de processos da visão e de líderes políticos, de moda e de mundanidade”, ao discutir o conceito de estética. Nossa opção pelo estudo de tal conceito – isotopia – dá-se, portanto, pelo fato de ele ser tanto desconhecido no campo das linguagens visuais e sincréticas externo à Semiótica, como ainda não suficientemente explorado no próprio campo semiótico, em domínios para além da linguagem verbal.

Segundo o *Dicionário de Semiótica* de Greimas e Courtés (2011, p. 275-278), *isotopia* é um conceito usado para designar a homogeneidade que pode ser encontrada na análise de duas ou mais unidades comparáveis entre si. Existem isotopias figurativas e temáticas, as quais podem estar relacionadas ou não. Os autores apontam quatro possibilidades de inter-relação: isotopia figurativa sem correspondente temático; figurativa correspondente a uma única isotopia temática; diversas isotopias figurativas, correspondendo a uma só temática; e a pluriisotopia, em que várias isotopias figurativas correspondem ao mesmo número de isotopias temáticas. A distinção teórica entre as isotopias temáticas e as figurativas, bem como as quatro possibilidades de inter-relações propostas pelos autores, podem apresentar grande dificuldade de manejo se tentamos empreender sua transposição para as linguagens visuais (basta pensar, por exemplo, no caso de obras de arte ditas “abstratas”, em que a distinção entre temas e figuras não é sempre explícita, já que o “tema” de muitas dessas obras é o seu próprio processo de figurativização como recriação mais ou menos abstrata do mundo natural em mundo pictórico).

A definição fundamental elaborada no *Dicionário* estipula também que a isotopia “constitui um crivo de leitura que torna homogênea a superfície

do texto” e “permite elidir ambiguidades” (GREIMAS; COURTÉS, 2011, p. 278). Essa mesma definição é retomada pedagogicamente por José Luiz Fiorin, reformulada em outros termos: “O que dá coerência semântica a um texto e o que faz dele uma unidade é a reiteração, a redundância, a repetição, a recorrência de traços semânticos ao longo do discurso. Esse fenômeno recebe o nome de isotopia” (FIORIN, 2011, p. 112).

O verbete “isotopia” ganha duas complementações no segundo volume do *Dictionnaire de Sémiotique* (GREIMAS; COURTÉS, 1986, p. 127-128), escritas por Per Aage Brandt e François Rastier. Enquanto a primeira contribuição trata da isotopia no âmbito da linguística frasal, indicando a presença de isotopias no interior de uma única e mesma frase, a segunda contribuição sugere alguns ajustes na escrita da definição que consta no primeiro *Dicionário*, mas sem expandir consideravelmente o conceito. Ambas as contribuições abordam a isotopia, exclusivamente, no sistema verbal. Mais promissor para nossa problemática, nesse mesmo volume, é o verbete intitulado “Isotopia musical”, feito por Eero Tarasti. Nele, o autor se interroga acerca dos “fatores que dão conta da coerência da forma musical”, a despeito do caráter às vezes fragmentado e intercalado por longas pausas do texto musical (TARASTI, 1986, p. 128). O autor supõe ser justamente a isotopia o que tornaria “analisável” um discurso musical, elencando cinco interpretações diferentes que poderiam estar relacionadas ao conceito: isotopia entendida como uma estrutura profunda e abstrata que daria conta da coerência musical; isotopia como o desenvolvimento dramático de uma obra musical; como as características de um gênero musical; como um tipo de textura musical; ou, ainda, como uma estratégia narrativa coesa (TARASTI, 1986). Em suma, o autor imagina algumas possibilidades de elementos constituintes de um “crivo de leitura” que daria coerência semântica ao texto musical. Embora o verbete não sugira uma definição conceitual e nem diretrizes gerais que sirvam para outras linguagens além da musical, ele nos mostra como as proposições presentes

no primeiro *Dicionário de Semiótica* podem ser insuficientes quando visando a dar conta de outras linguagens diversas da verbal, bem como a necessidade de estabelecer critérios e categorias próprias a cada linguagem analisada.

Ao analisar-se outra publicação de referência inédita em português, o *Vocabulaire des études sémiotiques et sémiologiques* (ABLALI; DUCARD, 2009, p. 216-217), uma coletânea não apenas de verbetes, mas de estudos acerca de conceitos fundantes das diversas vertentes semióticas e semiológicas, verifica-se, inicialmente, que o termo isotopia pode ser entendido sob o ponto de vista de duas vertentes semióticas: o da Semiótica da Ação, um desdobramento da Semiótica da *École de Paris*; e o da Semiótica da Cultura.

Sob o ponto de vista desta última escola, a Semiótica da Cultura, o verbete isotopia é conceituado por François Rastier e Carine Duteil-Mougel (2009) como um resultado de investigações prévias sobre a percepção semântica levadas a efeito pelo próprio Rastier. Segundo os autores do verbete, a concepção *rastieriana*, denominada Morfossemântica da Textualidade, inscrita em uma tradição retórica/hermenêutica que permite detalhar o conceito de percurso interpretativo e o de isotopia, propõe a descrição de um texto com base na elaboração de um repertório de formas e fundos semânticos, designados sob o nome geral de morfologias. Nesse processo, as isotopias são consideradas os fundos semânticos, os quais não se reduzem a uma só isotopia, mas a múltiplas, compreendendo, inclusive, as irregularidades. Temas e situações recorrentes são consideradas formas semânticas que podem ser descritas como moléculas sêmicas, redes onde os nós são os semas. Ora, percebe-se que esse conceito de isotopia, assim definido, refere-se, prioritariamente, ao campo verbal, dada a insistência no sema, o qual parece servir, sobretudo, para palavras, e não unidades semânticas outras como as da visualidade.

Os autores citam, a seguir, “formas” e “fundos”, afirmando que as

formas seriam figuras que, em relação aos fundos, geram contraste. Isto poderia provocar novo ânimo nos estudiosos da visualidade, visto que esses termos costumam aludir ao campo visual; todavia, na formulação dos autores, são apenas metáforas da visualidade. Acrescentando que figura e fundo se perfilam de modo evolutivo, Rastier e Duteil-Mougel (2009, p. 217) complementam a noção de isotopia dizendo: “a atividade enunciativa e a interpretativa consistem, deste modo, em elaborar formas, estabelecer fundos e fazer variar as relações entre fundo e figura”. Enfim, o quê, daí, pode ser traduzido para as linguagens visuais? Esta é uma possibilidade investigativa que se deixa em aberto para futuros desenvolvimentos.

Por outro lado, ainda na mesma publicação de 2009, qual seja, o *Vocabulaire des études sémiotiques et sémiologiques*, encontra-se outro verbete relacionado com a isotopia, oriundo da Semiótica da Ação, também de extração *greimasiana*, como outras vertentes atualmente em desenvolvimento. Jean-François Bordron, seu autor, inicia reportando-se ao próprio Greimas, lembrando que, para o semioticista lituano, a isotopia é definida pela recorrência de uma mesma grandeza de conteúdo (sema) na cadeia sintagmática. “Assim, como na montagem de uma máquina, termos muito diferentes têm entretanto em comum um traço semântico (por exemplo, /motor/) que assegura a homogeneidade do texto e, desse modo, a unidade da leitura” (BORDRON, 2009, p. 216).

Bordron, ao conceituar isotopia, reitera seu entendimento como um eixo norteador da leitura de um texto por iteratividade ou repetição, ou como uma figura nuclear, em torno da – e em relação à – qual os demais elementos se articulam. Ou seja, mais uma vez é enunciada a noção de relação e de articulação, fatores que permitem a comparação e constroem a narrativa. Segue Bordron (2009, p. 217) afirmando que

[...] o conteúdo que garante a isotopia pode ser de natureza muito variável. Pode-se em particular

distinguir as isotopias figurativas (ou semiológicas) das isotopias semânticas (ou temáticas), estas últimas sendo asseguradas por conteúdos genéricos. Um texto pode comportar muitas isotopias e permitir assim muitas leituras. [...] em uma simples comparação como *Maria é uma flor*, duas isotopias (humana e floral) podem se encontrar conjugadas.

Nas afirmativas do autor, que coincidem com as proposições de Greimas e Courtés no seu *Dicionário de Semiótica* (2011, p. 276), percebe-se a flexibilidade do conceito, tanto na natureza que ele aponta, quanto mesmo em uma das acepções do termo no *Dicionário*, quando os autores propõem a subdivisão entre isotopias figurativas e temáticas. Entretanto, essas isotopias merecem um exame acurado para que se compreenda, ao partir para o campo da visualidade, em quê, exatamente, elas consistem, novamente atraídos por palavras que diferem de significado dependendo do campo de investigação, no caso, verbal, visual ou outro. Ressalte-se que, embora no *Dicionário de Semiótica* haja um exemplo de isotopia relacionado com a culinária, uma linguagem com potência para convocar os cinco sentidos³, no caso de Greimas e Courtés (2011) a culinária é estudada por meio da discursividade verbal de uma receita.

François Rastier é uma referência relevante quando se fala em isotopia, uma vez que, em ambos os conceitos do *Vocabulaire [...]* (2009), tanto no oriundo da Semiótica da Cultura, como naquele advindo da Semiótica da Ação, Rastier é citado; e um título seu, de 1981, assim o atesta: *O desenvolvimento do conceito de isotopia*. Nesse trabalho, ele funda o conceito de isotopia no âmbito da Semiótica e o aborda longamente, sempre o relacionando com a linguagem verbal, praticamente sem possibilitar o

³ As potencialidades de sentido da linguagem culinária foram melhor desenvolvidas em trabalho anterior (RAMALHO E OLIVEIRA, 2010b).

vislumbre da tradução para o visual, ou seja, sem deixar aberturas para que se estabeleçam analogias a respeito de isotopia para outra linguagem que não seja a verbal. Entretanto, percebe-se que os termos *temático* e *figurativo*, aos quais se refere o autor, não têm o mesmo sentido que teriam no âmbito das linguagens visuais e, mais uma vez, como nos termos *figura* e *fundo*, oferecem apenas uma esperança vã para o estudioso da visualidade.

Ugo Volli (2012, p. 82-85) é outro teórico contemporâneo que dedica um espaço à isotopia em seu *Manual de Semiótica*, descolando-se um tanto da linguagem verbal e partindo para exemplos cotidianos. O autor inicia lembrando algumas proposições de Umberto Eco, quando este conceitua a isotopia como a coerência em um percurso de leitura. Explicitando o conceito, Volli toma como exemplo uma frase (verbal) simples, qual seja, “este tenor é um cão”, na qual cão tem sentido disfórico, pois emite sons desagradáveis, mas afirma que há um ponto de ligação entre tenor e cão, ao considerar que as duas palavras, tenor e cão, “compartilham alguma marca semântica, e a sua combinação permite a instauração de um plano de coerência semântica que percorre o enunciado, uma *isotopia*” (VOLLI, 2012, p. 86).

Volli (2012, p. 86) retoma Greimas para mais uma versão do conceito: isotopia como “um conjunto de categorias semânticas redundantes, que tornam possível a leitura uniforme da história”. Para discutir esta afirmativa, o autor aborda a noção de *redundância*, definindo-a como o “fenômeno pelo qual a linguagem e a comunicação são em geral mais ricas e complexas do que seria estritamente necessário, em termos matemáticos, para a passagem da informação contida em um texto” (VOLLI, 2012, p. 86). Volli aponta que a redundância se pode dar em dois planos: sintático e semântico. No plano sintático, ele afirma que a redundância evita ruídos, tornando a comunicação mais clara, “sem equívocos e incompreensões”. E, no plano semântico, o papel da redundância é o de encaixar os segmentos de texto, garantindo sua unidade. Assim entendidas, redundância e

iteratividade (ou repetição) podem ser consideradas, se não sinônimos, ao menos variantes de fenômenos similares (VOLLI, 2012, p. 86).

Volli (2012) também se debruça sobre a possibilidade de um texto permitir vários percursos de leitura, ou seja, o chamado texto “pluriisotópico”. Tais textos se servem de jogos de palavras quando nos discursos cotidianos, bem como na publicidade, cuja linguagem “busca na argúcia uma justificação e uma cumplicidade com o leitor” (VOLLI, 2012, p. 87). Outros exemplos dados pelo autor são as parábolas evangélicas ou as fábulas, que podem ser lidas segundo uma interpretação mais imediata e literal, ou segundo uma interpretação secundária e autônoma. Ugo Volli conclui o verbete aludindo ao fato de que textos com “ambição estética” exploram o potencial polissêmico e ambíguo das palavras, possibilitando diferentes percursos de leitura. O autor cita dois gêneros verbais, os *slogans* e as piadas, lembrando que as piadas fazem uso de dois percursos isotópicos simultâneos e divergentes e que o sucesso da piada depende da surpresa cômica da passagem de um nível a outro.

Portanto, como se pode observar, nas definições do fenômeno da isotopia postuladas tanto pelos semioticistas das décadas de 1970 e 1980, quanto pelos contemporâneos, vemos que o conceito de isotopia, que desde a sua origem indica equivalências e repetições, refere-se quase sempre a relações intratextuais, ou seja, episódios de reiteração de sentidos internos ao próprio texto, em percursos discursivos paralelos (na pluriisotopia) ou em percursos exclusivos. Resumindo, a isotopia, em Semiótica, no atual estado da arte, é um fenômeno intratextual de reiteração de sentidos em um texto qualquer, tendo como referência os textos verbais, das piadas às peças publicitárias. Nas sucessivas definições de isotopia propostas por Bordron, Rastier, Volli e demais, vimos que pouca coisa muda em relação à definição original de Greimas e Courtés do primeiro *Dicionário de Semiótica*, principalmente em termos da possibilidade de alargamento do conceito para dar conta de outras linguagens. Quem parece dar esse salto é,

na verdade, o próprio Greimas (2017), em sua última obra individual: *Da Imperfeição*.

Da Imperfeição: rupturas de isotopias e isotopia das rupturas

A noção de continuidade é mesmo central e determinante quando se fala em isotopia: é justamente a reiteração de categorias semânticas que permite a leitura de um texto de modo uniforme, ou coerente. Para verificar a operacionalidade do conceito, faz-se mister observar também sua descontinuidade, ou seja, a ruptura da isotopia. Após rever o conceito em diversas formulações teóricas, vejamos como se pode dar a sua quebra, isto é, se a isotopia garante a homogeneidade semântica, vejamos como essa discursividade pode ser quebrada.

Para isso, recorreremos à última obra individual de Greimas, e também uma das mais instigantes: *De l'Imperfection*. A publicação, cuja primeira edição, em francês, foi lançada em 1987, foi traduzida para o português por Ana Claudia de Oliveira sob o título de *Da Imperfeição* (GREIMAS, 2017). Na primeira parte dessa obra, intitulada “A fratura”, Greimas toma cinco textos literários diferentes, excertos de autores diversos, para tratar o fenômeno que denomina “fratura”: um poema de Rilke, um conto de Calvino e outro de Cortázar, assim como fragmentos de Tournier e Tanizaki. Não por acaso, o semioticista lituano emprega o termo “isotopia” em quatro das cinco análises dos extratos literários. Nos estudos greimasianos, observa-se que, para analisar as fraturas, Greimas evidencia, primeiramente, as isotopias. Ou seja, ele mostra que as fraturas se dão no corte de certas visões de mundo ordinárias, isotopias da ordem da cotidianidade, o que dá lugar ao acidente estético extraordinário.

No primeiro excerto analisado, o texto de Michel Tournier, vemos como o personagem Robinson, que regulava o ritmo de sua vida pelo ritmo

constante da queda de gotas d'água em uma clepsidra, entra em um processo de êxtase quando cessam de cair os pingos d'água, suspendendo o curso do tempo. Refletindo sobre o deslumbramento que a quebra do ritmo da queda das gotas d'água lhe proporcionou – um evento estético –, Robinson, por falta de uma opção melhor, designa a experiência “um momento de inocência” (GREIMAS, 2017, p. 30). A passagem a um novo “estado de coisas” que experimenta o personagem é assim abordada por Greimas (2017, p. 32): “Não se trata aqui, então, de uma simples troca de isotopia textual, mas de uma verdadeira fratura entre a dimensão da cotidianidade e ‘o momento de inocência.’” A isotopia, nesse caso, não parece ser aquela que o leitor de Tournier encontra em seu discurso verbal, mas sim a do próprio personagem Robinson, que “lê” o mundo natural ao redor por meio de um certo crivo de leitura, o qual torna “coerente” ou “homogênea” a superfície discursiva desse mundo. Assim, a noção de isotopia, aqui, não se refere às reiterações de categorias sêmicas verbais, mas à própria visualidade que experiencia Robinson: “A comunicação estética se realiza no plano visual – é a ‘ilha inteira’, completamente transfigurada, que o sujeito ‘vê’”. (GREIMAS, 2017, p. 32).

Comenta ainda o semioticista, ao final da sua análise do excerto de Tournier:

A inserção na cotidianidade, a espera, a *ruptura de isotopia, que é uma fratura*, a oscilação do sujeito, o estatuto particular do objeto, a relação sensorial entre ambos, a unicidade da experiência, a esperança de uma total conjunção por advir, esses são os poucos elementos constitutivos da apreensão estética que o texto de Michel Tournier nos revelou (GREIMAS, 2017, p. 36-37, grifo nosso).

Como se observa, para Greimas, a fratura é a ruptura da isotopia. Não a isotopia do texto literário analisado, mas aquela que vivencia o próprio personagem da narrativa em sua visão ordenada do mundo. Isto

não quer dizer, tampouco, que se trata apenas de uma oposição semântica entre um termo e outro, ruptura em oposição à isotopia, mas sim de uma problemática complexa que perpassa a estesia – a condição de sentir as qualidades sensíveis emanadas das distintas manifestações (OLIVEIRA, 2010) –, e também a Semiótica da corporeidade, onde a experiência no seu fluxo completo é levada em consideração, desde a isotopia do cotidiano e da espera até a sua inesperada fratura.

O fragmento seguinte vem de um conto de Italo Calvino. Nele, passeando pela praia, o senhor Palomar encontra uma jovem deitada na areia, tomando sol, com os seios nus. Calvino elenca quatro atitudes possíveis para o seu personagem, duas delas em que ele evita olhar os seios, por razões éticas, e outras duas em que os observa, seja com um caráter de apreciação estética, seja de outro modo, culminando com a rejeição da moça ao olhar do personagem, levantando-se para evitá-lo. Esse momento fugaz da apreensão estética é considerado, por Greimas, como uma fratura, pois o olhar após descrever “uma curva que acompanha o relevo do seio” (CALVINO *apud* GREIMAS, 2017, p. 41), em uma “visão ‘extraordinária’ do mundo”, retoma seu caminho programado, como se nada tivesse acontecido.

Novamente, é uma isotopia de ordem visual experimentada pelo personagem, a da vista “ordinária” do mundo, que dá lugar a uma visão “extraordinária”. Nesse sentido, Greimas (2017, p. 42) afirma, em sua análise, que “o objeto estético não se constitui definitivamente a não ser produzindo a descontinuidade sobre o contínuo no espaço visual.” Observa-se então que, mesmo analisando a verbalidade de uma peça literária, Greimas considera a visualidade da situação, ao passo que, em Tournier, igualmente analisando a linguagem verbal, a análise se refere também à cena do mundo natural, preponderantemente visual, relatada pelo sistema verbal. Greimas (2017, p. 43) é quem diz: “tanto como Michel Tournier, Italo Calvino situa a experiência estética sobre o plano visual [...]”. Acerca

da passagem entre as visões ordinária e extraordinária do mundo no conto de Calvino, o semioticista complementa:

A mudança de isotopia mais acima reconhecida se afirma como uma verdadeira fratura que Calvino manifesta por uma triplicação: a “descontinuidade” é interpretada como um “desvio” que separa o peito nu do resto do mundo, mas é um “relâmpago” – ou melhor, o *guizzo* – que representa figurativamente e consagra a superação de fronteira (GREIMAS, 2017, p. 42-43).

O *guizzo*, palavra sem tradução, explica Greimas, designa o luzir prateado efêmero do salto de um pequeno peixe sobre a água, que, nesse caso, rompe com a cotidianidade e representa, com elegância, a fratura geradora da experiência estética. Enfatiza-se, assim, a noção de mudança radical de isotopia, denominada fratura, ocorrida nas passagens do percurso do olhar do Senhor Palomar entre o vislumbre dos seios nus e o retorno desse momento fugaz ao caminhar cotidiano e “dessemantizado” – “programado”, diria Landowski (2014).

O terceiro texto examinado por Greimas em *Da Imperfeição* é o poema “Exercícios ao Piano” (no original, “Übung am Klavier”), de Rainer Maria Rilke. O semioticista se debruça sobre as sutilezas metafóricas do texto poético e sobre aquelas próprias da língua alemã, até mesmo questionando certos vocábulos empregados na tradução francesa. Nessa análise, ressaltamos que Greimas, novamente, opõe uma “isotopia da vida cotidiana” instaurada no início do texto, no qual uma jovem diligentemente toca um exercício de piano, a um objeto estético que busca romper com essa continuidade, no caso a forma visual de um parque e seu forte odor de jasmim que chega pelas janelas. O interessante, nessa análise, é que Greimas (2017, p. 51) aponta a existência de “uma isotopia sensorial, sincrética e profunda – gestualidade do corpo, tato e olfato”, instaurada desde o início do poema “por cima do ritmo musical”. Não fica claro,

entretanto, a qual dos três planos de leitura possíveis essa isotopia se atém: o plano da encenação da apreensão estética, figurativizado pela jovem ao piano; o plano do devaneio do poeta, dado o calor do verão; ou o do poema ele mesmo, objeto estético que se oferece à apreciação dos leitores. Ao final do poema, na tradução de Augusto de Campos, a jovem se opõe à fratura estética:

Desiste, enfim, o olhar distante; cruza
as mãos; desejaria um livro; sente
o aroma dos jasmims, mas o recusa
num gesto brusco. Acha que a faz doente.
(RILKE *apud* GREIMAS, 2017, p. 49)

Greimas (2017, p. 52) observa que a recusa da jovem “se situa, no entanto, sobre a isotopia olfativa patemizada: irritada, ela repudia o perfume do jasmim, metonímia da insistência do parque”. Nesse caso, a quebra da isotopia por uma fratura não produz efeitos de sentido eufóricos, como nos casos anteriores.

Sem abordar em detalhes as duas análises seguintes, podemos, entretanto, afirmar que, em todos os cinco fragmentos literários selecionados por Greimas, os sujeitos das narrativas semiotizam o mundo por meio de diferentes isotopias. A isotopia torna possível aos personagens as suas distintas leituras do mundo natural, ora marcadas pela cotidianidade e pela continuidade, ora pelo extraordinário e pelo descontínuo, mas sempre em apreensões que pertencem a ordens diferentes da verbal: são apreensões visuais, gestuais, sonoras, olfativas, corpóreas.

Se há uma isotopia verbal nas análises, ela parece ser a que o próprio Greimas encontra em sua leitura dos cinco fragmentos: o semioticista lê os excertos literários com base no prisma comum de que todos eles descrevem experiências estéticas arrebatadoras, deslumbramentos, enfim, “fraturas”. A descontinuidade presente em cada passagem é o que determina uma

continuidade temática entre os cinco trechos literários, permitindo sua leitura coesa. Assim, se no interior dos excertos os seus personagens experimentam fraturas de isotopias nas diversas linguagens que constituem o mundo natural, na superfície discursiva dos fragmentos verbais o que os une em uma leitura uniforme é a isotopia das fraturas.

Conclusão: rumo a um alargamento do conceito de isotopia

Ao longo deste estudo, ficaram evidentes alguns princípios no que se refere ao fenômeno linguístico denominado isotopia. São eles: primeiro, seu caráter reiterativo de efeitos de sentido, que é sua principal característica; segundo, sua presença em textos verbais, ou melhor dizendo, a existência de estudos voltados, preponderantemente, ao fenômeno em linguagem verbal, pois mesmo Volli (2012), quando se refere à publicidade, não especifica se se trata de publicidade verbal, verbo-visual ou composta por quais tipos de sincretismos; e em terceiro lugar, trata-se quase sempre de um fenômeno de abrangência intratextual, ou seja, questões que se dão no interior dos textos.

Em relação à especificidade da linguagem verbal, já vimos que o próprio Greimas (2017) indicava a presença de isotopias visuais, olfativas e gestuais em *Da Imperfeição*, o que contempla a possibilidade do estudo das isotopias em linguagens várias, para além da verbal, de uma maneira que ainda não estava explícita nas sucessivas definições do conceito “isotopia” analisadas.

Na verdade, algumas análises semióticas de obras visuais ou sincréticas já fazem uso da noção de isotopia, talvez intuitivamente, mesmo sem realizar uma reflexão mais aprofundada sobre a pertinência ou sobre as especificidades desse conceito para as leituras visuais. Apenas para citar um exemplo, podemos mencionar a análise que faz Jean-Marie Klinkenberg (1996, p. 50-54) da obra *A Grande Onda*, de Hokusai. O autor localiza duas

isotopias que determinam duas leituras possíveis dessa obra pictórica: a isotopia “marítima” e a “montanhosa”. Assim, as formas triangulares de cume branco presentes no quadro podem ser lidas ora como ondas, ora como montanhas, enquanto as pequenas manchas brancas que salpicam essas formas podem ser lidas pela isotopia marítima como “fragmentos de espumas”, e pela isotopia montanhosa como “flocos de neve” caindo sobre a montanha (KLINKENBERG, 1996). Entretanto, o que ainda fica por fazer no caso das análises de obras visuais é o desenvolvimento de aspectos teóricos que dizem respeito às especificidades das linguagens visuais. Seria interessante averiguar nesses casos, por exemplo, a possibilidade da existência de isotopias plásticas, ou seja, isotopias atinentes ao plano da expressão visual, bem como os tipos de inter-relações possíveis entre as isotopias plásticas, as isotopias temáticas e as figurativas.

Quanto à questão da abrangência intratextual, parece-nos cabível propor uma outra acepção para o termo isotopia, um entendimento mais amplo, ou seja, um alargamento na direção da intertextualidade, incluindo as relações de coincidência ou equivalência entre diversas linguagens. Nessa direção, vemos alguns trabalhos de pesquisa nos quais a delimitação do *corpus* de estudo é pautada na construção de certas isotopias que perpassam o conjunto de manifestações analisado. Por exemplo, Scóz (2006) analisa um conjunto de manifestações publicitárias que foram selecionadas com base na presença de uma mesma isotopia sexual em todas as peças (todas as publicidades escolhidas apresentam um erotismo que é construído em situações de ausência figurativa do corpo). Esse é um uso operacional do conceito de isotopia que já apresenta uma abrangência intertextual.

O exercício de comparar o plano da expressão de textos distintos foi realizado por nós como parte de uma pesquisa precedente. Na ocasião, tratava-se do exame de cinco textos, dois visuais bidimensionais (uma pintura e uma propaganda verbo-visual), dois tridimensionais (um grupo de cerâmica figurativa e uma criação do design) e um audiovisual

(institucional):

O campo semântico abrangido por estes cinco textos é ilimitado e [...] parte-se para uma análise comparativa específica dos significados, selecionando-se alguns elementos e procedimentos que figurativizam determinado conteúdo, estabelecendo um recorte no universo da significação desses cinco textos do *corpus*. O critério utilizado para essa seleção foi o da presença, em cada imagem, anteriormente analisada, de elementos e de relações de significação que geram efeitos que remetem às noções de masculino e de feminino. Por ser comum a cada um dos cinco textos imagéticos, a presença desse tema, o novo recorte se caracteriza como uma isotopia temática. (RAMALHO E OLIVEIRA, 1998, p. 204).

A abordagem daquela pesquisa adotou um entendimento do conceito de isotopia que permitiu uma resolução de ordem metodológica para o estudo comparativo entre imagens díspares. Além da análise comparativa entre linguagens distintas, foi possível ainda, naquela investigação, correlacionar a dimensão figurativa das isotopias com o plano de expressão, bem como as isotopias temáticas ao plano de conteúdo.

A proposta do reconhecimento de isotopias que perpassam vários textos é similar à ideia de “configuração discursiva”, a qual Fiorin (2011, p. 107) caracteriza como um “tema amplo que aparece em vários discursos (o amor, a morte, a infância, a partida, o exílio, etc.)”. A diferença entre os dois conceitos é que, na configuração discursiva, as variações temáticas, figurativas e narrativas estão relacionadas com um mesmo “núcleo comum de sentido” (FIORIN, 2011, p. 107) – ou seja, com o chamado “tema amplo” –, enquanto na isotopia são as próprias recorrências temáticas, figurativas ou até, possivelmente, plásticas que organizam um percurso de leitura – nesse caso, uma leitura intertextual.

Em suma, ao retomarmos as sucessivas definições de “isotopia”

formuladas por diversos semioticistas, vimos que nada nessas formulações impede a possibilidade do estudo das isotopias em linguagens diversas, e alguns trabalhos até mesmo indicam isotopias que não são verbais (como no caso da isotopia musical, das isotopias visuais etc.). Se ainda falta aprofundamento no sentido de construção de categorias específicas do modo visual, vimos que algumas análises de textos visuais e sincréticos já se valem do conceito de “isotopia” para solucionar certas questões metodológicas. Fazemos, então, nosso apelo para a proposição de uma interpretação alargada do conceito de isotopia para os estudos da visualidade, de abrangência intertextual e intersemiótica, e que associe, para efeitos de análise, as isotopias aos planos de expressão e de conteúdo *hjelmeslevianos*. Neste artigo, apenas propusemos o início da discussão, e começar pela revisão dos conceitos consagrados é indispensável.

Referências

ABLALI, Driss; DUCARD, Dominique. *Vocabulaire des études sémiotiques et sémiologiques*. Paris: Honoré Champion Éditeur; Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009.

BORDRON, Jean-François. Isotopie. In: ABLALI, Driss; DUCARD, Dominique. *Vocabulaire des études sémiotiques et sémiologiques*. Paris: Honoré Champion Éditeur; Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009. p. 216-217.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Sémiotique – Dictionnaire raisonné de la théorie du langage: Tome 2: compléments, débats, propositions*. Paris: Hachette, 1986.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. 2.

ed. Vários tradutores. São Paulo: Contexto, 2011.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Da Imperfeição*. 2. ed. Prefácio e Tradução de Ana Claudia de Oliveira, Apresentações de Paolo Fabbri, Raúl Dorra, Eric Landowski. São Paulo: Estação das Letras e Cores: CPS, 2017.

HJELMSLEV, Louis. *Ensaíos Lingüísticos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

KLINKENBERG, Jean-Marie. *Sept leçons de sémiotique et de rhétorique: leçons donnés dans la cadre de la Chaire Francqui au titre belge 1995-1996 à l'Université Libre de Bruxelles*. Toronto: Éditions du Gref, 1996.

LANDOWSKI, Eric. *Interações Arriscadas*. São Paulo: Editora de Letras e Cores, 2014.

MARRONE, Gianfranco. *O dizível e o indizível através de uma estética semi-lingüística*. Tradução de Claudionor Aparecido Ritondale. São Paulo: PUC/SP, 2001.

OLIVEIRA, Ana Claudia de. Estesia e experiência do sentido. *Revista CASA - Cadernos de Semiótica Aplicada*, Araraquara, vol. 8, n. 2, p. 1-12, 2010.

RAMALHO E OLIVEIRA, Sandra. *Leitura de imagens para a educação*. 1998. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

RAMALHO E OLIVEIRA, Sandra. Animagemismo: uma denominação para a alfabetização visual. In: *Diante de uma imagem*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010a. p. 33-36.

RAMALHO E OLIVEIRA, Sandra. *Sentidos à mesa: saberes além dos saberes*. São Paulo: Rosari, 2010b.

RASTIER, François. *Le développement du concept d'isotopie*. Paris: Document du Groupe de Recherches Sémio-Linguistiques, EHESS, CNRS, vol. 29, 1981.

RASTIER, François ; DUTEIL-MOUGEL, Carine. Isotopie. In: ABLALI, Driss; DUCARD, Dominique. *Vocabulaire des études sémiotiques et sémiologiques*. Paris: Honoré Champion Éditeur; Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2009. p. 216-217.

SCÓZ, Murilo. *Explícitos engodos: desejo e erotismo na ausência do corpo*. 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TARASTI, Eero. Isotopie musicale. In: GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Sémiotique – Dictionnaire raisonné de la théorie du langage: Tome 2: compléments, débats, propositions*. Paris: Hachette, 1986. p. 128-129.

VOLLI, Ugo. *Manual de Semiótica*. São Paulo: Loyola, 2012.

Potentiality of the concept of isotopy in visual languages studies

Abstract: The study of visual languages manifestations is usually based on the study of similar phenomena manifested in the verbal language, since there is a larger tradition of research and greater academic production in this area. The Discursive Semiotics field developed by A. J. Greimas and his collaborators has originated several concepts that, initially, considered only the verbal language, but were lately extended in order to also contribute to the study of other language systems. One of the semiotic concepts that has been examined mainly in verbal texts is that of “isotopy”, which, in its initial definitions, concerned the recurrence of semic categories throughout a text. This essay consists of a compilation of definitions, principles and general characteristics of the concept of isotopy, based on the bibliographic examination of its successive definitions proposed by semioticians over time. The main goal is to understand just to what extent these formulations already contemplate, or not, the possibility of studying isotopies in multiple languages, thus leading to the use of this concept in the research of visuality and intertextual readings.

Keywords: Isotopy. Discursive Semiotics. Visual languages. Image reading. Intertextuality.

Recebido em: 15/01/2021

Aceito em: 27/10/2021

Resenha



Para conhecer Pragmática

Marcos Goldnadel¹

Resenha de SOUZA, Luisandro Mendes de; PAGANI, Luiz Arthur Pagani. *Para conhecer Pragmática*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

O livro *Para conhecer Pragmática* (2022), editado pela Contexto e escrito pelos professores e pesquisadores Luisandro Mendes de Souza e Luiz Arthur Pagani, chega às livrarias para suprir uma necessidade do público acadêmico. Há pouca publicação sobre Pragmática no Brasil, produzindo uma carência enorme de material de apoio para alunos e professores. A Editora Contexto soube interpretar essa necessidade publicando mais esse volume da série “Para conhecer”, que se caracteriza por apresentar áreas e temas prestigiados da Linguística de modo acessível. Trata-se de livro destinado a alunos de Letras não iniciados e a professores de Linguística responsáveis pelo ensino de Pragmática.

Como obra de acesso ao rico universo de temas e abordagens que caracterizam a Pragmática, o desafio dos autores não foi apenas o de realizar uma seleção de temas representativos, mas ainda o de, diante da quantidade expressiva de contribuições teóricas em cada tema, privilegiar aquelas que, nos debates ocorridos ao longo de várias décadas, se notabilizaram como pontos de inflexão, em torno dos quais orbita grande parte da discussão na área. Considerando que os livros da coleção “Para conhecer” se caracterizam por uma curta extensão (esta obra conta com apenas 159 páginas para percorrer temas de longa tradição na Pragmática) e pelo didatismo, trata-se de tarefa de grande complexidade, que os autores

1 Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

executaram competentemente.

Tematicamente, o livro caracteriza-se por uma amplitude surpreendente para uma obra de curta extensão. O “truque”, por assim dizer, esconde-se no primeiro capítulo, que reúne apropriadamente sob o rótulo “Referência” um conjunto de temas clássicos, como *nomes próprios, dêiticos, demonstrativos, anafóricos, descrições definidas, eventos, expressões adverbiais de referência temporal* e a distinção entre *uso e menção*. Cada um dos demais capítulos trata de tema único. O capítulo 2 aborda *pressuposições*, o capítulo 3, *implicaturas*, e o capítulo 4, *atos de fala*. No conjunto, a obra abarca aquilo que há de central no debate em Pragmática, respeitando o que poderíamos considerar uma máxima editorial da quantidade para obras de introdução a grandes áreas de pesquisa: apresente o maior número possível de fenômenos sob a perspectiva das abordagens mais consagradas. Não resta dúvida de que os autores foram cooperativos com o grande contingente de alunos e de professores carentes de uma obra introdutória didática e abrangente.

Antes de uma apreciação de cada capítulo, é importante chamar a atenção para uma distinção que se estabelece entre, de um lado, os capítulos 1 e 2 e, de outro, os capítulos 3 e 4. As apresentações dos *recursos referenciais* e das *pressuposições*, realizadas, respectivamente, nos capítulos 1 e 2, pela controvérsia em torno desses temas, contam com uma exposição inicial de caráter histórico, recuperando polêmicas que deram origem a debates importantes da área. A partir daí, esses capítulos concentram-se na apresentação de fenômenos, adotando como critério analítico o que se tornou consensual no debate estabelecido. Já os capítulos 3 e 4, sobre *implicaturas* e *atos de fala*, por tratarem de temas de pesquisa que nasceram de contribuições cujo impacto resultou em programas investigativos de maior unidade, iniciam com uma exposição dos paradigmas inaugurais, com seus postulados ilustrados pelos fenômenos que permitiram identificar com maior nitidez. Depois, seguindo a mesma

estratégia, oferecem à apreciação do leitor paradigmas adicionais que se notabilizaram por aprofundar o debate estabelecido pelas propostas iniciais.

A opção por dar início ao livro com o capítulo “Referência” foi muito feliz. Permite ao leitor um contato inicial com questões fundantes, muitas das quais até hoje desafiadoras para a compreensão dos limites entre a Semântica e a Pragmática. Com essa opção, o livro remete à gênese de muitos dos problemas que acabaram por constituir essas áreas e que permanecem no centro do debate em Linguística. Além disso, o rótulo “Referência” permitiu reunir, em um só capítulo, o conjunto de recursos formais da linguagem que mais facilmente podem ser apreendidos pelo não iniciado como representativos da propriedade de *aboutness*, central na caracterização do objeto *língua* na perspectiva da Semântica e da Pragmática. Com a leitura do primeiro capítulo, portanto, o leitor ingressa no ambiente de discussão das abordagens formais do sentido pela porta principal.

O capítulo “Referência” inicia com uma breve apresentação de três recursos linguísticos de referência a entidades: *nomes próprios*, *descrições definidas singulares* e *pronomes pessoais de terceira pessoa*. Essa apresentação conta com um breve comentário sobre as diferenças desses recursos em relação à dependência de contexto. A seção 1.1 introduz, de modo bastante resumido, o debate Russell-Strawson. Apresentam-se as duas posições: a de Russell, de acordo com a qual *descrições definidas singulares* têm uma natureza quantificacional, contribuindo para a constituição do sentido das sentenças que integram com o que se poderia chamar de asserções camufladas e determinando, com base na forma dessa contribuição, o caminho para a atribuição de um valor de verdade à sentença; e a de Strawson, de acordo com a qual sentenças não possuem valor de verdade, mas sim seus proferimentos, de modo que *descrições definidas singulares* referem apenas quando consideradas em seu uso

efetivo em situações de comunicação. Com essa noção pragmática de referência proposta por Strawson, a seção encerra-se com uma distinção entre *nomes próprios*, *descrições definidas* e *pronomes* por meio de três critérios: dependência contextual, descritibilidade e convencionalidade.

A seção 1.2 aborda a distinção entre *uso* e *menção*, conceitos necessários para a compreensão da diferença entre referência *simpliciter* e referência metalinguística. A seção 1.3 apresenta a distinção entre usos referencias e usos atributivos de *descrições definidas singulares*, identificada pelo filósofo Keith Donnellan no artigo “Reference and Definite Descriptions”, publicado em 1966. A seção 2 divide, em suas subseções (2.1 a 2.4), o que classifica como *categorias referenciais*. Nessas seções, abordam-se recursos destinados a estabelecer referência a pessoa, tempo, lugar e evento. A seção 3, última do capítulo, aborda as *relações referenciais endofóricas* (instanciadas por *anáforas* e *catáforas*) e *exofóricas* (instanciadas por *dêiticos* e *demonstrativos*).

O esforço de agrupar, em um só capítulo, uma lista extensa de fenômenos referenciais tem o mérito de apresentar ao leitor um bloco coerente de recursos linguísticos, dando a ele uma boa visão de conjunto a respeito da função referencial. O capítulo impressiona pela conscientização que promove acerca da variedade de recursos referenciais que as línguas naturais colocam à disposição de seus usuários, resultado importante, principalmente para alunos de graduação (público a que se destina este tipo de obra). Não se pode, no entanto, deixar de registrar que o espaço ocupado para tratar de uma lista tão expressiva de recursos acarretou uma certa redução de espaço para a discussão dos aspectos teóricos associados a cada fenômeno.

Ainda em relação ao primeiro capítulo, vale mencionar uma certa imprecisão terminológica que perpassa a seção 2 (“Categorias referenciais”). No início da seção, afirma-se que “as três principais categorias gramaticais associadas à expressão da referência são **pessoa, lugar e tempo**” (p. 23).

Melhor seria referir-se aos principais recursos gramaticais associados à expressão das (três) noções (pessoa, lugar e tempo), tendo em vista serem três tipos de conteúdo que podem ser expressos pelo uso de diversos recursos gramaticais (e não apenas três). Essa imprecisão reaparece na seção 2.2 (“Tempo”), que começa referindo-se à “categoria gramatical de tempo” para, a seguir, abordar distintas formas de expressar noções relativas a tempo, como o ordenamento de orações coordenadas, as orações subordinadas adverbiais temporais, o tempo verbal e os recursos adverbiais baseados em denominações amparadas em calendário. Não se trata, portanto, de uma categoria gramatical de tempo, mas sim de recursos gramaticais distintos para expressar conteúdos relativos a tempo.

As leituras sugeridas do capítulo são indicações pertinentes, algumas bastante acessíveis para o público ainda não iniciado em Pragmática. A seção de exercícios propõe desafios interessantes para refletir sobre assuntos abordados, mas, tendo em vista a quantidade de recursos apresentados, negligencia boa parte dos fenômenos discutidos no capítulo.

O capítulo “Pressuposição” começa pelos antecedentes históricos do debate sobre *pressuposições* na história recente. Apresenta-se, inicialmente, a reflexão realizada por Frege, que, apesar de não se ter ocupado centralmente com o fenômeno *pressuposicional*, observou que os conteúdos das sentenças não são afetados de modo homogêneo pela operação semântica de negação. Em seguida, apresenta-se a posição de Russell, com sua proposta de uma distinção entre ocorrências primárias e ocorrências secundárias de *descrições definidas*. Para finalizar essa seção, menciona-se a oposição de Strawson a Russell, com sua defesa de que são apenas os enunciados que referem e de que, sendo assim, enunciados do tipo “O rei da França...” pressupõem, na ação verbal realizada pelo falante, o conteúdo acionado pelas *descrições definidas* que abrigam.

A seção 2 do capítulo ocupa-se da distinção entre *acarretamento* e *pressuposição*, indispensável ao estudo do tema. A seção 3 trata de confirmar

a peculiaridade de *pressuposições* em relação a *acarretamentos* com base na apresentação da maior parte dos contextos linguísticos consagrados na literatura como forma de identificar os conteúdos pressupostos: sentenças negativas, interrogativas e condicionais. A seção 4 introduz o conceito de *gatilho pressuposicional* e apresenta em suas subseções (4.1 a 4.8) uma lista significativa de recursos linguísticos desse tipo. Em cada uma dessas subseções, tipos de gatilhos são exemplificados, com a identificação das *pressuposições* a eles associadas. A seção 5 aborda brevemente a questão da *projeção de pressuposições*. A seção 6 trata do que caracteriza como efeitos da *pressuposição*, tendo em vista aspectos discursivos associados ao cancelamento de inferências que evidenciam uma distinção de aceitabilidade entre o cancelamento de conteúdos pressupostos e o cancelamento de conteúdos não pressupostos. A seção 6.1 apresenta o conceito de *acomodação*, fundamental nas abordagens pragmáticas sobre o assunto. A seção 6.2 discorre sobre o cancelamento de *pressuposições*, também essencial para abordagens pragmáticas, tendo em vista ser a cancelabilidade uma propriedade amplamente aceita como característica que distingue inferências pragmáticas de inferências semânticas. A seção 7 encerra o capítulo com um tipo peculiar de *pressuposição*, aquela associada à partícula de foco “só”, chamando a atenção para a dificuldade eventualmente encontrada na caracterização de *pressuposições* com base nos testes conhecidos.

O capítulo sobre *pressuposição* ocupa boa parte de seu espaço com uma oferta generosa de fenômenos (uma lista de 11 tipos de *gatilhos pressuposicionais* apresentados ao longo de dez páginas). Esse investimento revela a onipresença de inferências pressuposicionais na linguagem verbal. Ponto positivo se a intenção (válida para um livro introdutório) for conscientizar o leitor acerca da necessidade de estudar o fenômeno, bem como da complexidade das línguas naturais. Esse investimento contrasta com uma abordagem relativamente breve de questões teóricas relevantes,

como as relativas à *projeção* e à *acomodação de pressuposições*.

A seção 2, destinada a conscientizar o leitor sobre o comportamento distinto de *acarretamentos* e *pressuposições* sob a ação do operador de negação, extrai de suas observações a conclusão de que *pressuposição* é uma condição de uso da frase e não de sua interpretação semântica. Essa forma de explicar a natureza dos *gatilhos* é característica de uma longa e respeitável tradição acadêmica no enfrentamento das questões relativas ao fenômeno *pressuposicional*, que se ampara na noção de *fundo conversacional* (*common ground*) e na defesa da existência de uma associação convencional entre recursos linguísticos (os *gatilhos pressuposicionais*) e conteúdos pragmáticos (as *pressuposições dos falantes*). São ideias que influenciaram gerações de pesquisadores e que caracterizam boa parte das abordagens de índole pragmática, constituindo uma concepção de fundo essencialmente distinta das abordagens semânticas. Seria desejável que essa seção 2, que começa a sugerir uma aproximação de viés pragmático ao fenômeno apresentado, desenvolvesse de modo articulado esse tipo de explicação do fenômeno, com ênfase nos conceitos de *fundo conversacional* e *pressuposição do falante*. A ausência de apresentação desses conceitos tem algum reflexo na exposição da seção 4, destinada a elencar uma longa lista de *gatilhos pressuposicionais*. Na falta do conceito de *fundo conversacional*, muitas das *pressuposições* ali identificadas são apresentadas como *acarretamentos* tanto da sentença afirmativa quanto da negativa, uma forma tipicamente semântica de abordar a questão.

Em relação à seção 3, encarregada de apresentar os contextos linguísticos *canceladores* de *acarretamentos*, mas não de *pressuposições*, vale registrar a ausência das sentenças modais de possibilidade. A seção 4, como se disse, apresenta uma quantidade expressiva de *gatilhos*, demonstrando, com o teste da negação, o que, em cada caso, deve ser considerado conteúdo pressuposto. Aqui, outros testes poderiam ter sido

usados, principalmente em casos como o das orações adjetivas explicativas e o das orações adverbiais temporais, em que o teste da negação acaba por produzir sentenças pouco naturais. O leitor precisa ficar atento a um erro de digitação na seção 4.4, em que as *expressões iterativas* são chamadas de “interativas”.

Depois de ser apresentado aos *gatilhos*, o leitor passa a tomar contato com aspectos essenciais da abordagem pragmática de *pressuposições*, como a *projeção*, na seção 5, o *cancelamento*, na seção 6.2, e a *acomodação*, na seção 6.1 (esta também se ressentindo da falta de uma apresentação prévia do conceito de *fundo conversacional*). A seção 7 acrescenta à discussão um tópico de certa complexidade, a partícula focalizadora “só”, que remete a um ramo extremamente desenvolvido da Pragmática, a Teoria da Informação, cuja compreensão mereceria um livro introdutório à parte. Serve, portanto, para informar o leitor sobre outras possibilidades de especulação, alertando-o, mais uma vez, para a profusão de fenômenos de produção de sentido na linguagem verbal. Ao final, as leituras sugeridas são todas relevantes para quem quer se aprofundar no tema, constituindo um ótimo roteiro de estudos. Por fim, um conjunto de cinco exercícios estimula o leitor a pensar sobre e além do capítulo, deixando, no entanto, de explorar uma série de conteúdos abordados.

O capítulo “Implicaturas” inicia chamando a atenção do leitor para o fato de que enunciados linguísticos veiculam conteúdos por meios convencionais e por meios conversacionais, sendo estes um tema de estudo de abordagens pragmáticas. Como não poderia deixar de ser, apresenta ao leitor o filósofo Herbert Paul Grice, responsável por cunhar o termo *implicatura* (*conversacional* e *convencional*) e por propor a primeira abordagem articulada sobre o tipo de fenômeno assim denominado. A seção 1 é dedicada à apresentação do modelo de análise griceano para as *implicaturas conversacionais*. A seção 1.1 apresenta o *Princípio da Cooperação* e as *máximas conversacionais*. A seção 1.2 encarrega-se

da exemplificação dos tipos de *implicatura*, devidamente ilustrados por exemplos, todos analisados na perspectiva do aparato teórico proposto por Grice. Na seção 1.3, apresenta-se a conhecida classificação das *implicaturas* (incluindo as *convencionais*), bem como as propriedades das *implicaturas conversacionais*: *cancelabilidade*, *não separabilidade*, *não convencionalidade*, *não veiculação pelo dito* e *indeterminação*.

A seção 2 apresenta duas teorias posteriores à proposta de Grice, idealizadas para lidar com os fenômenos identificados pelo filósofo. Na seção 2.1, o leitor toma contato com a Teoria dos Significados Presumidos, proposta por Stephen Levinson no livro *Presumptive meanings* (publicado no ano de 2000), uma das reformulações mais destacadas da abordagem griceana. São apresentados os três princípios interpretativos propostos por Levinson: o *princípio Q* (inspirado na *primeira submáxima de quantidade* de Grice), o *princípio I* (inspirado na *segunda submáxima de quantidade* de Grice), e o *princípio M* (inspirado na *máxima de modo* de Grice). Cada um desses princípios é explicado e ilustrado com exemplos. O caráter automático das inferências abordadas é evidenciado com casos de produção de sentido caracterizados como instâncias de processos conhecidos como *saturação* e *enriquecimento livre*. A abordagem desses fenômenos introduz a discussão do fenômeno que Levinson chama de *intrusão pragmática*, processo pelo qual inferências pragmáticas são acionadas para permitir a interpretação semântica dos enunciados, o que representa uma evidente inversão na ordem de processamento de conteúdos defendida por Grice, para quem é a interpretação semântica que serve de *input* para a interpretação pragmática (e não o contrário).

Na seção 2.2, o leitor é apresentado à Teoria da Relevância (TR), uma abordagem pós-griceana de fundamentação cognitiva que recusa a suposição de existência de um conjunto de máximas decorrentes de uma racionalidade comunicativa em favor da identificação de um princípio cognitivo de relevância, responsável pela ampliação de sentidos

característica de enunciados linguísticos. A seção inicia com a apresentação de dois ingredientes fundamentais da TR: o *Princípio Comunicativo de Relevância* e a *Presunção de Relevância Ótima*. Em seguida, discorre sobre o modo como a teoria entende o processo interpretativo de enunciados linguísticos, apresentando os conceitos de *explicatura*, *premissa implicada* e *conclusão implicada*. Com base nesses conceitos, demonstra como seria o processo proposto pela TR para a interpretação de um enunciado presente em um diálogo curto. Na sequência, a seção concentra-se no esclarecimento do conceito de *explicatura*, ilustrando-o com distintos processos, como a atribuição de referentes a *dêiticos*, o *enriquecimento livre*, a *saturação*, o *ajuste conceitual* e até mesmo o uso de *itens escalares* (considerados, nos paradigmas griceanos, acionadores de *implicaturas* decorrentes da ação da *máxima da quantidade*). Com isso, aponta para distinções importantes entre a TR e as teorias neogriceanas no que se diz respeito ao entendimento do papel e da constituição dos níveis semântico e pragmático de interpretação.

O capítulo sobre *implicaturas*, diferentemente dos capítulos anteriores, aborda um tema que, em função da amplitude do paradigma proposto por Grice, deu origem a um programa investigativo, e não apenas a esforços teóricos dispersos. A teoria das *implicaturas* de Grice, pela surpreendente consistência e unidade analítica ante uma multiplicidade de fenômenos (Grice, juntamente com Austin, é um dos grandes responsáveis pela percepção da Pragmática como um campo unificado de investigação), logrou reunir esforços de pesquisa em torno de um conjunto central de princípios que, mesmo admitindo adendos e correções, definiram um modo de pensar característico no interior do empreendimento pragmático.

Essa tradição de grandes modelos para lidar com *implicaturas* oportuniza, num livro introdutório, uma apresentação mais equilibrada entre fenômenos e análises, já que o foco passa a ser esses grandes modelos constituídos, com os fenômenos servindo de ilustração dos

esquemas explanatórios por eles elaborados. Atento a isso, o capítulo 3 acerta no percurso escolhido, apresentando inicialmente a teoria de Grice, o responsável pelo longo, denso e sempre atual debate sobre inferências conversacionais, e, subsequentemente, duas das mais prestigiadas teorias dedicadas ao mesmo tipo de inferência: a Teoria dos Significados Presumidos, de Levinson, e a Teoria da Relevância, de Sperber e Wilson. Esse é um percurso capaz de munir o leitor interessado em conhecer o básico com o essencial, e o leitor interessado em seguir estudando Pragmática com o fundamental.

É preciso alertar o leitor, no entanto, para algumas poucas imprecisões com o potencial de gerar alguma incompreensão. Logo após a apresentação das máximas de Grice, afirma-se que o falante tem dois caminhos: seguir as máximas ou afastar-se delas. Aqui há uma simplificação em relação às ideias de Grice, porque o filósofo reconheceu quatro formas de se afastar das máximas, uma das quais associada ao abandono do princípio da cooperação. É a essa forma de abandono das máximas acompanhada da recusa em cooperar que o texto remete quando usa como exemplo a situação de um suspeito de um crime que opta por se calar em um interrogatório. Nada de errado em referir-se a esse tipo de situação, já que ela ilustra uma das possibilidades previstas por Grice. O problema é que, logo em seguida, a seção 1.2 parece equiparar esse exemplo a casos em que ocorrem *abusos* ou *explorações* (o termo em inglês usado por Grice é *exploitation*). Os casos de *abuso*, que Grice associou a metáforas, ironias e hipérboles, são uma outra forma de afastar-se das máximas. Há casos ainda em que o falante desrespeita uma máxima a fim de garantir o respeito a outra (normalmente à máxima da qualidade). É o que parece ocorrer na produção de *implicaturas de quantidade escalares*, como as associadas ao uso do quantificador “algum” (e de suas variantes de gênero e número), que o livro apresenta, de modo discutível, como casos de respeito à máxima da quantidade.

A seção que aborda a Teoria da Relevância, em função da limitação de espaço em uma obra introdutória, acaba por negligenciar aspectos importantes para a compreensão de um paradigma que, embora inspirado no debate inaugurado por Grice, representa uma mudança substancial no modo de explicar e descrever a produção de sentidos pragmáticos. Diferentemente dos modelos de análise anteriormente apresentados, que se submetem a “fatiamentos” didáticos (como a associação de fenômenos a máximas com contornos bem delimitados), a Teoria da Relevância, por propor um modelo baseado em um princípio cognitivo de natureza geral, articula-se por meio de conceitos que estabelecem entre si um compromisso solidário na construção de um paradigma teórico com valor explanatório. Sem a apresentação de conceitos como *ambiente cognitivo mútuo, força e acessibilidade de suposições, implicações contextuais* e da dicotomia efeito/esforço, a exposição do *Princípio Comunicativo da Relevância* e da *Presunção de Relevância Ótima*, tal como se observa no livro, pouco informa sobre o modo como a TR entende a produção de sentido pragmático. Já o conceito de *explicatura*, uma novidade introduzida pela TR, pelo que se lê em algumas passagens, pode resultar indevidamente associado àquilo que, em outras abordagens, é tomado como o conteúdo semântico das sentenças proferidas.

A seção de leituras sugeridas dá indicações de valor para o interessado em aprofundar o conhecimento sobre *implicaturas*. A seção de exercícios apresenta desafios ao leitor que o fazem refletir sobre grande parte dos assuntos discutidos no capítulo, constituindo um útil material de apoio.

O capítulo “Atos de Fala” segue um percurso muito interessante, começando pelas ideias de Austin, responsável pela primeira abordagem sistemática do tema e, com isso, por uma mudança de perspectiva radical em relação à compreensão da linguagem verbal no campo filosófico. Em seguida, apresenta as ideias de outra referência na discussão dos *atos de*

fala, o filósofo John Searle, que oferece uma perspectiva própria sobre o tema, propondo categorizações distintas das propostas por Austin e aprofundando a discussão sobre os fundamentos para as distinções defendidas. O capítulo termina com a apresentação da Teoria da Polidez, uma vertente de estudos em Pragmática que assume uma interface social, na perspectiva de compreender a relação entre recursos linguísticos e determinações pragmáticas de ordem interacional.

A seção 1 do capítulo apresenta as ideias de Austin. Começa pela exploração intuitiva do modo distinto de interpretar enunciados descritivos e não descritivos e da dificuldade que enunciados não descritivos colocam para as abordagens centradas na avaliação das condições de verdade das sentenças proferidas. Com base nessa dificuldade, introduz a importante distinção (estabelecida por Austin em *Quando dizer é Fazer*, mas relativizada por ele mesmo na obra, como se esclarece ao longo do texto) entre *enunciados constataativos* e *enunciados performativos*. Com base nos *enunciados performativos* usados como exemplo, introduz a distinção entre *enunciados performativos explícitos* e *enunciados performativos implícitos*. Após essa distinção formal, passa à apreciação do que se poderia chamar de núcleo da Teoria dos Atos de Fala: as *condições de felicidade* dos enunciados. Concentrando-se nas condições A e C, o texto tece considerações sobre casos em que as *condições de felicidade* não são satisfeitas, distinguindo os casos de falha dos casos de abuso. Em seguida, aborda os conceitos de *ato locucionário*, *ato ilocucionário* e *ato perlocucionário*. A seção sobre Austin finaliza com a classificação dos tipos de *atos de fala* proposta pelo filósofo: *veritativos*, *exercitivos*, *comissivos*, *comportamentais* e *expositivos*.

A seção 2 do capítulo concentra-se nas ideias de Searle. Inicialmente, apresenta, com exemplos, sua classificação (distinta da defendida por Austin) dos tipos de *atos de fala*: *assertivos*, *diretivos*, *expressivos*, *comissivos* e *declarativos*. Parte dessa classificação para abordar algumas

das contribuições mais relevantes do filósofo para o estudo do tema, como a *direção do encaixe do ato* e os sete componentes da força ilocucionária. A identificação desses sete componentes permite a compreensão do ponto seguinte: as *condições de felicidade dos atos de fala*, que Searle divide em quatro categorias. A seção 2.2 aborda os problemas associados às possíveis explicações sobre o modo como se estabelece a *força ilocucionária* de um proferimento, chamando a atenção para multiplicidade de atos associados a determinados recursos gramaticais (como o imperativo, que pode servir para a expressão de ordens, pedidos, convites, conselhos, instruções, permissões, entre outros) e para o papel do reconhecimento de intenções na determinação do ato pretendido. A seção 2.3 trata do que Searle denomina *atos de fala indiretos*. Nessa seção, são abordadas duas possibilidades. A primeira possibilidade é a utilização de recurso formal normalmente associado a determinados tipos de ato para a realização de ato de fala realizado usualmente por outros recursos. Um dos exemplos é o ato de pedir realizado pelo enunciado “Você poderia me alcançar o sal?”, na forma interrogativa, usualmente associada ao proferimento de questões. A segunda possibilidade é a realização de *atos de fala* não literais (como o uso do enunciado “Como está calor aqui!” para pedir que abram a janela), em que, além da consideração do significado composicional da sentença, é necessário realizar inferências pragmáticas de um modo que sugere uma análise nos moldes daquela proposta para as *implicaturas conversacionais*.

A seção 3 do capítulo, que trata da Teoria da Polidez, inicia-se pela apresentação do conceito de *face*, estabelecido pelo antropólogo Ervin Goffman, essencial para esse tipo de abordagem, e por uma definição inicial de *polidez linguística*. A seção 3.1 explora o conceito de *preservação da face*, apresentando os conceitos de *face positiva*, *face negativa* e *ato de ameaça à face*, que pode ser realizado de forma aberta ou encoberta. Em relação à forma aberta, refere às possibilidades de inexistência ou de existência de ação reparadora, esta última podendo, de acordo com a

classificação assumida, realizar-se por estratégias de *polidez positiva* ou de *polidez negativa*. A partir daí, aborda os fatores sociais que interferem no grau de ameaça à face: distância social entre falante e ouvinte, poder relativo do ouvinte sobre o falante e grau de imposição relativo na cultura. Em seguida, menciona a importância de considerar os recursos que as línguas colocam à disposição para a implementação de estratégias de *preservação da face*, ilustrados, na sequência, em subseções destinadas a apresentar quatro tipos de atos: abertos sem ação reparadora, abertos com ação reparadora explorando a *polidez positiva*, abertos com ação reparadora explorando a *polidez negativa*, e encobertos. O capítulo termina com uma seção sobre impolidez, esclarecendo que, além de atos polidos, também é possível encontrar atos deliberadamente impolidos nas manifestações dos falantes. Essa seção refere casos interessantes de manifestações leves de impolidez como forma de demonstrar intimidade. Por fim, menciona algumas estratégias possíveis de impolidez.

O capítulo reúne o que há de essencial de uma Pragmática que se ocupa de fenômenos cuja compreensão depende, em grande medida, de uma reflexão sobre as relações entre linguagem e determinações de ordem social e prática. Cada paradigma presente no capítulo conta com a apresentação de seus conceitos essenciais, dando ao leitor uma ideia adequada de seu potencial descritivo e explanatório. Alguns pontos, no entanto, poderiam ter sido mais explorados, como a relação entre a condição C(i) das *condições de sinceridade*, a efetiva concretização de *atos perlocucionários* objetivamente verificáveis (como a constatação da aceitação de um pedido de desculpas) e a felicidade (melhor seria dizer o sucesso) de *atos ilocucionários*, aspecto sobre o qual passagens distintas do capítulo sugerem entendimentos diversos. A seção sobre polidez, teoria que parte dos conceitos fundamentais de *face positiva* e *face negativa*, poderia reservar maior espaço para a explicitação desses conceitos, bem

como de sua relação com a *polidez positiva* e a *polidez negativa*. A seção de leituras sugeridas conta com recomendações relevantes para quem deseja aprofundar seus conhecimentos sobre *atos de fala* e *polidez*. A seção final, com cinco exercícios, explora aspectos distintos e bastante interessantes das teorias apresentadas.

Coleções como “Para conhecer” pressupõem obras com farta exposição de fenômenos a serviço da introdução didática a sistemas de análise consagrados. O livro *Para conhecer Pragmática* alcança esse ideal percorrendo pacientemente uma extensa lista de temas relevantes e apresentando coerentemente os recursos analíticos característicos da área. Como obra de apoio ao ensino, permitirá ao aluno uma imersão inicial suficientemente rica e articulada, que permita trilhar com a confiança necessária o terreno fértil e desafiador das abstrações características da área. Trata-se, portanto, de auxílio inestimável para os professores de Pragmática, carentes, até então, de uma obra como esta, essencial para a discussão em aula sobre fenômenos pragmáticos e suas formas de análise.

Referências

DONNELLAN, K. S. Reference and Definite Descriptions. *The Philosophical Review*, Duham, vol. 75, n. 3, p.281-304, 1966.

LEVINSON, S. C. *Presumptive Meanings: The Theory of Generalized Conversational Implicature* Language, Speech, and Communication. Cambridge: MIT Press, 2000.

PAGANI, L. A.; SOUZA, L. M. de. *Para conhecer Pragmática*. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

Recebido em: 15/06/2022

Aceito em: 22/06/2022

Um outro Lima Barreto

Giovani T. Kurz¹

Resenha de NEGREIROS, Carmem. *Lima Barreto em quatro tempos*. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

Ler Lima Barreto no século XXI implica a torção de certos parâmetros historicamente estabelecidos — a começar por se reconhecer, no escritor carioca, o responsável por uma obra multifacetada e de boa complexidade narrativa. É aí — nesse reconhecimento essencial — que existem novas possibilidades de se aproximar da literatura barretiana, rompendo certas continuidades inexplicáveis na recepção ao longo do tempo; a tradição crítica em torno do escritor é, desde seus primeiros momentos, dominada pelo viés biografista. Francisco de Assis Barbosa,² seu primeiro biógrafo, consolida um movimento que já se apresentava em Sérgio Buarque de Holanda,³ Lúcia Miguel Pereira⁴ e José Veríssimo,⁵ para citar apenas três dos mais conhecidos. O biografismo não morre, contudo, à publicação de *A vida de Lima Barreto*, em 1952. Nos anos 1980, Vera Regina Teixeira,⁶ enquanto busca enxergar o romance *Clara dos Anjos* por uma nova perspectiva, repisa exatamente a mesma trilha de seus antecessores. Em 2017, a publicação de nova biografia do escritor, *Lima Barreto: triste*

1 Mestrando em Estudos Literários, PPGL/UFPR.

2 “João Henriques [pai de Lima Barreto] no campo! Deve ser o mesmo espetáculo, magistralmente pintado no *Policarpo Quaresma*. Sem tirar nem pôr” (BARBOSA, 2017, p. 68).

3 “(...) confissão mal escondida, confissão de amarguras íntimas, de ressentimentos, de malogros pessoais” (HOLANDA, 2017, p. 36).

4 “[Clara dos Anjos seria] porta-voz de suas próprias reflexões” (PEREIRA, 2017, p. 27).

5 “(...) a sua amargura, legítima, sincera, respeitável, como todo nobre sentimento, ressumbra de mais no seu livro *[Recordações do escrívão Isaías Caminha]*, tendo-lhe faltado a arte de a esconder quanto talvez a arte o exija” (VERÍSSIMO *apud* BARBOSA, 2017, p.187).

6 “(...) os dados pessoais de Clara saem diretamente da história familiar do autor, (...) quase sem elaboração artística” (TEIXEIRA, 1980, p. 44).

visionário, da antropóloga Lília M. Schwarcz,⁷ sublinha como, quase cem anos depois da morte de Lima, permanecem as aproximações à sua literatura com base em sua biografia, marginalizando as possibilidades de se estudar a ficção barretiana pelos seus mecanismos textuais.

Lima Barreto em quatro tempos, de Carmem Negreiros, compreende esse quadro e desvia de modo competente da inércia crítica que conduz as leituras da obra de Lima. A pesquisadora — professora da UERJ que há décadas se dedica ao estudo da literatura do escritor carioca, com obras como *Trincheiras de Sonho: ficção e cultura em Lima Barreto*, de 1998, e *Lima Barreto. Caminhos de criação*, mais recente, de 2017, em coautoria com Ceila Ferreira — enfatiza a opção por fugir à “tradicional vinculação vida/obra”: “interessa-me o *como*, isto é, com quais recursos estéticos as crônicas, os romances ou os contos tornam-se ricos e únicos, uma vez que a significação da obra não está separada de sua forma” (NEGREIROS, 2019, p. 157). A estrutura do seu estudo já se apresenta no título: uma divisão da literatura de Lima Barreto em quatro grandes categorias — quatro “tempos”; a crônica, o conto, o romance e os “retalhos”. A autora ressalta ainda que seu empreendimento parte da necessidade de apresentar o escritor, “com os devidos cuidados e profundidade, a secundaristas, graduandos e pós-graduandos interessados em perscrutar a obra de Lima Barreto” (NEGREIROS, 2019, p. 9).

Desde o princípio, essa classificação da obra de Lima é, talvez com a exceção de *Lima Barreto e o espaço romanesco* que Osman Lins publicou em 1976, fuga à regra, uma vez que propõe a discussão da literatura de Lima considerando critérios literários — o que deveria ser ponto de partida no mais básico estudo sobre ficção. Ainda assim, Carmem Negreiros jamais retorna ao referencial crítico canônico sobre Lima Barreto, de modo a apontar suas imprecisões e ajeitar seu curso; Francisco de Assis

7 “Lima continua narrando, na boca de Isaías Caminha, o incidente que lhe marcou a existência” (SCHWARCZ, 2017, p. 123).

Barbosa, figura incontornável dos estudos barretianos, recebe algumas poucas menções. Sérgio Buarque de Holanda, Lúcia Miguel Pereira e, mais recentemente, Lília M. Schwarcz, tampouco povoam o debate. Negreiros pensa a literatura de Lima por meio de Nietzsche e Piglia, de Benjamin e Agamben, de Rousseau e Bakhtin.

Com a intenção deliberada de introduzir o escritor a diferentes públicos, Negreiros parte desse lugar diferente — em que os dados biográficos têm, quando muito, importância apenas relativa, subordinados sempre à demanda do texto. Ao pensar suas crônicas, o gênero que é possivelmente o mais atravessado pela vivência do escritor, a autora as apresenta como o lugar da reflexão sobre o espaço (urbano) e da captura fragmentada do Rio de Janeiro — espaço (literário) de reconstrução da experiência de constante metamorfose e consequente aceleração da capital federal. Aliado sempre ao espaço (urbano e literário), o tempo (sua percepção em meio à cidade; sua transposição à leitura) é sempre protagonista desses textos breves — “a crônica vai mostrar a cidade em fragmentos (...) desde lugares efervescentes de luxo e esplendor até ruelas, esburacadas (...). Serão, portanto, os diferentes flashes de tempos e espaços [...], da cidade para a história e memória cultural ou vice-versa” (NEGREIROS, 2019, p. 25). Observando essa matriz de cidade disjuntiva e veloz, parcialmente modernizada e parcialmente esquecida, aparecem críticas sociais mordazes — “a problematização de valores da classe média na história cultural brasileira” (NEGREIROS, 2019, p. 30) — e a composição de um mosaico de existências individuais — “uma pintura de costumes e atitudes dos homens, com acento para as pequenas ficções que tecem para si mesmos” (NEGREIROS, 2019, p. 31). Central é também a seção dedicada ao debate sobre feminicídio nas crônicas de Lima, sobre o qual a autora sublinha de imediato a sensibilidade do escritor “à importância das mulheres no conjunto social e à necessidade de serem respeitadas em sua individualidade”, e destaca sua luta “contra a educação sentimental feminina, a educação para o consumo e a falta de projeção de

independência em esfera diferente do casamento” (NEGREIROS, 2019, p. 41).

Entre os grandes méritos de Carmem Negreiros em seu estudo está, indiscutivelmente, a percepção de Lima Barreto como um escritor que persegue um projeto linguístico-literário. Já na primeira seção, ao ler as crônicas, a autora destaca a construção de “uma nova sintaxe” (NEGREIROS, 2019, p. 39) que captura as dinâmicas tanto de quem vê quanto de quem é visto — sua ênfase à forma reaparece na leitura dos romances. Antes, contudo, é o conteúdo que ganha projeção: ao abordar os contos do escritor, Negreiros propõe três análises pontuais que compõem o quadro das narrativas breves de Lima — a autora coloca sob o microscópio *Um especialista*, *Um e outro* e *O homem que sabia javanês*. Nesse tríptico, saltam aos olhos temas condutores: o olhar sobre “mulata” e seu lugar; a modernização e as conseqüentes fetichização da mercadoria e reificação das relações; os papéis do saber e do sábio, o conhecimento enquanto signo. Negreiros coloca os contos de Lima Barreto em perspectiva, de modo a vê-los ao lado de textos de Tchekhov e Poe. O olhar sobre a técnica narrativa se faz sempre presente, assim como a ênfase no papel do leitor — “o narrador não oferece a escolha de uma versão verdadeira, não resolve as ambigüidades e dilemas, mas projeta o leitor na própria experiência narrada para que ele tome um partido ou crie seu próprio pensamento sobre as situações e seus atores” (NEGREIROS, 2019, p. 83). E é conduzida pelo olhar aos mecanismos atuantes da construção ficcional que a autora passa à seção seguinte, em que lê os romances de Lima.

Parte-se do senso comum sobre Lima Barreto para pensar seu romance de estreia: “*Recordações do escrivão Isaías Caminha* foi lido como uma espécie de autobiografia mal resolvida ou um romance com sérios problemas formais em sua constituição” (NEGREIROS, 2019, p. 87). Retomando seus leitores canônicos, de José Veríssimo a Lilia Schwarcz, a análise do texto parte inquestionavelmente do pressuposto de que Isaías

Caminha é Lima Barreto — Francisco de Assis Barbosa, em 1952, já sublinhava a hegemonia dessa perspectiva crítica: “já foi dito e redito que Isaías Caminha e Lima Barreto são uma só pessoa” (BARBOSA, 2017, p. 163); Schwarcz, por sua vez, expande a projeção de Lima sobre todos os seus personagens: “Ele era Isaías Caminha, Gonzaga de Sá, Clara dos Anjos, Vicente Mascarenhas, e vivia assombrado por todos eles” (SCHWARCZ, 2017, p. 138).

O exercício de mediação entre autor empírico, narrador e personagens, tão importante e necessário à leitura de ficção, nunca encontrou terra fértil nos leitores de Lima Barreto. Por opção metodológica ou desconhecimento, durante décadas a crítica repisou de modo incansável os referenciais biográficos do escritor. E nessa ruptura com a corrente crítica há o núcleo fundamental do estudo de Carmem Negreiros: a compreensão do projeto ficcional de Lima e a utilização das ferramentas teóricas necessárias para destrinchá-lo e elucidá-lo. Ao ler o livro de estreia, a autora enfatiza que

Recordações do escrivão Isaías Caminha simula um discurso autobiográfico e aprofunda a tendência subversiva do romance, como gênero. Explora a lábil relação entre vida e obra, situando-se nesse espaço movedição que exige do leitor a habilidade para se mover sem conceder a primazia a nenhum deles, permanecendo na complexa e porosa zona de ambiguidade criada pelo romance. (NEGREIROS, 2019, p. 94)

Nota-se, assim, o jogo de vozes produzido no romance e que permeia integralmente a obra ficcional de Lima Barreto — não à toa, Lilia Schwarcz enxerga uma “presença” do escritor em cada um de seus personagens. “O romance contamina-se, então, de discurso autobiográfico, assim como o autobiográfico matiza-se de ficção. Esse processo relativiza os limites do ficcional e expõe os impasses da escrita” (NEGREIROS, 2019, p. 95). De fundamental, Negreiros sublinha ainda uma dimensão do projeto ficcional de Lima que muitas vezes passa despercebida: para a autora, sua literatura

“exige do leitor nova maneira de percepção” (NEGREIROS, 2019, p. 96); “Lima Barreto tensiona, na própria escrita, a fratura entre essas diversas práticas discursivas” (NEGREIROS, 2019, p. 100). A dissolução da ideia de um romance esteticamente frágil é, enfim, o horizonte do estudo de Negreiros.

Sobre o *Triste fim de Policarpo Quaresma*, romance mais conhecido de Lima, a análise da autora volta a tratar prioritariamente do seu conteúdo, uma vez que estruturalmente o romance não aparece incluído nas percepções críticas de confissão ou fragilidade narrativa. Fala-se em memória e identidade cultural, pensando em Quaresma como um “escavador” de imagens culturais (NEGREIROS, 2019, p. 115), além de uma retomada da ideia do “saber” como motivo constante na literatura de Lima Barreto. Neste romance, o descompasso entre o estudo incansável do protagonista e sua incapacidade de interferência efetiva na realidade dão forma ao problema do conhecimento. Por fim, Negreiros retoma ainda a questão espacial, que havia aparecido na leitura das crônicas, para pensar tanto a construção do país quanto da paisagem em *Triste fim* — “Que pensamento de paisagem contamina o olhar de Policarpo Quaresma? Por que imagens de rios, mares, florestas, coqueiros e palmeiras e uma natureza exuberante acalentam sonhos e sentimentos de identidade cultural?” (NEGREIROS, 2019, p. 118); nota-se que

A viagem de Policarpo Quaresma em direção à cultura desautomatiza o olhar do leitor para as narrativas que, disseminadas pela literatura, inventam a nação, a paisagem e a brasilidade. Processo sofisticado e interessante que denominei *palavra, país, paisagem* e significa compreender o papel da literatura, num país de muitos analfabetos, como fabulação poderosa capaz de desenhar o país, a paisagem e, sobretudo, sugerir o que é ter sensibilidade brasileira. (ibid., p. 137, grifos do autor)

A quarta e última seção — o quarto “tempo” do estudo — trata dos retalhos da obra de Lima Barreto. A leitura dos fragmentos de seus diários, notas, planos e esboços, da qual parte a análise de Carmem Negreiros, é basilar na compreensão da construção de uma certa figura do escritor. A autora menciona como o espaço criado para a exposição de sua vida pessoal fez de Lima produto das impressões de seus leitores:

Essa prática deu margem aos leitores para a elaboração de uma imagem do autor, a partir de pistas deixadas nos textos, como uma cadeia de significantes a delinear o perfil de Lima. Essa construção narrativa que dá visibilidade ao privado revela dupla fragilidade: a do íntimo que excede muito a história pessoal porque é atravessada pelo público; e a que expõe a precariedade e até artificialidade do que se assume como autobiográfico. (NEGREIROS, 2019, p. 141)

Parte daí uma conclusão fundamental da leitura de Negreiros: “A imagem do escritor resultante desse movimento é uma mescla dos desejos e expectativas de leitores reunidos às pistas do projeto de constituição de identidade, deixadas pelo escritor” (NEGREIROS, 2019, p. 142). A autora retorna aos manuscritos de Lima — tanto os autógrafos constitutivos do seu projeto ficcional quanto outros “retalhos” — para ressaltar o papel importantíssimo que a crítica genética pode desempenhar diante da obra barretiana. Como “não se trata, aqui, de recuperar o texto conforme a disposição original na busca por um arquétipo textual ou do estabelecimento de um texto, conforme a ‘vontade’ do autor” (ibid., p. 147), o objetivo seria, assim, “entender a função desses cadernos como registro de memória individual e social e, especialmente, da relação desses registros com a reflexão sobre a particularidade de apresentação dessas memórias e o que dizem sobre o sujeito que lembra” (ibid., p. 147). Extrai-se daqui um sentido novo para o gesto de escritura de Lima Barreto, pois tais “retalhos” — fragmentos de diário, planos, anotações, rascunhos — atuam como testemunhas do processo criativo do escritor e podem se chocar com a

visão que domina as leituras críticas de sua obra há mais de cem anos — afirmações tanto de relaxo e pressa quanto da convicção de que sua ficção carregaria um traço confessional, explosivo.

O retorno aos elementos que compõem o percurso de escritura abre a possibilidade de se enxergar um outro Lima Barreto — não um homem marginalizado, um alcoólatra, uma vítima do racismo de seu tempo (e do nosso) que escreve, mas um escritor, pura e simplesmente. É hora de abandonar os referenciais biográficos e o retorno às vivências do escritor e percebê-lo, em vez disso, como alguém profundamente preocupado com a língua, suas formas e possibilidades — seus manuscritos o atestam e Carmem Negreiros o afirma:

Lima Barreto tem constante atitude combativa e procura por todos os meios, pela diversidade, pela variedade, pelas equivalências, concomitâncias, sincretismos, mostrar que a fixidez autoritária da gramática estava longe de corresponder à realidade viva da língua nas suas infinitas possibilidades. (NEGREIROS, 2019, p. 89)

Referências

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 35-47.

NEGREIROS, Carmem. *Lima Barreto em quatro tempos*. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

PEREIRA, Lúcia Miguel. Introdução. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 25-34.

SCHWARCZ, Lilia M. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo:

Companhia das Letras, 2017.

TEIXEIRA, Vera Regina. Clara dos Anjos de Lima Barreto: biópsia de uma sociedade. *Luso-Brazilian Review*, v. 17, n. 1, p. 41-49, 1980.

Recebido em: 18/06/2020

Aceito em: 26/11/2021